

CRÔNICAS DO JUDICIÁRIO ALAGOANO

Volume I

Hilda Maria Couto Monte

Maceió, 2024



CÚPULA DIRETIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ALAGOANO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Des. Fernando Tourinho de Omena Souza

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Des. Orlando Rocha Filho

Corregedor –Geral da Justiça

Des. Domingos de Araújo Lima Neto

CENTRO DE CULTURA E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS CCM/TJAL

COORDENARIA DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA

Juiz Curador do Centro de Cultura e Memória – Dr. Claudemiro
Avelino de Souza

Diretora do Centro de Cultura e Memória – Irina Vanessa Fernandes
Costa

Juíza Coordenadora do Lacor – Bruna Fanny de Oliveira Lemos
Coordenadora do Lacor – Mariana Marques

Juiz Coordenador do Arquivo – Bruno de Araújo Massoud

Diretor do Arquivo Judiciário – Leandro Alves de Medeiros

LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURO E PESQUISA

Primeira Equipe

Coordenadora do Lacor – Mariana Marques

Historiadora, Paleógrafa, Pesquisadora, Consultora Jurídica, Técnico
em Restauração e Cronista do Lacor – Hilda Monte

Historiador, Técnico em Restauração e Apoio Administrativo do Lacor
– Mattheus Dué

Sobre a Autora

HILDA MARIA COUTO MONTE

Mãe solo de 4 filhos (Victor, Sarah, Artran e Sophia - sendo os 3 últimos trigêmeos), a autora é Escritora, integrante da 18ª cadeira da Academia Alagoana de Letras, Artes e Pesquisa de Alagoas – ALAPA, Bacharela e Mestra em Direito pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, exerceu Cargo de Assessoria Judiciária nas Câmaras Cíveis e Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas; Formada em História pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, com experiência na análise de processos históricos, paleografia, restauro e pesquisa historiográfica; Historiadora e pesquisadora do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário Alagoano, Técnica em restauro documental histórico do Laboratório de Conservação e Restauro do Tribunal de Justiça de Alagoas; Professora de Direito do Centro Universitário

CESMAC há mais de 25 anos; foi membro do Colegiado do Curso de Direito do Centro Universitário Cesmac; Docente titular da cadeira de Direito Civil IV - Direito das Famílias, tendo lecionado nas áreas de Direito Constitucional, Biodireito e Bioética, Sociologia Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Estado Democrático e História do Direito. Entre os anos de 2018 a 2020, foi professora substituta da Universidade Federal de Alagoas, tendo lecionado na área de Direito público e privado, sociologia jurídica, metodologia e direito administrativo; Advogou na área do Direito Familiar; é também, palestrante na área do direito e da história, autora de livros e artigos na área jurídica e historiográfica.

À querida e amada Tia Jane, minha eterna contadora de Histórias, que marcou profundamente minha infância, e a quem sou grata pelas minhas mais ditosas memórias, na Fazenda Castanha Grande – São Luiz do Quitunde/AL.

AGRADECIMENTOS

Ao Eterno, Deus único e Altíssimo, que sempre esteve comigo, a quem rendo todas as glórias.

Aos Meus pais, Artran de Pereira Monte (*In Memoriam*) e Margarida Maria Couto Monte, que sempre me inspiraram nos caminhos do direito, da honradez e do conhecimento, incentivando-me, e me dando o suporte para poder galgar meu sonho de também caminhar pela história.

Ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Dr. Fernando Tourinho de Omena Souza, pelo extraordinário empenho e dedicação na construção da historiografia alagoana, através do apoio e decisões louváveis e proativas em prol dos projetos do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas – CCM/TJAL, tais como, a construção e implementação do Laboratório de Conservação, Restauração e Pesquisa Documental - LACOR, encampando a sublime missão de resgate da

memória judiciária Alagoana e do Brasil. Meus sinceros agradecimentos.

Aos meus queridos amigos do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas (CCM), à Diretora Irina Costa, pelo carinho, amizade e por sempre acreditar no meu trabalho; à Coordenadora do Laboratório de Restauro do CCM, Mariana Marques, uma verdadeira amiga, sempre me incentivando e ajudando, não apenas com seus conhecimentos na restauração de processos históricos do Poder Judiciário, como possibilitando uma das coisas mais aprazíveis da minha vida, o contato com fontes históricas notáveis, a possibilidade de exercer a paleografia e de colocar em formato de crônicas as tantas histórias não contadas de Alagoas, e que se encontram no Arquivo Judiciário. À Matheus Dué, amigo e colega de trabalho do LACOR-TJAL, sempre prestativo e auxiliador na separação dos processos que seriam objeto dessa obra; à Sônia Alencar, pelo incentivo e confiança em mim e no meu trabalho.

Ao Juiz, historiador e Curador do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário Alagoano- CCM-TJAL, Dr.

Claudemiro Avelino, um verdadeiro patrimônio da Historiografia Alagoana, amigo que me ajudou na consecução desse trabalho, compartilhando livros e informações preciosas sobre a sociedade alagoana durante à época Colonial e Imperial. Minha eterna amizade e gratidão.

Aos Juízes Dr. Bruno de Araújo Massoud e Dra. Bruna Fanny de Oliveira Lemos, sempre presentes e incentivadores desse grande projeto de cultura e memória judiciária. Minha eterna admiração e agradecimento.

À Equipe do Arquivo Judiciário de Alagoas, a quem agradeço imensamente na pessoa de seu diretor Leandro Alves de Medeiros.

“Bem aventurados os que choram, porque eles serão consolados; Bem aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra; Bem aventurados os que tem fome e sede de justiça, porque eles serão saciados ... Bem aventurados os que sofrem perseguição por causa da Justiça, porque deles é o reino dos céus.”

Matheus 5: 4-6, 10

PREFÁCIO

Com enorme satisfação e profunda alegria, recebi o honroso convite para prefaciar a obra *Crônicas do Judiciário Alagoano*, escrita pela brilhante Hilda Maria Couto Monte. Não poderia deixar de expressar aqui meus mais sinceros agradecimentos e minha admiração pela dedicação incansável da autora, que, com sensibilidade e precisão, nos presenteia com um trabalho valioso. Este livro vai além de uma simples compilação de relatos; ele resgata histórias que poderiam ter se perdido no tempo e contribui para a preservação de um patrimônio histórico inestimável, cuja importância transcende as fronteiras do Judiciário alagoano.

Esta coletânea se destaca por sua riqueza documental e seu caráter profundamente revelador, conduzindo os leitores ao âmago da história não apenas alagoana, mas também nacional. A autora resgata fatos e personagens que, de outra forma, estariam relegados ao esquecimento, e oferece um testemunho vivo da evolução social e jurídica do Brasil.

Este projeto ambicioso é resultado do empenho e da colaboração de uma equipe dedicada, que, por meio de seu esforço incessante, possibilitou o resgate, a restauração e a

digitalização de documentos valiosos, conservando a memória e a identidade do povo alagoano para as gerações futuras.

O sucesso deste projeto é igualmente atribuído à cúpula diretiva do Tribunal de Justiça de Alagoas, e a liderança de seus membros foi essencial para a concretização desta iniciativa. Registro, aqui, uma menção especial ao presidente, Desembargador Fernando Tourinho de Omena Souza.

A obra, fruto de um trabalho historiográfico meticuloso, foi desenvolvida com o apoio fundamental do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário Alagoano e do Laboratório de Pesquisa, Conservação e Restauração Documental do Tribunal de Justiça de Alagoas.

A autora, Hilda Maria Couto Monte, não apenas desenterra das páginas amareladas dos processos históricos as vozes de uma época, mas também as reinterpreta com grande sensibilidade, respeitando o contexto e as ideologias vigentes nos séculos XVIII, XIX e XX.

Ao abordar temas como escravidão, preconceito e violência, ela transporta os leitores a um passado nem sempre glorioso, mas indispensável para compreendermos

os alicerces da sociedade atual. Sua escrita une a linguagem jurídica e a paleografia, permitindo que se mergulhe em uma narrativa viva e pulsante, marcada por fatos históricos inestimáveis.

A leitura de *Crônicas do Judiciário Alagoano* proporciona uma rica imersão nos aspectos históricos e culturais do Estado de Alagoas. Com uma escrita cativante e rigorosa, Hilda Maria Couto Monte não se limita a nos guiar por meio de fatos e decisões judiciais, mas vai além, ao iluminar os bastidores do Judiciário e revelar os desafios e as transformações que moldaram a Justiça alagoana ao longo dos séculos. Cada crônica é uma janela para o passado que nos permite compreender melhor as questões sociais, políticas e econômicas que influenciaram a construção da nossa identidade enquanto povo.

Este livro é um presente para historiadores, juristas, acadêmicos de Direito e todos os amantes da História, pois preserva e transmite conhecimentos que seriam de difícil acesso sem o empenho da autora e da equipe de apoio do Tribunal de Justiça alagoano. Sua relevância ultrapassa a esfera acadêmica, servindo como alicerce para futuras pesquisas e como fonte de reflexão sobre o papel do

Judiciário na consolidação da cidadania e na promoção dos direitos fundamentais. Em sua profundidade e abrangência, reafirma o compromisso do Poder Judiciário de Alagoas com a valorização de sua memória institucional e com a perpetuação de seu legado histórico.

A obra *Crônicas do Judiciário Alagoano* nos lembra, com sua força documental e narrativa, que a memória do Judiciário transcende a mera formalidade dos registros, sendo um espelho que reflete a trajetória da sociedade alagoana e seus valores ao longo do tempo.

Parabenizo a autora, Hilda Maria Couto Monte, e todos os envolvidos pelo brilhantismo e dedicação que transformaram este projeto em um legado.

Humberto Martins
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

NOTA DA AUTORA

“Crônicas do Judiciário Alagoano” é uma obra romancada, baseada em documentos e personagens reais da história alagoana e brasileira. Os diálogos, estereótipos e histórias dos personagens, refletem os pensamentos e ideologias da época, mormente apresentarem muitas vezes opiniões racistas, misóginas, de violência e violação de direitos humanos em que estão inseridos os personagens, não coincidindo com a opinião da autora. A Obra é fruto de um incansável e árduo trabalho historiográfico que teve sua gênese na grande dedicação, dos integrantes do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário e do Laboratório de pesquisa, conservação e restauro do Tribunal de Justiça de Alagoas, conhecidos como os “caça-processos”, ao qual a autora é pesquisadora, consultora jurídica, historiadora, paleógrafa, técnica em restauro e escritora. Trata-se de uma equipe que sai por todas as comarcas alagoanas, aparelhados com trinchas, toucas e roupas especiais, entrando nos esquecidos galpões, buscando processos dos séculos XVIII, XIX até meados do século XX, onde se encontram

arquivados, com suas histórias esquecidas, para resgatar e resguardar o patrimônio histórico e a memória, não apenas do Judiciário, mas também da sociedade alagoana como um todo.

Após o resgate dos autos processuais, a documentação é encaminhada para o laboratório de conservação e restauro, onde passa por procedimentos de restauração e conservação, sendo devidamente classificados, escaneados e postos, em seguida, à disposição do fomento à pesquisa nas plataformas digitais do Poder Judiciário de Alagoas.

A presente obra nasceu da ideia da autora, que obteve o apoio do Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Dr. Fernando Tourinho de Omena Souza, da Diretora do Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas, Irina Costa, do Juiz Historiador e Curador do CCM-TJAL, Dr. Claudemiro Avelino de Souza, e da Coordenadora do LACOR, Mariana Marques; a obra tem a finalidade de contextualizar os processos históricos dos mais variados temas do período do Brasil Império e República, extraindo deles, desde episódios corriqueiros, tais como, uma dívida não paga por um caloteiro ou um vigário

louco interditado, até os mais rumorosos, como o Massacre da Praça Tavares Bastos, e o Processo do último enforcado do Império do Brasil.

Temas tais como escravidão, violência contra a mulher e eventos marcantes da história alagoana, são dispostos de forma romanceada, com falas dos personagens e, em muitas dessas crônicas, por vezes, essas falas foram extraídas com base nos próprios depoimentos das partes e testemunhas, *ipsis litteris*, constantes nos termos de audiências dos processos judiciais.

A Autora procedeu de forma minuciosa, durante o período de um ano e meio, à leitura e transcrição paleográfica dos processos históricos que ensejaram essa obra, transcrevendo mais de 2000 páginas no exercício singular da paleografia e suas técnicas, extraíndo as histórias, desdobramentos, trâmite processual e análise jurídica e social, para posterior pesquisa e execução da tarefa de escrever, em formato de crônicas, mais acessível à comunidade local e leiga do direito, as muitas histórias que nortearam Alagoas, resgatando um pouco nossas memórias. A sua dupla formação em direito e história, e sua atuação, por mais de 25 anos na área acadêmica e do fomento à

pesquisa, foram fundamentais na análise dos fatos, posto que se tratam de documentos jurídicos, portanto, com linguagens próprias do direito, com seus aspectos aferíveis pelo técnico da área do direito, sem olvidar, por outro lado, que os documentos pedem, igualmente, um olhar do historiador que se propõe a tecer com sua pena, a escrita da história; esses documentos possuem um conteúdo histórico extremamente relevante para o judiciário e para a historiografia alagoana e brasileira.

Entender as nuances desses processos e procedimentos, e elaborar uma análise crítica sob o prisma da legislação imperial ou republicana aplicável à época, traz à tona elementos históricos até então desconhecidos, que revelam a gênese de muitos problemas sociais e jurídicos ainda presentes na sociedade contemporânea, tais como o preconceito racial, a violência doméstica e o alto grau de violência social, muitas vezes perpetrada pelo próprio Estado, com ou sem o aval da lei.

O uso de licenças poéticas pode ser observado nessa obra, tornando a linguagem jurídica e contextualização dos fatos descritos nos diversos processos mais palatável e com incontestável acessibilidade a qualquer leitor,

independentemente de ter ou não familiarização na linguagem judicial e formação em direito. Mas a proposta efetivamente é essa, trazer a memória do Judiciário ao público em geral, devolvendo à sociedade o que ela possui de mais precioso, sua identidade.

Por isso, é relevante ressaltar que, essas licenças poéticas, tais como, descrever um ambiente de tortura, ou uma igreja, ou uma praça conhecida, etc., não alteram em nada a coluna vertebral do fato histórico; muitas dessas licenças, principalmente dos locais históricos onde os eventos ocorrem, estão devidamente fundamentadas em pesquisas historiográficas, na averiguação de fotos reais dos séculos XIX e XX, bem como, outras fontes, tais como, jornais, e livros.

É importante salientar, que muitos fatos descritos em alguns processos, mostraram-se, aos olhos da autora, como pitorescos, daquele tipo de que é melhor “rir para não chorar”; isso justifica uma escrita mais esportiva e leve; todavia, há que se ressaltar que o Judiciário atuou para tentar resolver problemas das pessoas envolvidas, não querendo a obra desmerecer sofrimentos e dramas vividos por aquelas pessoas. Já outras histórias, mormente aquelas que

envolvem escravidão negra em Alagoas, tem uma carga emocional mais solene e pesada; isso reflete também os variados sentimentos da autora ao ler tantas agruras sofridas pelos nossos irmãos africanos durante o Brasil Imperial, pelo que, ao escrever tais fatos, o fez com um sentimento de pesar, e com um senso de que mereciam, através dessas crônicas, serem lembrados; trata-se de um senso de justiça às suas memórias até então esquecidas, seus passados de sofrimentos e tragédias.

Destarte, as “Crônicas do Judiciário Alagoano” se propõe a ser uma obra inicial, em que se pretende uma continuidade desse trabalho minucioso para além dessa edição, à medida que as muitas histórias da sociedade alagoana do passado forem desenterradas e trazidas à luz, pelas mãos dos “caça-processos”.

A Autora

SUMÁRIO

1. A ÚLTIMA FORÇA

P. 17

2. A LOUCURA DO VIGÁRIO

P. 128

3. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO “ALTO DA JACUTINGA”

P.133

4. CASAMENTO OU PRISÃO? EIS A QUESTÃO

P.158

5. RITA

P.166

6. SINFONIA EM DÓ MAIOR: *VIOLINOS X CASSETETES*

P.170

7. TRILHOS DA INJUSTIÇA

P.189

8. A TIJOLADA

P.194

9.O CAPADO

P.201

10. A FILHA DO PADRE

P.221

11. A CARTA DE FELICIDADE

P.230

REFERÊNCIAS

P. 240

1

A ÚLTIMA FORÇA

Em 1874, a cidade de Pilar era uma economia pujante às margens do Complexo Lacunar Manguaba. Possuía bem mais de 20 engenhos de açúcar, e tinha uma população de negros escravizados relativamente alta. Mas algo nos bastidores dessa, até então, pacata cidade, estava acontecendo.

Há vários dias, na pequena e precária delegacia da cidade, com seus poucos praças, que mal davam para tomar conta da delegacia, quiçá da cidade inteira, o Delegado Dr. Fellipe Santiago de Abreu vinha recebendo pedidos um tanto “escusos”, como que, na calada da noite, para que “corrigisse” com “bolos”, os escravizados ditos “fujões” ou “rebeldes” da região. Destarte, a pequena delegacia se tornara, naquele momento, um instrumento de tortura a serviço dos senhores de engenho que, ao não quererem se

expor, usavam o aparato do estado para executar suas correções em seus negros.

Certo dia, um negro de um senhor pilarense teve uma discussão, não se sabe o *porquê*, com um conhecido português que residia na cidade, tendo a “audácia”, segundo alguns, de dar um sonoro *tabefe* no dito lusitano. Acionado, o delegado não contou outra, foi no encalço do negro rebelde e descarado, para conduzi-lo, a fim da força, para a delegacia e, “aos costumes”, lhes dar uma severa punição.

Mas ao se dirigir à casa onde o negro se escondeu, foi interpelado por uma grande quantidade de pessoas, em sua maioria pardos e escravizados, que fizeram “lembrar” ao oficial que aquilo era ilegal, entrar na casa de uma pessoa, de noite, sem um mandado, pelo que, ao ouvir isso, toda a coragem do chefe dos oficiais de polícia foi para o *belelén*, voltando com a tropa para a delegacia.

Haviam muitas queixas de pessoas da elite ao delegado naquela época, que segundo eles, não corrigia a contento os negros de Pilar; por outro lado, a animosidade entre os negros da região só crescia, palpável como se se pudesse tocar no medo, que começara a nutrir os senhores escravistas por seus negros. Havia cheiro de revolta no ar.

Mas essa história começa alguns anos antes, entre 1869 e 1870 ...

E lá estava o renomado médico solteirão, Dr. Joaquim Telesphoro Lopes Vianna preparando-se para uma mudança de domicílio e de vida; entre suas qualificativas honrosas, era médico cirurgião e instrutor da renomada Guarda Nacional bem como, integrante do Instituto Arqueológico de Alagoas; Telesphoro acordou com a agenda cheia de compromissos e coisas para resolver. Tomou um breve desjejum em pé e já pronto para sair; duas torradas com geleia de goiaba, um pedaço de queijo e uma xícara de café que apenas deu um gole, e rapidamente se dirigiu ao *Jornal de Maceió*, a fim de colocar um anúncio, posto estar precisando de dois escravos, mesmo que estivessem doentes; afinal, isso não era problema para ele, posto que, como médico, poderia cuidar dos escravizados a baixo custo, além do que, o negócio lhe daria um preço mais vantajoso.

Mas Telesphoro necessitava de dois, para com eles se mudar para o Sítio Ferroalho, que comprara em Pilar, Província das Alagoas, e onde iria residir a partir de então,

exercendo com toda a respeitabilidade que lhe era deferida, o exercício da medicina.

Não demorou muito e o médico já estava no mercado do porto de Maceió, lotado, em busca do vendedor que lhe contactara para proceder ao negócio. O calor era infernal no mercado cheio de negras com seus tabuleiros de quitutes e artesanatos, transeuntes apressados e carruagens passando com relativa velocidade. Quitandeiras com cestos na cabeça, negros de ganho, e mercadores se misturaram e, vez ou outra, o médico ao atravessar as ruas de pedras encaixadas do Jaraguá, tinha que se desviar de excrementos de cavalos e outros animais, que exalavam uma fedentina peculiar e conhecida.

Fora avaliar dois negros escravizados que lhes tinham feito oferta de compra e venda; um macho, robusto, de aproximadamente 40 anos, de nome Francisco; e uma fêmea, uma negra aprazível de físico e nova, que era prendada nos afazeres domésticos e que, de relance chamou a atenção do médico. Após a exibição vergonhosa e humilhante das qualidades físicas de ambos, feita pelo vendedor sem qualquer pudor em praça pública, o negócio

foi fechado; Telesphoro prontamente se preparou durante alguns dias para sua mudança de domicílio.



Uma leve brisa massageava o rosto do médico, enquanto contemplava no navio *Henrietta*, a beleza da Lagoa Manguaba, que levava ele e suas recentes aquisições para a Comarca do Pilar. A Cidade de Pilar tinha um pequeno porto movimentado; cana, farinha, açúcar, fumo, algodão e outros manufaturados, muitos advindos de Atalaia, Viçosa e Penedo, encontravam-se empilhados em sacas que eram despachadas em variados tipos e tamanhos de embarcações ao longo da costa da Lagoa Manguaba, com destino ao movimentado Porto de Maceió, localizado na Freguesia do Jaraguá, sendo devidamente guardados nos grandes Armazéns, a fim de serem escoadas para as demais regiões da Província, e até exportadas em grandes navios pelo Atlântico.

Francisco, desde que viu pela primeira vez a moça, não conseguia tirar seus olhos dela. De repente, viu-se perdidamente apaixonado. Tinha sonhos, mesmo estando na condição degradante de escravizado; sonhos de poder

casar e constituir uma família. Também, caso conseguisse tal intento, na época, entre escravizados, isso lhe daria um certo *status*, sendo considerado uma *ponte* para futuramente ser alforriado. Mesmo quando estava com sacos nas costas transportando a mudança, seus olhares se encontravam e esses pensamentos tomavam corpo em sua mente. Não demorou muito para implementar algumas tentativas de conversa, todas infrutíferas. A negra estava a serviço particular do seu senhor, que a vigiava como cão de guarda. Entretanto, Telesphoro tinha outros planos para o escravo.

Assim que desembarcaram e as mudanças foram acomodadas na casa que alugara na cidade, imediatamente mandou Francisco ao Sítio Ferroalho para trabalhar na agricultura; o trabalho era duro e intenso, não tinha tempo para nada e, as poucas horas que tinha era para vender o produto de seu labor no mercado Municipal de Pilar, entregando, ao fim de um dia exaustivo e trabalhado arduamente feito burro de carga, à Telesphoro, quase toda a totalidade dos ganhos do dia, e o que sobrava, talvez desse para comer algo ou juntar para comprar sua desejada alforria, quem sabe, algum dia... ou nunca. Essa era a vida de um “escravo - de - ganho”.

Conseguia ver a linda negra apenas quando ía levar algo na casa do médico solteirão. Foi quando, certo dia, ao fim de uma longa jornada de trabalho, Francisco tomou coragem e se dirigiu ao seu senhor, com um ar solene e respeitoso, boné de pano quase que todo amassado na mão, pernas bambas e posição de humildade, defronte ao alpendre da casa do médico, que se encontrava numa cadeira de balanço esperando um *escalda-pés* que lhe estava sendo preparado pela escrava, pediu:

— “*Bon día Sinhózinbo...vim aqui pra modi fazê um pídido...que pelu amô de Deus que vossa mercê, sinhô Doutor, com todo respeito que vossa senhoria merece, desse por bem a autorização pra mim casá com a nêga*”.

Desde antes do Século XIX, vigia no Império do Brasil, no que se refere aos casamentos de escravizados, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, onde a Santa Madre Igreja Católica, que detinha os registros de batizados e casamentos, incentivava aos senhores de escravos, que dessem autorização para o casamento de seus negros, que eram tidos como *pagãos*; entretantes, antes teriam de estar batizados na Igreja de Cristo, e depois, evitando com o sagrado matrimônio as sem-vergonhices e situações de

mancebia pecaminosa, que levariam esses infelizes escravizados, segundo o entendimento da época, amaldiçoados, ao inferno e condenação eternas.

Ocorre que, muitos senhores se recusavam assim proceder, ou porque, uma vez casados, pela Lei do Ventre Livre, não poderiam ser apartados negros que constituíssem famílias, ou porque seria, diante disso, mais difícil se livrar do negro quando isso lhe fosse conveniente, vendê-lo para outras pairagens. Por isso, muitas vezes, o negro “solteiro” nem sempre era de fato “solteiro”; ao revés, viviam suas relações familiares na clandestinidade e em relações concubinárias ilícitas e, por vezes, até uniões estáveis, todas tidas como ilegais, atrás das grades de ferro das senzalas.

Aquele pedido era um ultraje aos olhos de Telesphoro!

— *“Que audácia negro! Você mal se pagou ainda e já está pensando em casamento?!!! Vá trabalhar em vez de ficar pensando em chumbregâncias e sem vergonhices!”* Disse Telesphoro aborrecido e categórico, levantando-se abruptamente da cadeia.

A verdade é que, nunca se saberá o que se passava verdadeiramente na cabeça do médico ao negar o casamento de Francisco com sua escrava doméstica, muito menos, se

os boatos que corriam soltos na cidade, de que havia um triângulo amoroso do médico, a negra que lhe assistia, e seu escravo, era fato consumado. Algum tempo depois, o Jornal da Cidade iria colocar uma nota, asseverando a honestidade e hombridade do médico, e que, em outras palavras, não se poderia dar asas a essas vozes fofoqueiras e maledicentes.



Prudêncio era um negro robusto e alto, de seus aproximados 58 anos de idade em 1874, vividos e muito sofridos na escravidão que lhe corroía a alma. Nessa idade e, naquela época, era considerado um negro ancião; seus cabelos brancos já eram mais visíveis que os cabelos pretos; fazia questão de manter uma barba grisalha que o fazia lembrar de suas origens, sua ancestralidade *malê*, enfim, sua identidade; embora não fosse de todo fervoroso.

Aliás, sua ancestralidade foi conscientemente omitida sua vida inteira. Ninguém sabia, ou se sabia, não se comentava. Alagoas era uma das poucas províncias que tinha, junto com Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, negros da etnia sudanense *Malê*, que professavam a fé mulçumana. Ademais, após o grande Levante *Malê*, em 1835,

na Bahia, pode-se perfeitamente dizer que o Império queria *ver o cão*, mas não queria ver *malês* em seu território. Enforcou seus líderes, pulverizou suas mulheres e crianças mandando-os para as diversas províncias do Império, apartando-os a fim de não terem mais capacidade de coesão, e os homens que lutaram e não eram líderes, muitos de outras etnias que advogavam a causa da liberdade e revolta contra os grilhões da escravidão, foram deportados de volta à África. Mas muitos conseguiram fugir, e fala-se até de uma subsequente tentativa de revolta pelos foragidos na cidade de Penedo, que não foi abortada, não se sabendo até hoje as razões.

Isso porque eram negros diferenciados dos demais; vindos em tempos anteriores, pelo tráfico de humanos, em circunstâncias precárias, pelo grande Atlântico. Foram escravizados desde à Terra Mãe África, posto que envolvidos em guerras tribais contra outras etnias, onde em muitas viam a necessidade de implementar uma *jihad*, ou, *Guerra Santa*. Sabiam ler e escrever em árabe, e tinham escolas para tal desiderato com seus pequenos, além de serem exímios guerreiros. Por isso, seus costumes diferenciavam um pouco dos seus conterrâneos;

entrementes, o islamismo africano tinha suas próprias peculiaridades regionais que o distinguiam do islã arábico.

Prudêncio nascera em 1816; o tráfico negreiro era ainda plenamente operante no Brasil, haja vista que, a Lei Eusébio de Queiroz, que aboliu o tráfico de viventes, só veio a ser implementada em 4 de setembro de 1850. Teria ele nascido na África? Ou sua mãe, certamente africana, teve ele já no Brasil? Nunca saberemos. Uma coisa é certa, ele viveu sua vida inteira negando, ou melhor, escondendo, sua verdadeira identidade, que apenas seria revelada no futuro.

Para um negro escravizado, ter chegado até àquela idade vivo e robusto era algo excomunal. A expectativa de vida dos escravos no Brasil não era tão alta assim; vítimas de torturas, maus tratos, depressão e de uma atividade laboral inumana, muitos nem chegavam aos 40 anos. Mas Prudêncio viveu como escravo sua vida inteira no Norte da Província das Alagoas, numa região repleta de quilombos de resistência; a lembrança de palmares ainda era viva para os negros da região, muitos deles descendentes dos quilombolas aguerridos que coesos, rebelaram-se contra o sistema escravista em Palmares. Não se pode descartar a ideia de ter sido descendente de um palmarino da *Cerva Real*

do Macaco, destruída em 1694 por Domingos Jorge Velho, ademais, pequenos quilombos ainda persistiam nas redondezas, embora sem a grande projeção d'outrora.

Prudêncio conhecia todos, bem como, todas as rotas quilombolas; na Vila da Imperatriz, onde vivia, tinha uma certa liberdade relativa; por ser robusto e de compleição física extraordinária, pode se supor que, além de ter sido *escravo - de - ganho*, pode ter sido também *escravo reprodutor*. Isso era comum naquela época. Muitos senhores usavam os escravizados mais robustos para que ficassem sozinhos nas senzalas com várias negras, a fim de gerarem mais crianças escravas e aumentar seu poder. Embora a prática fosse terminantemente condenada pela Igreja, a Santa Sé não se metia nos assuntos internos dos engenhos.

Fato é que, ele tinha muitos parentes na Vila da Imperatriz. Mesmo oficialmente constando em seu registro como “solteiro”, tinha mulher ou mulheres, sabe-se lá; tinha filhos, e até netos, haja vista sua idade. Embora a escravidão lhe privasse a liberdade, sua pequena comunidade, seus laços afetivos e de amizade, estavam na região. Isso tornara o horror da ausência de liberdade menos sufocante.

Ao menos se alimentava e conseguia aprender, nas redondezas, possivelmente com descendentes quilombolas, bem como, nas capoeiras que praticava nos matos atrás das senzalas, longe dos olhares curiosos, técnicas de guerra, uso de armas brancas e mesmo de fogo. Prudência, por sua vida inteira, ao seu modo, e conforme as circunstâncias abriam espaço, transformara-se em um negro de dar orgulho à sua etnia ofuscada. Era um guerreiro nato, e mesmo idoso, ninguém poderia supor, ao vê-lo, que ali estava uma máquina de guerra, e que nutria sonhos mais altos em prol da liberdade.

Seu senhor supunha ser ele analfabeto; mas não se tinha como saber; sendo malê, é possível que soubesse escrever em árabe alguma coisa, inclusive, havia a possibilidade de dissimulação da fé, para aferir, inteligentemente, uma imagem de um escravo manso e pacífico, sem levantar suspeitas.

Ocorre que, após o implemento da lei Eusébio de Queiroz em 1850, a busca por escravos para trabalhar nas lavouras e cafezais do Sudeste e Sul se tornou mais acintosa. O preço dos escravos aumentou consideravelmente e, muitos escravizados das lavouras do norte-nordeste

brasileiros, iam em grande escala, quase que em caravanas, para serem revendidos no sudeste-sul nos grandes mercados, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Outrossim, essa migração desesperada fez com que faltasse mais mão de obra no Norte-Nordeste, principalmente nos Engenhos de açúcar e outras manufaturas. Para se ter uma ideia, após a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, o preço médio dos escravos deu um pulo de aproximadamente 630\$000 réis para 1.350\$000 réis em 1854; ou seja, o equivalente em dinheiro atual a R\$ 166.050 (cento e sessenta e seis mil e cinquenta reais). Embora o preço na década de 1870 tenha se estabilizado mais, o fim do tráfico significou uma grande necessidade de mão de obra escrava, e os senhores de engenho só podiam contar com o que se tinha na rede de importação regional.

E nesse contexto, lá estava Prudêncio, um negro idoso, sendo exposto do dia para noite no mercado interno de escravos, para ser vendido. Seu senhor apareceu na noite anterior, trancando-o na senzala e avisando que precisava de investimentos, que iria ser vendido. Saiu sem dar mais satisfações.

Foi uma noite longa e com o espírito conturbado; dentro de si havia um grito sufocado de dor e banzo que tentava conter; seus parentes tentaram - no consolar em vão. Não queria ser vendido, ou, alimentava ainda em sua alma uma centelha de esperança de que, caso fosse vendido, que fosse para alguém da região. Triste destino lhe estava reservado no ocaso de sua vida de escravizado! Ali, no chão sujo de uma senzala fétida, caiu em si! A escravidão, que lhe retirara sua dignidade humana, agora, com uma pá de cal, retirava-lhe sua alma, suas emoções, seus sentimentos, sua família. Dormiu abraçado com sua mulher, filhos e netos, que não continham as lágrimas de saudades.

Logo cedo, o capitão-do-mato abriu a senzala, retirou o negro, colocou o baraço e saiu puxando o infeliz como a um animal. O transcurso até o mercado central da Vila da Imperatriz foi como o caminho para o cadafalso. Nem parecia mais o negro robusto de outrora; Prudêncio era o retrato da desolação humana; semblante decaído, e suas lágrimas se misturavam com o suor de seu rosto ao nascer do sol. Pés descalços, símbolo de sua condição de escravo. Ainda deu uma olhada para trás, viu sua família, seus filhos já adultos, segurando com as mãos as grades e com suas

cabeças entre os espaços apertados da senzala, diziam algo, mas já não podia ouvir; voltou a frente preferindo durante o trajeto olhar o chão, porque já não conseguia levantar a cabeça.

A Venda foi feita. Um certo Capitão da Guarda Nacional, de nome João Evangelista de Lima, apareceu com um ar imponente em cima de um cavalo caramelo; era dono de um sítio de nome “Bonga”, no Termo de Pilar, e possuía um hotel. Dalí em diante, Prudêncio sabia que sua vida seria um tiro no escuro, e que, talvez, nunca mais veria os seus.



Vicente era filho de uma velha escrava de nome Ignácia. Além da escravidão a qual foi submetido sua vida inteira, a falta de sorte sempre lhe acompanhou, a começar pelo local de seu nascimento, qual seja, o famoso Engenho *Gurgonema*, pertencente ao Capitão João Lopes Cavalcante. O Engenho era conhecido por todos com o apelido de “Quebra-Bunda das Alagoas”; isso porque o Capitão Cavalcante era, por unanimidade, o maior “amansador” de negros da Província. Se, para os senhores de engenho, o serviço fornecido pelo Capitão era extremamente

necessário, posto que, ao mandarem seus negros “pedantes e fujões” para passar uma pequena “temporada” com Cavalcante, os mesmos retornavam bem mansos, quietos e obedientes; para os negros da Província, só de ouvir o nome “Gurgonema”, o que lhes vinham na cabeça era sinônimo de tortura, local de horrores e de morte.

Aos 57-58 anos aproximadamente, Vicente tinha visto muita coisa. O ambiente de violência ao qual vivia moldou sua personalidade de tal forma, que era um homem que pouco falava, de personalidade acanhada, tímido, e manso. Quase não se ouvia sua voz quando respondia, olhos sempre acobalhados fitando o chão, incapaz de levantar ou fitar alguém; ele provavelmente não era capaz nem de fazer mal a uma mosca. Vicente tinha medo da própria sombra!

É fato que, até então, nunca tivera antecedentes criminais, além do que, pouco se sabia sobre suas agruras. Quando a coisa apertava, ele fugia para o sul, e se escondia por dias, dentro das matas, no entorno da Vila de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul (atual cidade de Marechal Deodoro). Enfim, era um típico negro “fujão”.

Aliás, a fuga diz muito de sua personalidade; sendo tímido, era seu escape, sua forma de extravasar seus medos,

suas angústias e suas raivas. Preferia fugir, mesmo que isso lhe custasse depois, alguns açoites. Desde cedo, sabia a dor da venda e de se afastar dos seus. As fugas eram uma maneira de ver um pouco seus parentes no Sul das Alagoas. Era um homem versado na tristeza e nas dores da escravidão. Das mãos do Capitão Cavalcante, foi para as mãos dos herdeiros do Dr. Antônio Pereira Jatobá; sendo a fuga uma característica sua incorrigível, logo seus senhores “passaram” Vicente para o próximo da lista. E o próximo da lista foi, nada mais, nada menos, que o Capitão João Evangelista de Lima, proprietário do Sítio “Bonga”, e do Hotel Central em Pilar.

No dia aprazado, Vicente foi conduzido ao Hotel. A cidade era relativamente movimentada, embora, tivesse percebido de relance que, a Vila de Santa Maria Madalena do Sul fosse mais; haviam muitos escravizados andando nas ruas e pertencentes aos diversos engenhos da região. Chegando na Rua do Rosário, logo viu um prédio de 4 portas que se destacava; era o Hotel Central do Pilar, que pertencia ao Capitão João Evangelista de Lima, seu mais novo proprietário.

Junto ao Capitão, estava um negro alto, robusto, e com uma barba que não era longa; era aparentemente da mesma idade que a sua; suas feições eram trancadas, mas com um olhar mais desafiante, embora naquele momento não demonstrasse tanto. Sem mais delongas, o Capitão Lima começou a falar sobre seus afazeres no Hotel; teria que lavar os pratos, roupas de cama, mesa e banho, além de servir às mesas aos clientes, limpar os quartos, e cuidar dos animais dos clientes que pernoitavam na estrebria por trás do Hotel. Os serviços se estendiam ao sítio do Capitão, de nome “Bonga”, onde cuidaria dos dois cavalos do Capitão e da agricultura doméstica; “Bonga” era o nome de um pequeno riacho que passava no terreno do Capitão, e se estendia cidade adentro.

O Sítio possuía a casa do Capitão, onde se encontrava a esposa do mesmo, Dona Josefa Martha de Lima. A mulher era de pouca conversa, mas possuía joias e objetos de valor que fazia questão de exibir sempre que o marido chegava para chamar sua atenção e interesse; entretanto, o casal não possuía filhos, e o Capitão, dava pouca deferência para a mulher, que passava o dia inteiro na casa, enquanto ele cuidava dia e noite do hotel, muitas vezes,

dormindo por lá, pelo que, a casa do sítio era praticamente usada como parada de beira de estrada para dormir, e a esposa, um tipo de serviçal particular. Não dava aos negros nem as sobras da comida que fazia para ela e o marido. Vicente viu que, para comer, deveria ele, e o outro negro, se virarem com o resto do que plantassem, exercendo a agricultura, seu ofício, no sítio, ou comer das sobras que pudessem catar dos pratos dos clientes do hotel. A vida, no seu ocaso, seria dura, e a fome batia à porta.



João Alves José Ferreira era, em Pilar, o conhecido filho de Maria Alves. 30 anos, analfabeto, como a maioria dos negros de Pilar, nasceu para os lados da Barra de Porangaba, no Termo de Anadia; há um bom tempo, tinha sido mandado para o Pilar; todavia, tinha alcançado a graça de ter se casado, apesar da sua condição de escravizado. Mas também pudera; era o único negro que exercia a função de Coveiro na cidade durante o calor infernal do verão. Já no inverno, tinha que trabalhar na agricultura de mandioca no Engenho Boa Sorte, do Sr. Manoel Clemente.

Sendo um negro casado, e tendo todos da cidade dependendo de seu ofício de coveiro, de certa forma ganhou o apreço da comunidade local, embora o termo “apreço” dado a um escravizado não fosse muita coisa a ser celebrada, nem significasse muito além de uns agraciados tostões, quando enterrava um morto. De certa forma, devia sonhar com uma epidemia ou a morte de alguém, que lhe renderia mais alguns tostões; mesmo que fosse um sonho macabro, estava mais atrelado à necessidade de sobrevivência da família que qualquer outra coisa. Tinha uma certa liberdade de andar de noite, parqueando pelo cemitério da cidade; afinal, não era todo mundo que tinha coragem de viver entre almas penadas, histórias de fantasmas e mula sem cabeça; histórias típicas e macabras que expressavam o imaginário no interior, para assustar criancinhas e os incautos medrosos.

José Florêncio era seu melhor amigo; companheiro de caça nas matas do entorno do Pilar. Era costume os dois negros se embrenharem na mata durante à noite, para caçar jacaré, capivara, ou mesmo animais exóticos, para comer ou vender no mercado público; isso, quando lhes sobravam migalhas de tempo para fazer tais atividades; de dia, tinham

que dar tudo de si no labor incansável da agricultura e, no caso de João Alves, também cavando buracos de sete palmos no cemitério.

Mas vivia inconformado, assim como todos os seus contrerrâneos, com o que estava acontecendo em Pilar. Muitas destas “escapadelas” e pequenas fugas estavam incomodando os senhores de engenho da região. Vía, de forma recorrente, seus amigos sendo levados para a delegacia da cidade, a mando dos seus senhores, para que os praças, sob o comando do Dr. Felipe Santiago d’Abreu, dessem uns “bolos” com palmatórias de pau que possuíam pequenas farpas. Depois, ficavam alguns dias na delegacia, tendo que passar erva medicinal mastigada na boca, e enfaixar as mãos com bandagens, nem sempre limpas, posto estarem em carne viva; mesmo assim, o trabalho não podia parar. Assim que eram devolvidos, tinham que ir para a lida.

Certa feita, presenciou no mercado uma discussão de um negro com um português que vivia na cidade; o tapa que o negro deu no português e que deixou seu rosto mais vermelho que uma romã, chamou a atenção dos escravizados ao derredor, seguindo-se a uma silêncio intimidador que fez o negro se evadir, assim que se viu no

meio dos olhares estupefatos. Mas o sentimento da maioria dos que ali estavam era, de longe, o de reprovação; pelo menos entre os escravizados, o tapa foi o mais puro desejo íntimo, realizado através das mãos daquele infeliz.



Logo que começaram a trabalhar juntos, Prudêncio e Vicente perceberam que só sobreviveriam naquela rotina exaustiva de trabalho, caso trabalhassem de forma coordenada, e ajudassem um ao outro. Não demorou muito para tecer redes de sociabilidade com os outros escravizados de engenhos circunvizinhos, Prudêncio muito mais que Vicente, que não abria a boca e só ouvia as terríveis histórias compartilhadas pelos negros da região; muitos apareciam no hotel para deixar sacas de produtos que o Capitão previamente fizera negócio no mercado para abastecer o estabelecimento. Mas aquela rotina lhes impedia, vez ou outra, de se alimentarem. Às vezes, passavam o dia todo com fome; quando tinham a sorte de um hóspede estar fastiado e deixar sobras no prato, imediatamente, sem que o Capitão visse, antes de lavarem os pratos, arrastavam os restos com

uma agilidade de dar inveja à correria dos ratos, para um pedaço de pano de estopa, enrolando as sobras em forma de trouxinha, e escondendo em um armário que ficava ao lado do fogão à lenha. No fim do dia, ou mesmo madrugada, comiam de forma voraz com as mãos, ouvidos aguçados e olhos atentos, nas baias da estribaria do Hotel, para que o capitão não pegasse eles com a “boca na botija”, e tivesse um ataque de ira, como era de costume. Também levavam as sobras presas na corda da cintura das calças pescador, quando iam ao Bonga, posto que, às vezes, o Capitão ia “visitar Dona Josefa”.

Aquilo não era vida, ainda mais para dois escravos idosos e afastados de suas famílias. Prudêncio logo fez amizade com três escravizados: Candinho, Francisco e o coveiro João Alves. Supostamente desconfiava que Francisco tinha uma ascendência étnica e de fé religiosa parecida com a sua. Era escravizado do Médico da cidade, Dr. Joaquim Telesphoro Lopes Vianna; Candinho era seu confidente; o negro era risonho e sociável; aparecia sempre no hotel, encarregado de levar sacas, bem como, falava sempre com o Capitão quando este ia fazer negócios no comércio. Prudêncio e Vicente não tinham boa

comunicação com o Capitão, até porque, este nunca lhes deu espaço, nem mesmo, um bom dia; eram meras baratas prontas para serem esmagadas ou descartadas em algum momento.

Mas a situação de Prudêncio e Vicente se deteriorava a cada dia mais e mais. Certo dia, enquanto estavam comendo escondidos, o capitão apareceu na cozinha e viu os pratos sujos empilhados em cima da mesa-ilha de apoio, e nada dos negros. O ódio tomou conta de seu ser, se pudesse mataria aqueles dois infelizes imprestáveis! pensava a sangue quente, procurando e gritando na porta do quintal chamando os negros.

Assustados, os dois imediatamente apareceram e se colocaram enfileirados um ao lado do outro com cabeças baixas. Prudêncio argumentou que foram fazer necessidades, uma mentira que já era corriqueira, mas naquele dia, João de Lima estava com o diabo no couro.

—“*Sens imprestáveis!!! Acham que eu vou acreditar nessa desculpa esfarrapada?!!!!*”, vociferava a plenos pulmões, capaz de ter um infarto.

— “*Pratos sujos significam atrasos no serviço e atendimento aos hóspedes!!!*”, completou. E mais impropérios foram desferidos como balas sobre os dois negros.

Vicente permanecia de cabeça baixa, coração acelerado, braços colados ao corpo, apertando as mãos em punho com muita raiva; raiva esta que não tinha coragem para extravasar onde queria; seus olhos já não continham as lágrimas silenciosas e imperceptíveis a todos; o ódio acumulado durante sua vida toda, desde o Gurgonema, estava contido em seu ser como uma represa prestes a romper e invadir com fúria o que visse pela frente. Mas então, daquilo tudo, só sentia a necessidade de fugir, fugir e fugir! Sim! Fugir para não fazer algo pior; o gatilho do seu escape estava acionado.

Prudêncio criou coragem e falou algo inimaginável e extremamente audacioso.

— “*Sinhô Capitão...si não tiver gostando do serviço, pur favô me venda de volta à Vila da Imperatriz!*”

Por um momento, o susto foi tão grande, que Vicente teve a coragem de, num relance, virar o rosto estupefato com o olhar esbugalhado para Prudêncio, como se não acreditasse. Prudêncio tinha coragem, e o Capitão via

nele a veia desafiadora. O negro de cabelos grisalhos e compleição imponente sabia que aquilo despertaria o pior do Capitão, mas já havia pedido, dias antes ao Candinho, que falasse para o seu senhor que seria melhor vendê-lo de volta para o Termo da Vila da Imperatriz, onde estavam seus parentes; em confidência ao amigo, Prudêncio disse que não aguentava mais, e que a situação o estava levando a um ponto sem volta, onde um dos dois iria morrer; caso o Capitão não o vendesse de volta, estava decidido! Ou continuaria a viver aquela vida de morte, ou lançaria todas as cartas na mesa pela sua liberdade, mesmo que isso implicasse se libertar da escravidão! Fosse o que fosse, era tudo ou nada...não tinha nada a perder!

A fúria do Capitão Lima tomou proporções gigantescas.

—“*Negro atrevido!!!! Bestas!*”, e à medida que os amaldiçoava com toda sorte de palavras brutais, lançava os pratos sujos e o que via pela frente em cima dos dois, que se resguardavam com os braços e as mãos para tentarem proteger suas cabeças.

Com a ajuda de alguns, após enviar aos “bolos” na delegacia, manietou-os e os trancou na senzala do sítio Bonga, sem comida, água e coberta, por um tempo.

Prudêncio era um leão adormecido que despertou.



Há dias que Vicente, assim que fora solto, faminto, resolvera fugir para os lados de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul. Fugira de raiva. Durante o período em que esteve na senzala trancafiado, sua condição física se deteriorou muito; a fome e a sede rasgavam seu estômago. E em nenhum momento Dona Josefa Martha de Lima enviou-lhes, mesmo que escondida do marido, qualquer comida ou água para os dois. Prudêncio tinha um olhar vago e frio; Vicente sabia que ele estava maquinando algo e não era coisa boa. O medo tomou conta. Só queria sair dali o mais rápido possível; nem se importaria mais caso fosse capturado, e recebesse açoites ou “bolos”. Queria comer, beber, e ver sua mulher e filhos no Sul. Isso lhe daria um “ar” respirável em meio inferno de vida que estava passando em Pilar.

Prudêncio estava mais calado e taciturno. Vicente já havia, muitas vezes, visto ele confabulando, aos cochichos,

com Francisco, e até o coveiro da cidade João Alves e outros. Sabia que estavam querendo uma revolta contra a escravidão. Prudêncio se mostrava muito perspicaz e inteligente; era conhecedor das rotas de quilombos escondidos; era plausível que esses planos implicassem em viver nesses quilombos, ou em localidade afastadas, caso se libertassem de tudo aquilo. Todos queriam, acima de tudo, liberdade e justiça.

Não aguentavam mais os “bolos”, os açoites e as torturas. Perceberam que poderiam lograr êxito, pois a delegacia tinha apenas 9 praças, sendo que a maioria ficava trabalhando nela, tomando conta dos que estavam encarcerados, a maioria negros rebeldes e fujões ou que cometiam pequenos delitos que implicavam em bolos e açoites, enquanto dois ou três gatos pingados faziam a segurança da cidade, com um contingente populacional grande, e repleto de engenhos com escravos que rangiam os dentes de indignação naquele momento.

Apesar da Constituição Imperial, em seu artigo 179, inciso XIX, proibir os açoites de forma expressa, esses continuavam uma prática corriqueira nos Engenhos e delegacias. Naquela época, a Constituição valia tanto quanto

um mero Código. Era a “*Era das Codificações*”. O próprio Código Criminal de 1830, no artigo 60, falava dos açoites como forma de penalidade cabível aos negros escravizados, estabelecendo o limite de 50 por dia, e usando a pena como transmutação quando era aplicada a multa. Apenas com o implemento da Lei n. 3.310 em 1886, Dom Pedro II viria a sancionar o fim oficial da pena de açoites.



Domingo, 26 de abril de 1874; a data do levante. Há alguns dias, Prudêncio estava decidido a se insurgir contra a escravidão e à injustiça. Era matar ou morrer, tudo ou nada. Chegava naquele momento da vida em que, velho, ao menos para os padrões da época, não queria sair de seu canto e afastar-se dos seus. A escravidão não seria mais tolerada, pois, ou se libertaria dela pela insurreição, ou pela morte. Cansou ... cansou da dor, do desespero, do sofrimento agudo, cansou da vida que fora submetido sem respeito à sua vontade e liberdade; viveu 59 anos vividos desgraçadamente como um pária. O ódio de tudo aquilo tomava conta de seu espírito, sufocando até sua respiração; a fome que se seguiu ao encarceramento na senzala persistia

dilacerante. Não conseguia mais raciocinar direito. Não tinha notícias de Vicente. Por isso, o trabalho ficou todo em suas costas desde seu sumiço há 16 dias. Sentia que o Capitão estava desconfiado dele, além de aborrecido com o sumiço de Vicente, descontava mais e mais suas frustrações e toda a carga de violência em Prudêncio.

Outrossim, Prudêncio, reiteradamente, tinha mandado Candinho avisar ao capitão que este o “vendesse de volta”. Mas havia uma disputa silenciosa no ar. O Capitão não estava disposto a se “rebaixar aos caprichos daquele negro insolente”, como pensava. Já Prudêncio, não estava disposto a viver sequer mais um dia, sob os grilhões da escravidão! As ações dos insurgentes seriam sorrateiras.

No dia anterior, Francisco tinha conversado com Prudêncio em como atrairia o médico, seu proprietário, para o local onde também seria assassinado. Em toda cidade já corria um boato de que o médico teria negado seu casamento com a escrava. E as fofoqueiras de plantão já suspeitavam de um triângulo amoroso envolvendo a questão, embora não passassem de boatos, ninguém saberia o que se passava realmente na residência do médico, e quais motivos mais Francisco teria para querer se libertar daquele

jugo, além da condição de escravidão que se encontrava. Não tinha direito nem de casar e constituir uma família?!

Servia muito bem ao médico, a escrava também, porque não poderia autorizar o casamento, já que era um médico tão respeitável e tido como homem renomado e probo?! Esses pensamentos traziam à mente de Francisco uma revolta insana contra a escravidão. Não podia sequer se aproximar da moça. Não sabia o que o médico fazia entre quatro paredes com ela, ou sabia e não podia dizer. Também não tinha ideia se parte do boato era certa ou não. Uma coisa era fato: queria mais que nunca ser livre e achou em Prudêncio e os negros da região seus cúmplices nesse sonho de liberdade.

O combinado era esse: você me ajuda e eu te ajudo. Francisco mataria primeiro, junto com Prudêncio, o Capitão João de Lima e sua esposa; depois, todos iriam ajudar na morte do Médico Telesphoro, e isso desencadearia uma ação conjunta que possivelmente teria uma reverberação em todos os engenhos da região. João Alves, que trabalhava no Engenho Boa Sorte, do proprietário Manoel Clemente, embora estivesse numa situação mais privilegiada, colocou-se nos planos de Prudêncio e Francisco, não apenas pelo

ideal de liberdade, pois via seus contrerrâneos sendo torturados na delegacia, mas será que queria também um pé de meia para sua família? Talvez? não se tem como saber.

Já era tarde da noite do dia 26 de abril. Aproximadamente entre 21:00 e 22:00. Prudêncio tinha trabalhado sem trégua até à noite, revezando-se entre a horta do sítio e o hotel. Além dos gritos que recebeu durante todo o dia do Capitão Lima, estava faminto, muito faminto. Emagreceu consideravelmente nos últimos dias; a única coisa que o alimentava era a raiva, o ódio e os sentimentos negativos. O Capitão Lima era um homem cruel, e a injustiça que sofria solidificou em sua alma que era um infiel que merecia o inferno! Nunca imaginou que chegaria a esse ponto na vida. Mas sua mente estava cheia de cenas que passavam de sua vida inteira. Lembrou-se de seus pais, de sua família, seus parentes ... lembrou-se de sua ancestralidade...de sua fé. Aquele era o seu momento de guerra, ao qual tinha se preparado sua vida inteira. Aquela era sua *Jihad*.

Chegando ao Hotel, começou a colocar em prática seu plano.

—“Capitão! Sinhá Josefa pediu para chamar o sinhô ... tá com uma dor mui grande”, falou num tom agitado.

O hoteleiro estava desconfiado, mas pela forma como o negro falou, achou que era verdade. Resolveu fechar o hotel, pois naquele dia não havia tido muito movimento de pernoite, e naquela hora, provavelmente, não chegariam clientes; tirou o molho de chaves do bolso do paletó rapidamente, deu uma olhada para identificar a chave correta, mas antes, com um gesto, mandou o escravo se afastar dele aproximadamente uns dois metros, e trancou o Hotel. Ajeitou as calças resmungando algo inaudível, e colocou rente ao corpo sua carabina; era costume do Capitão mandar seus escravos na frente e ele alguns metros atrás, armado. Prudêncio sabia disso.

Andaram um pouco, até que deram de cara com o Alferes José Baptista de Carvalho, de 42 anos, Inspetor do quartirão; o Alferes era também um conhecido artista da cidade. Na ronda, estava na calçada batendo um bom papo com um tal de Bento, seu amigo e vizinho. O capitão pára diante dos dois e faz um cumprimento com o chapéu do panamá masculino que usava.

— “Boa Noite Sr. Carvalho, como vai?” falou por educação.

— “Ópa Capitão! Vou bem, e vossa mercê?”, devolveu a pergunta.

— “Vou bem ... boa noite, estou um pouco apressado”, Falou como que cortando a conversa e fazendo os cumprimentos de costume. Um pouco afastado do Capitão, Carvalho e Bento viram um escravo esperando seu senhor, embora não pudessem identificar quem era, mas pelo físico alto supuseram ser Prudêncio.

O capitão andou um pouco ao encontro do vulto, conversaram alguns segundos e o negro tomou o sentido do “Becão do Cemitério”, pegando um atalho.

Naquele dia, o Capitão disse para ele chamar o Dr. Telesphoro, enquanto ele ia antes, caminhando, para a estrebaria do Sítio, ver se seus dois cavalos tinham sido alimentados e estavam bem. Prudêncio sabia que o capitão dava mais atenção aos seus cavalos do que à mulher. Tinha certeza que ele iria antes na estrebaria, faria uma averiguação minuciosa nos cavalos, veria se estavam bem alimentados, se beberam água, levantaria os cascos para tirar algum inconveniente, e só então, iria acudir a mulher. Para

Prudêncio, isso dizia muito do seu algoz. Que tipo de homem coloca os cavalos na frente, em prioridade, do que a própria mulher? Não pensou duas vezes, esse costume lhe custaria a vida.

Prudêncio chegou antes na estrebaria. Francisco já estava à espreita esperando o cúmplice para se esconderem atrás da porta de madeira e esperar o Capitão chegar; Os cavalos estavam agitados com a presença dos dois no recinto. O caminho do cemitério lhe rendeu o encurtamento do tempo. É provável que tenha tido a ajuda de João Alves, o coveiro, que conhecia o local como ninguém. Fato é que, depois, ninguém quis incriminá-lo na morte do capitão, apenas na morte de Dona Josefa, embora vários indícios supunham que estava junto com Francisco e Prudêncio na empreitada homicida.

—“*Xiiii.... lá vem ele*”, falou Francisco com um gesto para Prudêncio que se encontrava do outro lado da porta.

João de Lima mal abriu a porta da estrebaria, foi surpreendido com um golpe cirúrgico perto da jugular de uma foice, manuseada de forma perita por Prudêncio; não houve tempo de defesa, foi uma emboscada! Sua vida estava se esvaindo pelas mãos do negro que torturara e que lhe

suplicara muitas vezes para vendê-lo de volta! Triste fim! Sua dureza de coração lhe custara sua própria vida! Era tarde demais. O preço foi alto! O sangue jorrava feito bica, e a última coisa que viu, antes de seus olhos se revirarem e tombar morto, foi a face de Francisco lhes desferindo vários golpes de faca no abdômen. A queda foi quase instantânea.

A respiração ofegante dos dois não passou despercebida. Os cavalos relinchavam assustados. O coração de Prudêncio e de Francisco batiam acelerados; toda a violência fora desferida no Capitão, toda raiva pela escravidão e maus tratos estavam estampadas no choro que exalava o ódio retido e sufocado por sua vida inteira, e que chegara ao ápice quando se tornou propriedade de João de Lima. Para Francisco, João de Lima era um Senhor de escravos cruel, como o era Telesphoro, o próximo da lista.

Prudêncio diante do corpo falava com intensidade...

—“*Óoh home cheio de injustiça!! vai para o inferno! e eu vou garantir isso, pois não merece o paraíso!*”. Soltando a foice e tomando a faca das mãos de Francisco, que o olhava com olhar de cumplicidade de quem já sabia o que o amigo ia fazer, Prudêncio começa então a arrancar, na faca, a barba

do Capitão Lima, deixando o rosto do mesmo totalmente desfigurado!

Ali, Prudêncio deixou sua assinatura, no corpo do Capitão Lima; ali, ele deixou sua identidade negada por décadas, seu sangue malê; ali Prudêncio teve sua *Jihad*. “*Um Homem que não tem barba é uma pessoa cheia de injustiças*” (Shami, Livro I. 523).

Capitão Lima simbolizava a concentração de todo o mal da escravidão humana. Ao arrancar sua barba, Prudêncio o colocou com os condenados do juízo final; foi a pá de cal para sua alma ser eternamente condenada. Ele deixou no corpo do Capitão, a marca de seu pecado: a Injustiça!



Vicente voltara de forma sorrateira, sem chamar a atenção; estava muito cansado da viagem que fez a pé de Santa Maria Madalena da Alagoas do Sul para o Pilar. E, com muito medo dos “bolos” e até possíveis açoites que poderia levar do Capitão Lima, ou do delegado Santiago. O sono fez-lhe pesar os olhos. Dormiu a tarde toda sentindo ainda o gosto de uma relativa liberdade, que vivenciara nos 16 dias

que passara entre as matas da região, e com seus parentes ao Sul. Ficou escondido na olaria ao lado da Estrebaria do Bonga.

Da olaria dava para ver entre as brechas da parede de madeira o que acontecia na estrebaria. Ouviu tudo o que planejavam Prudêncio e Francisco. O medo e o terror tomaram conta de si. Assistiu toda a cena do crime. No final, viu Prudêncio, com ajuda de Francisco arrancarem a barba do Capitão Lima, depois lavarem a estrebaria, o corpo do capitão, como num ritual, e depois colocarem o infeliz dentro da cocheira, coberto por palhas e feno dos cavalos. Logo sua presença seria sentida.

Prudêncio chama Vicente para que este aparecesse. Vicente sente as pernas bambas, o medo toma conta. Se viu imerso num dilema terrível; caso fosse contra seus irmão de cor, certamente seria morto. Entre a irmandade não se perdoam os caguetas. Por outro lado, caso falasse o que viu, quem acreditaria em sua inocência? Sabia, ali, naquele momento, que seu destino estava selado, fosse o que fosse, era um homem morto. Ou pelas mãos dos conterrâneos, ou pelas mãos dos senhores de engenho e sua justiça. Por que cargas d'água voltou? Pensava a se lamentar. A raiva lhe

fizera partir, e o medo lhe fizera voltar; pensou que deveria ser o contrário, o medo deveria ter lhe feito partir, e a raiva ficar, mas agora era tarde, estava envolvido na trama dos negros da região do Pilar até o pescoço!

Prudêncio tirou as chaves do hotel do bolso do paletó do Capitão e deu à Vicente.

— “*Amanhã ocê vai no hotel, pega tudo o que puder de lá, sem chamar a atenção*”. Vicente não abriu a boca. E ia falar o que? Saíram Prudêncio e Francisco rumo à cidade.

• • •

O dia fora cansativo para o Dr. Joaquim Telesphoro Lopes Vianna. Felizmente, teve muitos atendimentos durante aquela semana. Uma velha que fedia mais que sovaco com *cêcê*¹, chegou mordendo um pano com dor de dente; um menino que, brincando, cortou o braço no arame farpado; uma moçoila que estava na suspeita de estar grávida antes de casar e, mais tantos outros com espasmos, tosses, febre, furúnculo, menino com barriga d'água e até bicho de

¹ Odor fétido e azedo das axilas, fruto da transpiração das glândulas sudoríparas.

pé. Telesphoro estava exausto! Os pés formigavam e câimbras tomavam conta de sua perna.

Fechou o consultório e foi andando pelas ruas de pedra até sua casa. Passou na venda do José Elysio, comprou 1kg de café e 2kg de açúcar, e se dirigiu rapidamente para casa, onde pediria à sua escrava que lhe fizesse um escaldapés, antes da ceia. A moça já sabendo esse costume, havia preparado a mesa; acendeu as velas em um lindo candelabro de prata com 5 suportes de velas trabalhados em forma de flores, e colocou os pratos de porcelana inglesa, os copos de cristal português para água e vinho, os talheres de prata. De entrada, um caldo verde servido num pequeno recipiente de porcelana fundo, com detalhes em ouro. Nas baixelas de prata, foi servido um pomposo peixe grelhado com pequeninas batatas inglesas no estilo *sauté*, refogadas na manteiga, coentro e cebolinha ao derredor, arroz com passas e batata doce assada no carvão com ervas e pimenta. Para sobremesa, a moça fez uma compota de doce de goiaba com queijo e alguns quindins dispostos em uma pequena boleira de cristal, com pés trabalhados com esculturas de frutas e flores. O médico se sentia bem com a escrava; de certo, era

uma excelente cozinheira, e já sabia que o senhor gostava de uma mesa posta refinada.

Telesphoro não a tratava mal; sentia-se intimidado com sua presença, talvez por sufocar sentimentos que lutava em seu íntimo abafar; não poucas vezes a olhava de relance; logo vinha em sua mente aqueles sonhos não muito convencionais, eróticos, um misto de paixão e desejos reprimidos, cujos sentimentos tentava controlar em vão. Para não fazer uma loucura, afundava-se no trabalho incansável e sem pausa a semana toda, voltando apenas nos fins de tarde, morto de cansado. Apesar de tudo, o médico tinha um senso de respeito no trato com a escrava. Mas também, a negra nunca fez algo que pudesse ser desabonador ou ensejar sua ira. Ela não era vulgar, era recatada, e mantinha um ar de mulher respeitável.

Telesphoro não era um homem colérico. Inteligente e culto, o médico poderia até nutrir sentimentos pela escrava mas nunca se saberá ao certo o que ocorria. Era um homem solteiro e bem requisitado na sociedade, mas não era casado, e isso fazia suscitar conversas paralelas sobre sua vida amorosa. De qualquer forma, era um excelente partido para o casamento, mas ... não pensava casar ... não ainda.

Esperava demover de dentro de si esses sentimentos para então, quem sabe, vendê-la e casar com uma filha de senhor de engenho.

Mas até isso parecia doloroso demais e ultrajante em considerar. Quanto ao seu escravo Francisco, não queria o mesmo dentro de casa. Mandou-o, assim que chegaram, ao Sítio para trabalhar na agricultura, agir como *escravo-de-ganho*, ajudando-o quando lhe fosse solicitado. Desde que o mesmo pedira a escrava em casamento e Telesphoro lhe negara o consentimento, andava desconfiado do negro que desferia contra ele um olhar estranho. Ultimamente via, de vez em quando, Francisco conversando com o escravo Prudêncio, do Capitão Lima, e com outros tantos, em atitude suspeita.

Naquela noite, já altas horas, Telesphoro tinha desfrutado de um excelente escalda pés e de uma ceia maravilhosa. Sentou-se em seu gabinete para escrever algumas receitas à luz de velas, e pela janela, percebeu a presença de alguns vultos estranhos em seu quintal. Fez sinal para que a escrava não abrisse a porta e trancasse a ferrolho todas as entradas e janelas. A negra parecia apreensiva, olhos arregalados, respiração ofegante; aquilo era muito estranho, mas na cabeça de Telesphoro a única pessoa que poderia ter

algo contra sua pessoa era Francisco. Pegou sua arma e ficou na espreita para ver de quem eram os vultos do quintal. Estava muito escuro e não dava para ver.

De repente, ouve do lado de fora a voz de Francisco.

—“*Sinhô Dotô, Sinhô Dotô! mandaram me avisá que o Capitão Lima tava passando mal e pediu pra o Sinhô ir lá no Hoté pro modí acudí ele!*”, falou o escravo da sacada da casa, com voz de apreensão e curiosidade pela resposta do médico.

Aquilo era estranho, e Telesphoro era sagaz demais para cair numa dessas. Embora tenha tido por alguns segundos o dilema de sair e salvar uma vida, cumprindo assim seu juramento de Hipócrates, ou não botar a cara para fora de casa porque poderia ser alguma emboscada ou vingança do negro por conta da recusa do casamento da escrava. Mas a presença dos vários vultos no entorno e aquele pedido altas horas da noite, fizeram-no recuar e retirar a mão que segurava o ferrolho da porta. E de forma audível respondeu:

—“*Não poderei ir agora pois já fiz um escalda pés e estou pronto para deitar, mas mande dizer que amanhã irei ter com ele!!!*”.

Francisco ficou mudo, apertou de raiva os punhos, estava impaciente, e sabia que Telesphoro não sairia. Também não tinha como invadir a casa com as portas e janelas trancadas com ferrolhos de ferro. Se afastou e já fora da vista da casa do médico, encontrou-se com Prudêncio e alguns negros. Retornaram à estribaria onde jazia escondido na cocheira, o corpo do Capitão desfigurado e encoberto em meio às palhas.



Era uma manhã linda do dia 27 de abril de 1874. O sol despontava no horizonte e a relva parecia um campo de diamantes, fruto do frescor do orvalho nas campinas e o reflexo do astro maior na relva, fazendo um espetáculo da natureza à parte. Dona Josefa tinha acordado logo cedo; fez o café, arrumou algumas coisas fora de lugar em casa, e ajeitou a comida do marido para quando viesse almoçar, e jantar. Na porta, viu chegar Dona Senhorinha do Espírito Santo. Dona Josefa tinha encomendado uns lençóis, a pedido do marido, para o hotel, e fronhas, além de uns reparos em algumas roupas pessoais, posto ter engordado um pouco e estarem apertadas demais.

Dona Senhorinha do Espírito Santo estava conversando no alpendre da casa do Sítio Bonga, com Dona Josefa; as duas tomavam um chá com biscoitos de polvilho e geleia de laranja, esta última feita por Dona Senhorinha em forma de agrado à Dona Josefa Martha. Dona Senhorinha era solteira, mas tinha uma filha moça que tinha autorização para pegar água no riacho Bonga todos os dias, além de lavar a roupa da casa do capitão. Isso lhe rendia alguns trocados que ajudava a mãe a sobreviver.

Prudêncio vem ao encontro das duas afastado uns dois e meio metros do Alpendre onde as senhoras se encontravam.

—“*Bom dia Sinhá Martha. O Sinhô Capitão mandô avisá que tem muito trabalho no hoté e que vai virá noite por lá. Pediu para eu levá almoço, janta e ceia, pois num sabe a hora que vai se despachá de lá*”. Mal olhava no rosto das senhoras.

Dona Josefa já estava acostumada com isso. Tinha tempos que o Capitão mal a procurava e, às vezes, passava dias, semanas, sem voltar ao sítio. Dona Senhorinha era um tipo confidente da mulher desprezada e amarga. Aquele pedido do escravo era comum, e não gerou, em ambas as mulheres, qualquer suspeita.

Dona Josefa pediu licença à Dona Senhorinha, foi na cozinha e pegou três botijas onde encheu os recipientes de comida para as três refeições do marido. Em cada botija, amarrou um lenço fazendo uma trouxa para não esfriar e entregou ao escravo. Mal sabia ela que seu marido já era morto.

Prudêncio tomou o caminho da estrebaria, sem ser percebido pelas senhoras. Estava faminto. Abriu com sofreguidão os panos e começou a se alimentar com as mãos como nunca. Compartilhou o alimento com Francisco. Estavam há dias sem se alimentar. Vicente comeu também, mas estava ouvindo como expectador a conversa deles. Os negros iriam, junto com seus irmãos de cor, encampar uma revolta, matar um por um, dos senhores de Engenho, principalmente aqueles que usavam a delegacia para amansar seus negros. Prudêncio e Francisco iriam executar sua segunda vítima: Dona Josefa Martha de Lima. Vicente logo interpelou os dois, e perguntou:

— *“Porque vocês vão matá-la? Tenho medo de tudo isso; podem começar a desconfiar; vocês já pegaram os valores do hotel, porque não vão embora?”*, disse Vicente.

— “Nossa missão não está completa”. Retrucou irritado Prudêncio.

“*Que missão?*” pensou Vicente; até então, achava que a morte dos dois algozes era suficiente: Prudêncio, matou o Capitão Lima, e Francisco, mataria o Médico por seus embates por causa do ideal de liberdade e da negra. O roubo seria apenas uma forma de viabilizar a fuga e um recomeço de vida em algum quilombo escondido.

Durante o resto do dia, Prudêncio passeou com o cavalo caramelo do capitão pelas ruas de Pilar. Foi visto por várias testemunhas. Dizia, quando perguntado, que o Capitão estava doente e, por isso, não abriram o hotel. O movimento da cidade corria sem maiores incidentes. Ninguém desconfiava de nada.

Eram 19:00 da noite do dia 27 de abril; Prudêncio e Francisco, munidos de suas armas brancas, e supostamente Vicente e José Alves com cassetetes, foram em direção à casa do Capitão Lima. Prudêncio fora com a desculpa de “devolver os pratos do Capitão”. Chamou Dona Josefa que estava sozinha mas não desconfiara do negro. Pelo que, ao abrir a porta da casa, os outros inopinadamente aparecem e correm atrás dela. Um momento de desespero e de terror.

Dona Josefa tenta se defender com as mãos mas leva inúmeras cacetadas que terminam atingindo as mãos ocasionando fraturas. Os gritos não seriam ouvidos naquele lugar ermo.

A dor toma conta; na mesma agilidade, Francisco e Prudêncio dão o golpe cirúrgico perto da jugular e esfaqueiam a mulher que cai no meio da sala morta. O sangue começa a escorrer como cachoeira se espalhando por toda a sala. Ávidos, começam a arrombar dois baús que se encontravam na sala, mas não encontram muitas coisas. Ao adentrarem nos quartos, mais dois baús. Arrastam para o lado de fora e arrombam os trincos que os mantinham fechados. Encontram vários objetos de valor e moedas.

De volta à estrebaria, Prudêncio e Francisco dividiram os valores, com João Alves também.

—“João, vai na *Venda do Elysio* comprar bebida e cigarro”, disse Prudêncio.

O Coveiro prontamente saiu com 1000 (hum mil) contos de réis enrolados em um pano de estopa e amarrado com um cordão na cintura da calça.

• • •

A Bodega de José Elysio Pereira Santos era muito requisitada em Pilar. Tinha de tudo, desde açúcar, feijão, farinha de mandioca e charque, até tecidos, arreios, candeeiros, óleo, palha de fumo, bebidas e aviamentos em geral. O estabelecimento ficava na Rua do Comércio e ficava aberto até de noite. Na porta, tinham umas mesinhas onde se sentavam alguns senhores a fumar e beber, e colocar potoca fora, dos mais variados temas: sobre a cidade, vidas alheias, engenhos, negros e mulheres.

João Alves adentra ao estabelecimento e vai até o balcão que tinha uma grande caixa registradora, uma grande *bomboniere* giratória cheia de guloseimas, um maçaroca de papel tipo madeira para enrolar carnes etc. e uns carimbos; tirou os mil contos do saco improvisado de estopa.

— “*Sinhô Elysio, quero 6 cerveja de cordão e cigarro*”.

Aquilo fez chamar a atenção de alguns no local, que de rabo de olho acharam estranho o coveiro negro ter mil contos consigo; José Elysio estranhou que João Alves tivesse tanto dinheiro, e viu que o negro estava se valendo da condição de ser casado e coveiro para tentar que lhe vendesse a bebida e o cigarro; até porque, nenhum outro negro teria essa audácia.

—“Olha João Alves, cerveja eu não vendo não, mas cigarros você pode levar.” Disse Elysio.

Quando João Alves saiu da Bodega, ouviu numa das mesas um senhor comentando que o ecravizado de Telesphoro estava foragido desde ontem a noite, e que um de nome Vicente, do Capitão Lima também.

—“Esses negros impertinentes e preguiçosos. Éta que Delegado Santiago é Frouxo! Fica nos “bolinhos” e “açoites” esparsos. Melhor levar pra passar uma temporada no Engenho Gurgonema! O Quebra - Bundas das Alagoas éééhhbb!!! Coroné Lopes Cavalcante, AQUELE LÁ SIM! Sabe amansar um negro como ninguém!?”.

Outro numa outra mesa ouvindo a conversa e falando quase tropeçando nas palavras, língua engrolada de tão bêbado, acrescentou:

—“Esses negros são afrontadores mesmo, não viu o que deu um tapa no Portuga?!! E ontem eu vi aquele negro lá... aquele (fazendo gestos com as mãos) do capitão Lima!! ISSO!!!! Do capitão! Tava passeando em cima do cavalo caramelo do capitão, como se tivesse engolido um cabo de vassoura de tão pedante! Pelas ruas da cidade!!!”.

—“Qué?! Isso é que é estranho!”, falou outro um pouco mais lúcido.

O mais bêbado da mesa arrematou:

—“O *capitão baba mais aquele cavalo que a própria muléééé!?*” falou cuspidando um que já tava para lá de Bagdá. E a gargalhada foi geral entre os clientes do bar.

João Alves não esperou para ouvir o desfecho da conversa, mas uma coisa é certa, mais tardar, no dia seguinte, a coisa ia ser descoberta. O nome de Prudêncio, Vicente e até Francisco já corria na boca do bar. Telésphoro não havia sido ainda assassinado, e pelo andar da carruagem, faltava pouco para chamar o Dr. Felipe Santiago de Abreu, o Delegado, para caçar o amigo Francisco. O medo tomou conta. Sem contar que a morte de Dona Josefa não foi vista com bons olhos por um grupo de escravizados, que queria focar nos Senhores de Engenhos apenas, e arrefeceram os ânimos em ajudar na missão.

Mas tinha que pensar direito, o Elysio o viu com 1000 Réis. Pelo olhar do bodegueiro, a desconfiança era certa. Um coveiro lascado como ele não poderia nunca vir numa bodega com mil réis na mão! No caminho de volta, João Alves deu de cara com José Florêncio e o puxa rapidamente para o Becão do cemitério, para uma conversa de pé de ouvido por trás de um mausoléu qualquer.

— “*Olha, acho que o plano não vai dá certo; tão comentando do Capitão e do Médico, e falando em mandá os irmão pro Quebra-Bundas!?*”, disse João Alves.

— “*Quê?! isso não vai dar bem. e ocê ainda foi na Bodega com 1000 ré\$?!*” (sentiu João Alves o estalo do tapa na cabeça), falou quase exasperado Florêncio e continuou:

— “*Mas calma, não vamo mai intrá nessa. Volte pra casa, num fale nada com sua mulé, e se vierem perguntá, ocê tava cumigo caçando capivara e jacaré na mata, e depois na casa di farinha do ingenho do Clemente?*”.

Aquilo deu à João Alves uma centelha de esperança nos olhos.

— “*Certo, certo ... bôa ideia...mas chega que eu tenho que passá no Bonga, pro modi Francisco e Prudêncio se inteirá do que tá acontecendo e entregá o cigarro, depois vou mi mandá de lá e cada um segue seu prumo...*”. Disse por fim João Alves.



Prudêncio e Francisco estavam inquietos esperando notícias de João Alves. De manhã cedo, Vicente vira Candinho na cidade pela manhã, conversaram por alguns minutos. O movimento tinha arrefecido. Além disso,

Francisco percebeu que o Médico, seu Senhor, não iria morrer tão facilmente. Já estava desconfiado e certamente era questão de horas, a tirar pelo sumiço dele, do ermitão ir na delegacia pedir ao Dr. Santiago que tomasse as providências, se é que já não estavam.

João Alves dá três toques de reconhecimento, batendo com a mão na porta da estrebaria, e adentra rapidamente olhando pelos lados. Entregou aos outros dois apenas cigarros, e falou que não lhe venderam bebidas, além de contar as novas e o fato dos irmãos não quererem mais levar adiante com medo das retaliações. Isso irritou sobremaneira a Prudêncio e Francisco. A única coisa que lhes restava era a fuga, pela madrugada.

Isso não seria problema para Prudêncio, ele conhecia as rotas perdidas dos quilombos da Região. Retornaria ao seu lugar, viveria o resto dos dias foragido e escondido, mas junto de seus familiares. Vicente era o mais inconformado. Não podia ficar, haja vista que seria o primeiro a ser preso e condenado. Só lhe restava fugir, de novo! Mas não queria ir com Prudêncio e Francisco; os dois iam cada um em um cavalo do capitão e nos lombos, sacos

abarroçados de bens que foram assaltados dos baús de Dona Josefa e do Capitão Lima.

Vicente sentia que tinha entrado de gaiato na História, e depois não tinha como sair ileso. Mas não podia negar que a morte do Capitão foi algo desejado pelo mesmo. Iria para Santa Maria Magdalena da Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro), lá estavam sua família e conhecidos; lá estavam seus irmãos. Mas o medo era grande, fugindo para o sul, teria de ficar um tempo no meio do mato; isso não seria problema. Vicente nesses momentos virava uma verdadeira toupeira e ninguém poderia achá-lo. Assim pensava.



Era manhãzinha do dia 28 de abril. A neblina e o frio matutino tomavam conta do Pilar e o sol despontava no horizonte de forma bem tímida. Fazia frio, mas já se podia ouvir o canto do galo. Aos poucos, a cidade ia acordando.

Mariazinha, filha de Dona Senhorinha do Espírito Santo vinha com dois baldes nas mãos a caminho do riacho no Sítio Bonga. “A porteira ainda está trancada?”, pensou quando viu a porteira do sítio fechada. Deixou os baldes no

chão e foi tirar a corda que prendia a porteira. Dirigiu-se então a caminho da casa do sítio mas achou estranho dois baús arrebetados no meio da grama e a porta da casa toda escancarada.

Correu para o local, deixando os baldes no meio do caminho, e de forma cerimoniosa, foi entrando na casa.

— “*Dona Josefa? A senhora está em casa?*” Disse a moça percorrendo com os olhos a casa.

De repente, no meio da sala totalmente desarrumada, viu o corpo de Dona Josefa ensanguentado no chão, já apresentando rigidez cadavérica.

— “*Meu Deus!!!! Valei-me minha Nossa Senhora do Pilar!!!...Ela tá morta!!! Socorrooo!!!*”, saiu a moça correndo, apavorada com a cena dantesca, em direção à cidade.

Em poucos minutos, a notícia já havia se espalhado na cidade. O Delegado Dr. Fellipe Santiago, bem como, os praças que com ele estavam, Dona Senhorinha do Espírito Santo, Dr. Joaquim Telesphoro, e outras testemunhas e autoridades correram para o sítio. Imediatamente, as suspeitas recaíram sobre os escravos do Capitão, Prudêncio e Vicente, mas onde estaria o capitão? Pensaram todos.

— “*Creio delegado, que o capitão deve ter tido o mesmo destino de sua infeliz esposa*”. Disse Dr. Telesphoro ao Delegado Santiago.

— “*Que diabos! Lamentável!! Mas onde está o capitão?!*” Disse o delegado.

— “*Acho que Vicente estava fugido há 16 dias Dr. Santiago, talvez tenha voltado, pois soube que ele foi visto entrando no hotel na madrugada de ontem*”. Disse Feliciano Martins Monteiro (testemunha).

— “*Vamos ao hotel!?*”, determinou o Delegado.

Todos saíram deixando alguns praças fazendo o levantamento da cena do crime e o posterior cuidado ao corpo da esposa do capitão Lima.

Na cidade já havia uma aglomeração na porta do hotel, que se encontrava trancada, a fim de procurar o capitão Lima. Todos esperaram o delegado chegar do sítio. A essas alturas, o juiz Municipal, Dr. Francisco José da Silva Porto e o Juiz de Direito, Dr. Pedro Antônio da Costa Moreira, já estavam cientes do ocorrido e a postos para os requerimentos diligenciais na captura dos supostos assassinos.

—“Zé Batista! Pegue a picareta na delegacia e traga aqui para arrombarmos esta tranca e abriremos as portas!”. Determinou o Delegado ao Alferes, inspetor de quartirão José Batista de Carvalho.

O Alferes foi na delegacia pegar o instrumento, e prontamente começaram a bater com força no trinco até conseguirem arrombar as portas do hotel e adentrarem no recinto do saguão. O hotel estava todo revirado, e a partir dali era evidente que havia sido saqueado. Correram até a estribaria dos fundos mas não encontraram o corpo.

— “Delegado...Creio que meu escravo Francisco está envolvido nisso também.... há mais de um dia e meio supponho estar realmente foragido... ele veio com uma conversa estranha na noite do dia 26 para que eu fosse ver o capitão Lima, não fui pois tenho algumas desconfianças com o negro, mas haviam vultos no meu quintal. Esses negros certamente estavam de conluio para nos assassinar!!!”. Ressaltou o Médico já matando a charada de que seu escravo estava envolvido no imbróglio.

— “Por Deus Dr. Telesphoro! onde poderiam esses negros sicários terem levado o capitão?”. Disse o Delegado já irritado com a situação.

— “Doutor, se for de muita ajuda, creio que devemos voltar ao sítio e ver na estribaria do mesmo e na olaria. Eu e o Bento vimos o negro Prudêncio, a última vez com o capitão Lima, e depois o negro desfilou no dia 27 com o cavalo do capitão. Embora eu tenha achado aquilo estranho, pois o capitão tinha o maior apreço e ciúmes pelos seus cavalos.” Disse o Alferes José Batista de Carvalho.

— “Sim ... sim ... certamente sendo eles os assassinos, devem ter levado também os cavalos do capitão. Voltemos ao sítio e vamos averiguar a estribaria e a olaria?”. Disse o delegado por fim.

Ao voltarem para o sítio, alguns praças ainda estavam fazendo as diligências na casa do Capitão Lima e levando o corpo de Dona Josefa Martha para a cidade, a fim de ser feito o exame cadavérico a ser determinado pelo juiz Dr. Pedro Antônio da Costa Moreira. O Delegado imediatamente se dirigiu para a estribaria cujas portas de entrada de madeira estavam fechadas. Arrombaram e não conseguiram ver os cavalos. Era certo naquele momento, que os autores do crime foram os escravos do capitão, bem como com a co-autoria e participação do escravo do Médico, Dr Joaquim Telesphoro. Mas o delegado necessitava confirmar achando o capitão João Evangelista de Lima, vivo ou morto.

Alguns praças começaram a perscrutar o local com mais afínco. Havia vestígios de sangue na estrebaria, mas perceberam que no chão batido foi jogada água, formando umas pocinhas. Perceberam uma pequena poça de sangue no chão, que escorria pelos fundos da cocheira. E assim que retiraram com um garfo agrícola o feno, deram de cara com o corpo do Capitão Lima, trucidado.

Os ferimentos em seu corpo eram gravíssimos, e medonhos. Tinham facadas na região torácica, uma quase degolação na jugular e o rosto estava totalmente desfigurado e em carne viva, posto que a barba foi totalmente e violentamente arrancada. Alguns presentes saíram para vomitar ou com ânsia de vômito. O cheiro de sangue talhado ainda era forte e o corpo já se encontrava em estágio inicial de putrefação.

— “*Monstros!*” Falou Felipe Santiago.

Ao que esse foi o pensamento de todos ali presentes. O promotor de Justiça, Dr. Antônio Elias Aguiar, que já se encontrava no local, estava visivelmente indignado, com fogo nos olhos disse:

— *“Esses Filhos de Belial! Demônios!!! Esses sicários não passarão!!! Temos que imediatamente implementar as buscas, não devem estar muito longe?”*, disse por fim.

O Delegado Santiago, após instruir alguns praças para irem atrás dos assassinos, foi para a Delegacia onde os corpos foram provisoriamente levados para o exame cadavérico. O Juiz de Direito, Dr. Pedro Antônio da Costa Moreira, designou o Dr. Joaquim Telesphoro Lopes Vianna, bem como, o Dr. João Pedro d’ Aguiar para a realização dos exames.

Imediatamente, vários ofícios foram trocados em caráter reservado, entre o Chefe de Polícia da Província das Alagoas Serapião Eusébio d’Assumpção, o Delegado de Pilar Dr. Felipe Santiago d’Abreu e o Governador da Província Sr. Dr. João Vieira de Araújo. O medo compartilhado entre todos era que estaria em andamento uma revolta escrava na cidade, uma vez que negros de diferentes senhores estavam envolvidos. Logo chegou aos ouvidos do Delegado, que o coveiro João Alves possivelmente poderia ter participado dos assassinatos, ou, ao menos, do roubo dos baús, pois estava na noite do dia 27 com muito dinheiro na Bodega do Elysio.

— “Alferes José Batista! Venha cá! Como vão as buscas pelos negros foragidos?” Perguntou o Delegado.

— “Em andamento delegado, mas não podemos ir muito longe pois não podemos agir fora da nossa jurisdição.” Disse o alferes.

— “Já encaminhei ofícios para as autoridades requerendo essas providências. Precisamos ir no encalço desses negro o mais rápido possível! Temo que se isso se estender ocasione uma revolta, seja dos negros, seja da população”. Falou por fim.

— “Delegado...eu preciso falar algo...”. Completou o alferes meio que suando frio.

— “Desembucha logo homem, não vês tu que estou com os nervos à flor da pele?!” Disse já irritado o Delegado, ao ler um artigo no jornal em que o tratava como desidioso e negligente na captura dos negros assassinos.

— “Tem uma multidão vindo para a porta da delegacia...”

.

— “Quê?! Era só o que me faltava!”.

Mal o Alferes fechou a boca, Felipe Santiago já podia ouvir uma pequena manifestação na porta da delegacia, que foi se avolumando, transformando-se em uma manifestação acalorada onde senhores da região e pessoas

da cidade exigiam dele atitudes mais enérgicas na captura dos sicários.

“JUSTIÇA PELO CAPITÃO!!! JUSTIÇA PELO CAPITÃO!! JUSTIÇA PELO CAPITÃO!!?”

— “Batista|! Venha comigo e mais dois praças! Ver o que essa gente quer!”. Ordenou Felipe Santiago, deixando o jornal em cima do *birôt* e levantando-se bruscamente ao encontro das massas.

Logo que abriu a porta da delegacia, deparou-se com uma pequena multidão que se espremia e gritava por Justiça ao capitão e à sua mulher. O delegado pediu para se acalmarem a fim de que pudessem ouvi-lo, fazendo um gesto com as mãos e pedindo silêncio, ao que temporariamente a multidão se calou.

— “Escutem todos cidadãos pilarenses!!! As autoridades estão tomando todas as providências possíveis para a captura dos bandidos que mataram barbaramente o nosso estimado Capitão João de Lima e sua infeliz esposa, Dona Josefa Martha?”. Falou alto o delegado a fim de acalmar os ânimos.

— “A verdade Sr. Delegado! é que o senhor sequer saiu no encaço dos monstros!!! É claro que não estão mais na circunscrição de Pilar! Devem ter ido para outras paisagens e quanto mais o senhor

demora pior! Estais lento na captura dos sicários, o que te falta para ir atrás desses assassinos?! Coragem?!". Gritava um homem baixo, com uma pança saliente e calvo, e uma barba mal cultivada, ao que o Delegado percebeu que o mesmo ataçava a multidão a se aglutinar e gritarem. O homem estava visivelmente agressivo nas palavras, usando frases sarcásticas e fazendo cobranças, o que irritou sobremaneira Felipe Santiago.

— *"O senhor me respeite!!! Quem é o Senhor para me acusar de desídia?!"* Disse o delegado visivelmente aborrecido, e, voltando-se para a multidão vociferou:

— *"Escutem bem Cidadãos de Pilar! Estamos fazendo todo o possível dentro de nossas limitações estruturais! Não temos cavalos, não temos sequer pessoal para fazer as patrulhas e falta pessoal!"*

— *"Senhor delegado!!! Se o Senhor não tiver pessoas para cuidar da cadeia enquanto faz a caçada desses párias, nós nos prontificamos a revezar e fazer a guarda da cadeia, mas o que está impedindo o senhor de ir atrás desses monstros ou pedir reforço da Guarda Nacional????!!!"* Gritou um homem baixinho e careca, com tom de voz sarcástico e invasivo, que parecia encabeçar o tumulto na porta da delegacia.

— “*Peço que tenham paciência e...*”. Mal terminou de falar, e o baixinho careca interrompeu aos berros!

— “*PACIÊNCIA??!!! Ora Senhor delegado!! Se é por falta de cavalos etc, eu me ofereço a lhes fornecer e à sua guarda, burros para capturá-los!!! Sou vendedor de burros e coloco-os à disposição de Vossa Senhoria!!! Todos na cidade estão temerosos que esses negros se levantem e venham nos matar!! Sabe-se mais quantos desses negros estão por aí??!!!*”. Explodiu o comerciante, já vendo no imbróglio uma oportunidade de ter um lucro em cima da desgraça alheia.

O delegado percebeu instantaneamente o mal intento do Vendedor de burros. “*Esse oportunista desgraçado*”, pensou consigo mesmo. Mas quando da fala do Comerciante, a exaltação crescia em exponencial, fazendo com que os dois praças que continham o povo para não entrarem na delegacia não puderam suportar, e a turba foi invadindo a delegacia exigindo e gritando “*JUSTIÇA!!! JUSTIÇA!!!*”. Foi praticamente levado pela massa. Até que tomou pé e gritou:

— “*BASTA!!! ONDE ESTÁ O SENHOR QUE OFERECEU OS BURROS??!! Já que oferece os burros e quer tanto JUSTIÇA, que seja de forma GRATUITA!!!*”. Berrou

Santiago, ao que todos olhavam para o lado, pelo que, de forma estranha, o homem tinha simplesmente sumido, depois de atizar a multidão e dizer um monte de impropérios para o delegado.

— *“Estão vendo aí??!! Vão para a casa! Tomem suas precauções com seus negros e esperem o desfecho das diligências que estão sendo efetivadas!!!”*. Disse por fim o delegado. E acrescentou:

— *“Peço que evitem sair à noite, pois não sabemos onde os sicários estão! E quem tiver senzala prendam os negros!”*

Depois de pacificada a multidão, saíram aos poucos resmungando contra a delegacia. Santiago calculou que, das duas uma, ou teria uma revolta escrava prestes a ocorrer ou em curso, ou uma revolta da população branca. A instabilidade da região demandava mais ofícios ao Presidente da Província e ao Chefe de Polícia da Província, a fim de enviar mais tropas e mandados para que pudesse ir no encalço dos foragidos.

— *“Batista, vá com um praça e prenda imediatamente o coveiro da cidade, João Alves. É suspeito.”* Disse por fim, voltando-se para o alferes que estava ao seu lado vendo a multidão se dispersar. Depois voltou ao *birôt* e começou a enviar cartas e ofícios reservados.

Todos ficaram sabendo da prisão do coveiro. O testemunho do dono da bodega, José Elysio foi tomado, e de tantos outros. Santiago conseguiu a pista da fuga de Vicente. O negro fugia tanto, que muitas testemunhas falaram que, provavelmente, foi para o sul da Província, onde teria parentes. Felipe Santiago então, concentrou-se na captura de Vicente ao sul. Soubera pelos jornais e alguns conhecidos, que o médico, Dr. Joaquim Telesphoro Lopes Vianna, tinha disponibilizado recursos próprios, cavalos e pessoas para buscar capturar seu escravo Francisco e os demais envolvidos na trama homicida, que vitimou o Capitão Lima e sua esposa.

— *“Maldito Jornal! Que absurdo! Estão me escaldando vivo! E exaltando o médico?!!! Quando era para eu fazer o trabalho sujo e incorporar o papel de algoz para colocar os negros dessa cidadezinha na linha, eu era o herói!!! Agora essa?!!!”*. Vociferou vermelho como um siri na lata o delegado, jogando o jornal ao ar.

Depois das notícias dos jornais, Felipe Santiago passou o dia todo respondendo às autoridades do processo, entre elas o juiz, promotor, e o chefe de polícia da província, que cobravam dele resultados e estavam temerosos com uma possível insurreição de negros na região, em

andamento. Santiago tentou acalmar o que não se podia acalmar. Assim que conseguiu mais praças, emplacou a caça à Vicente.



— “*Prudêncio...vamo dá uma discansada. Não tô aguentano mai...*”. Disse um esbaforido Francisco, morto de sede e com fome.

— “*Carma irmão! vamo pará num quilombu depoi daquela montanha in riba ali*”. Falou Prudêncio em cima do cavalo caramelo do Capitão Lima, apontando para uma montanha coberta de mata fechada. Há 4 dias que tinham os dois negros encampado fuga para o Norte. Prudêncio conhecia bem os caminhos e rotas de quilombos, alguns desativados, mas outros, comunidades bem pequenas, ainda vivos na região. Foram parando em córregos nas matas e trilhas apenas conhecidas por Prudêncio.

— “*Já sabe dondi vamo ficá?*” Falou Francisco.

— “*Em Cutia ... Pesquêra ... lá pras banda de Pernambuco. Vamo passá na Vila da Imperatriz e falá cum minha famila e tocá rumo à Pesquêra. Lá é mai difirci encontrá a genti*”. Disse Prudêncio.

Ao chegarem perto da Vila da Imperatriz, Prudêncio mandou um conhecido da vila que o viu no entorno da cidade, avisar à mulher e filhos que estava escondido. Conseguiu ir ao campo de cana onde os seus trabalhavam. E sem que o feitor percebesse, falou com todos que se emocionaram ao revê-lo. Prudêncio contou o que ocorreu, e que estava foragido. Que possivelmente, se o encontrassem, seria um homem morto. Ficar muito tempo ali seria perigoso não apenas para ele e Francisco, mas também para sua família. Após alguns dias, arrumou suas trouxas e partiu rumo à Cutias. Moraria em algum Quilombo ainda não desbravado e, vez ou outra, quando a poeira abaixasse, apareceria para esporadicamente ver sua família.



Vicente já não aguentava mais correr. A idade, a fome e o cansaço começavam a pesar, mas já estava chegando no Sítio do Saco, pertencente ao Engenho Hortelã onde tinha amigos e parentes que lhes dariam guarida.

Passaram-se alguns dias, e Vicente escondido entre os parentes, todavia, mais cedo ou mais tarde a notícia se espalharia por toda a Província de Alagoas, e outros

poderiam, em troca de recompensas, delatá-lo. Até que um irmão seu lhe disse:

— “*Vicente! Corre!!!! Agora!!! Cé Tem qui sai e si iscondê ... os Homi viram os praça casquetando a região em busca de ocê e dos xôto. Já tão no Sítio!!! Se acharem Ocê aqui, vai sobrá pra gente*”.

Rapidamente, Vicente pegou a trouxa colocando alguma muda de roupa, um cobertor velho e uma botija de couro com água, despediu-se e saiu correndo, embrenhando-se na mata e quando ouviu gritos se agachou na relva não capinada de mais de um metro; também... só deu tempo para isso, pois já se podiam ouvir os soldados se aproximando e fazendo a vistoria em cada milímetro no sítio.

— “*Capitão! Vem cá Capitão!!!!*”. Gritou um praça fazendo sinal com a mão, de que havia visto algo.

— “*O que foi? Achou alguma coisa?!*”. Disse o Delegado do Termo de Santa Maria Magdalena da Alagoas do Sul (Atual Marechal Deodoro)

— “*O negro não tá longe não...tem pegada fresca por aqui!*” Disse o capitão do mato.

Ao ouvir isso, Vicente, ainda agachado, ficou lívido. Certamente iria ser encontrado! A respiração ficou ofegante

e suava bicas; ainda estava pensando em como sair daquela situação, posto estar, de fato, cercado; foi quando, inopinadamente, sentiu um *tic tac* do gatilho de uma carabina, cujo cano colou na sua nuca. O medo tomou conta e Vicente apenas tremia e batia o queixo de pavor diante da ameaça de morte iminente.

— “*Se você se mexer seu negro... você morre.... AGORA!!!*!”. Vociferou o praça, atraindo assim, a atenção dos companheiros de empreitada, que logo correram e se aglomeraram no entorno de Vicente.

Vicente foi descoberto! Ali mesmo, agachado numa posição patética, e emaranhado no mato alto da campina do Engenho Hortelã; um soldado tinha visto Vicente agachado no mato e distraído com a conversa entre o Delegado e o soldado farejador e aproximou-se sorrateiramente por trás, fora do campo de visão de Vicente. Não havia mais o que ser feito, apenas poderia naquele momento levantar as mãos e esperar o pior. E assim o fez, levantou calmamente as mãos em sinal de submissão e entrega ao comando do praça.

Manietaram-no e o espancaram ali mesmo, com murros, chutes e pancadas com cassetetes; as lembranças dos espancamentos no Engenho Gurgonema quando era

mais jovem vieram-lhe à mente e, de forma automática, tentou proteger as partes vitais de seu corpo ancião quase sem forças; depois de muito o espancar, os praças conduziram-no, logo em seguida, e quase desfalecido, para a Delegacia do Termo das Alagoas do Sul. Vicente foi jogado dentro de uma cela fétida como se fosse um saco de batatas podres; podia sentir o gosto do sangue na boca e a dor do inchaço de seu olho direito.

A notícia da captura de Vicente trouxe uma luz no fim do túnel nas investigações sobre os demais foragidos, e elucidativo acerca dos crimes. Imediatamente, o Delegado Felipe Santiago D'Abreu encaminhou os ofícios devidos ao Chefe de Polícia da Província das Alagoas, Dr. Serapião Eusébio d' Assumpção, e este, ao Presidente da Província, Dr. João Vieira de Araújo, bem como adiantou, com o subdelegado da cidade, Dr. Manoel Joaquim da Costa Jitahy Júnior, as providências diligenciais cabíveis. Os jornais já haviam escrachado sua atuação, posto que Vicente só foi achado por conta às custas do empenho de particulares, dentre estes, o principal foi o médico Dr. Joaquim Telesphoro Lopes Vianna.

Já o Juiz de Direito da Comarca de Pilar, Dr. Pedro Augusto da Costa Moreira, expediu Carta Precatória, requerendo o encaminhamento urgente do réu para ser ouvido em Pilar, salientando que, enquanto perdurasse o julgamento, Vicente ficaria em Pilar apenas para os depoimentos, retornando provisoriamente à cadeia da Comarca de Santa Maria Magdalena da Alagoas do Sul.

Logo chegou o dia do traslado de Vicente para Pilar. Foi colocado no Vapor *Henrietta* rumo à Pilar. Amordaçado, cheio de correntes e com um baraço no pescoço, encolhido num canto do convés, com fome, sede e medo. Em sua mente passavam cenas de sua vida desgraçada e cheia de escapes de sobrevivência; o desânimo era visível; era o fim de tudo; o filho da escrava Ignácia do Engenho Gurgonema era um homem marcado pelas vergastadas da escravidão, pela injustiça e pela morte iminente. Na porta da delegacia, uma multidão ávida por vingança com sangue nos olhos já esperava a chegada do negro capturado. Vicente veio escoltado por 4 praças, todavia, trabalho deu para conseguir entrar no recinto da cadeia pública de Pilar. Muitos do povo começaram a empurrar e jogar ovos, frutas e verduras podres em cima do acusado, aos gritos de

“ASSASSINOOO!!!”. Vicente era conduzido com dificuldades, totalmente espremido junto com os praças que tentavam passar para o interior da delegacia, onde já esperavam o delegado e o subdelegado.

A pequena sala estava relativamente cheia, além do delegado e subdelegado, alguns praças faziam a guarda, e o escrivão já estava a postos para colher o depoimento de Vicente. Felipe Santiago ainda iria ouvir os amigos dos acusados, negros escravizados que poderiam dar pistas do paradeiro dos demais. João Alves já se encontrava detido para averiguações, pois era suspeito também.

Vicente era um trapo humano. Sentou-se numa cadeira rústica de madeira, cheia de farpas, onde o colocaram, manietado e com baraço no pescoço e nos pés descalços e cheio de rachaduras. Procedeu-se à qualificação deste e, por fim, foi-lhe perguntado o que sabia e onde estariam os demais comparsas da empreitada criminosa; a tudo respondeu, mas disse que não participou dos assassinatos, pois estava foragido, tendo chegado na noite dos crimes, mas que se encontrava dormindo na olaria do Sítio Bonga. Revelou alguns detalhes das conversas que tivera com Prudêncio, e que provavelmente estes foram

para o Norte da Província, porque Prudêncio tinha parentes na região da Vila da Imperatriz.

A informação dada por Vicente deu um direcionamento mais proativo às buscas por Prudêncio e Francisco. Imediatamente, Ofícios foram expedidos a todas as comarcas do norte até Pernambuco, dando conhecimento dos foragidos que assassinaram um “honesto e bom Capitão da Guarda Nacional”. Era questão de dias serem capturados.



Era uma manhã de sol na Villa de Cimbres, em Cutias, Comarca de Pesqueira, Província de Pernambuco. O Subdelegado, o Alferes Manoel Vicente Ferreira Canuto acordou disposto, trocou-se e tomou um rápido café com algumas torradas, ovos cozidos e geleia de mamão em compota feito pela mulher.

— *“Estou atrasado. Tem muita coisa para resolver na delegacia e ainda estou aqui...”*. Disse o Subdelegado quase engolindo a comida de uma vez só e tomando o café em um gole.

— *“O praça Leocádio está aí na porta te esperando ... parece que tem informações sobre aqueles negros da Província das Alagoas que*

estão foragidos. Pediu-me para avisá-lo assim que acordasse.” Disse a mulher de Manoel Vicente.

— *“Que inferno isso logo de manhã cedo... chame-o aqui que vou pedir que ele reúna uns 8 praças para me acompanhar na caçada aos assassinos.”* Disse por fim, levantando-se da mesa e indo lavar as mãos e rosto numa bacia de porcelana que se encontrava no banheiro.

O Subdelegado já havia recebido alguns ofícios de autoridades de Pernambuco e de Alagoas, de que os negros Prudêncio e Francisco estava na região. Há mais de 15 dias que havia colocado olheiros para vistoriar a região, com os retratos falados dos dois negros homicidas de Pilar, com uma pequena recompensa pelas informações.

— *“Delegado, esse aqui é o rapazinho que viu os negros conforme a descrição! Está disposto a nos levar ao local ...”.* Falou o soldado Leocádio.

— *“Como se chama rapaz?”.* Perguntou Manoel Canuto.

— *“José Senhor?”.* Disse o moço animado.

— *“Onde você viu os criminosos?”.* Perguntou Canuto.

— *“Eu fui levar umas vacas do Senhor Acindino para pastar, e vi dois negros iguais ao da descrição, com algumas bagagens e*

uns cavalos, descascando manga embaixo de uma árvore, lá para as bandas do riachinho.” Disse o rapaz.

— “*Ótimo! vamos conferir. Só depois poderemos dar a recompensa caso se confirme. Vamos!*”, Disse o Subdelegado já saindo com a tropa da guarda nacional no encalço dos negros.

Contando com o rapaz e o Subdelegado, eram aproximadamente 8 praças da Guarda Nacional armados até os dentes com rifles, carabinas, pistolas e cassetetes para irem atrás de Prudêncio e Francisco. Manoel Canuto estava confiante, pois um negro era mais jovem, de 40 anos, mas o outro era um mero idoso de 59/60 anos; não seria tão difícil capturá-los com aquele contingente de praças. E ainda receberia o mérito pela empreitada, pois já era o 16o dia, desde os crimes, que ninguém tinha conseguido encontrar os sicários. Agora seria ele quem capturaria os bandidos, e teria as honras meritórias de sua campanha. Certamente seria alçado à delegação, quem sabe?

Enquanto isso, debaixo de uma grande mangueira frondosa e cheia de frutos, Francisco descansava enquanto Prudêncio, com um canivete nas mãos, entalhava numa vareta de madeira tipo um arpão, a fim de pegar peixes no

riacho. De repente, ao levantar a cabeça, viu o pastor, o rapaz que de manhã passou por eles com três vacas. Atrás dele, havia soldados. Rapidamente cutucou Francisco mandando-o acordar ao que este acordou assustado. Não daria tempo de correr, era matar ou morrer.

Prudêncio não se intimidou e foi correndo ao encontro da tropa, enquanto gritou para Francisco “CORRAA!!”. Francisco começou a correr, mas rapidamente, dois guardas se apartaram da tropa e correram atrás dele, conseguindo capturá-lo e manietá-lo, espancando em seguida para que este não conseguisse se desvencilhar, posto que ainda lutava para escapar das mãos dos praças, até que colocaram-no amarrado e ajoelhado, com um cano de carabina na cabeça, “*Se fugir morre!*”.

Já Prudêncio, valeu-se do elemento surpresa, ao correr rapidamente para cima do rapaz e do delegado Canuto que vinha bem atrás do moço. Com uma destreza feriu com sua faca o rapaz que caiu no chão. O Delegado, tomado de susto, tentava rapidamente ajeitar a arma para matá-lo mas atrapalhou-se todo, pois o negro já estava praticamente em cima dele, tomando a arma com uma força descomunal, ajeitando em segundo a arma e desferindo o

tiro fatal à queima roupa em Manoel Canuto, que tomba em seguida, e imediatamente, de um salto só, atira imediatamente em outro praça que estava apontando para ele sua pistola, caindo este também morto com um tiro certo na cabeça. Com um movimento de capoeira, desarma outro praça, cuja carabina voa longe, e o mata com a baioneta da espingarda que tinha tirado do delegado. O outro soldado estava com cassetete e os outros dois já haviam rendido Francisco e estavam um pouco longe, Prudêncio então resolveu virar-se e fugir.

Não dava mais para resgatar Francisco, tinha que ir embora. o barulho dos tiros certamente chamou a atenção para o local.... Ocorre que o praça que ele poupou que estava com o cassetete, larga este instrumento, nervoso, tremendo mais que uma vara verde, pega a arma caída na relva do colega e dá um tiro certo, pelas costas, na cabeça de Prudêncio, que cai inerte. Foi um massacre, uma guerra que durou exatos 2 a 3 minutos, numa ação digna de filmes de *Hollywood*. Subestimaram Prudêncio, um idoso sim, mas cuja identidade revelou-se a de um guerreiro malê articulado e exímio em técnicas de guerrilha; Prudêncio não era um mero “idoso” como supunha o subdelegado, era uma

máquina de guerra, e tê-lo subestimado custou-lhe a vida e dos seus; o saldo foi: três homens mortos pelo escravo, 2 gravemente feridos, e Prudêncio morreu ali, com um tiro pelas costas quando baixou a guarda e virou-se para correr e fugir. Sua vida se esvaiu em sua *jihad* particular, com seu sangue escorrendo no chão e se misturando à areia e capim.

A notícia logo se espalhou, e a comoção pela morte do subdelegado e dos praças foi grande na Província de Pernambuco. O relato do rapaz e dos soldados ainda vivos, que conduziram Francisco, foi referenciado no Jornal do Rio de Janeiro inclusive. A saga do negro assassino que matou um Capitão e sua esposa, um subdelegado e dois praças da Guarda Nacional era o assunto do momento nos cafés, botecos e clubes, entre os cidadãos e senhores de engenho de todo o Império. Era certo que a fúria das elites, bem como, de todos, recairia sobre os que ficaram vivos, principalmente, Francisco.



Era previsível que o processo correria de forma tumultuada. Todas as idas a Pilar dos negros acusados, vindos da cadeia de Santa Maria Magdalena da Alagoas do

Sul, era uma manifestação certa na porta da Casa de Justiça. Não era permitido, pela legislação Criminal, que os escravos falassem qualquer coisa que desabonasse os seus proprietários, assim, a defesa estava totalmente prejudicada. Não possuíam um advogado, apenas um curador, que era um Alferes da Guarda Nacional de nome José Caetano de Moura Leite. Este entrava mudo e saía calado nos interrogatórios. De qualquer forma, quem iria querer defender esses negros? Obviamente, naquela conjuntura, ninguém! Ninguém queria manchar sua reputação defendendo tais sicários. O Promotor Público Dr. Aguiar fez uma denúncia tão contundente que parecia que já estava enforcando os réus com a pena e o tinteiro, praticamente adiantando o veredicto que seria dado pelo Júri do Conselho de Sentença.

O médico Solteirão, Joaquim Telesphoro era incansável, nutria um ódio ferrenho e particular por Francisco. O negro iria matá-lo e terminou que matou um amigo seu e sua esposa barbaramente. Talvez se sentisse culpado por ter comprado o escravo, ou de não ter dado em casamento a negra, mas como poderia imaginar, afinal, que as coisas tomariam tal rumo?! Ademais, os “E se”

permeavam sua mente atribulada e cheia de culpas pela morte do capitão e de sua esposa, em parte por causa de seu próprio escravizado. Não! ... não descansaria até que aquele monstro infeliz estivesse pendurado numa corda! Seria o alento que aplacaria sua ira e limparia sua consciência! Iria às últimas consequências! Até mesmo para o Rio de Janeiro, se preciso fosse! Atrás do Ministro dos Negócios da Justiça, Dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, mas certamente, a pena de morte daquele assassino sairia fosse o que fosse! Pensava o médico com sua alma conturbada.

O processo transcorreu sem qualquer defesa jurídica dos acusados. Além dos ofícios reservados entre as autoridades, foram ouvidas muitas testemunhas, inclusive, antigos amigos dos acusados, negros escravizados de outros senhores. Era perceptível que todos sabiam alguma coisa sobre os réus ou dos planos que estavam sendo traçados dias antes dos assassinatos. Candinho, um negro escravizado e amigo de Prudêncio, em depoimento, disse que havia “Instruções” para a morte dos senhores. Mas as autoridades não quiseram cavar mais essa história, pois suspeitavam do envolvimento de mais negros no levante, e isso poderia ocasionar uma reação em cadeia na região, desfavorável ao

governo. Sabiam que uma punição mais severa para aqueles 3 que estavam encarcerados, seria suficiente para arrefecer qualquer intento de insurreição. Não havia outra penalidade que não a morte.

Após o Júri de formação da culpa, o promotor ofereceu as razões da pronúncia, que eram repetição da denúncia formulada. E os três iriam para o Júri de Sentença. O dia do júri foi determinado. Muitas pessoas se encontravam no recinto da casa de audiências, os jurados foram sorteados, e por lei, todos tinham até determinado grau de posses e outros requisitos, ou seja, eram pessoas que possuíam escravos, homens com formação e com certa renda. Mais tarde alguns críticos que ousaram dizer alguma coisa, diriam que aquilo nem foi um processo, nem um julgamento, teria sido uma vergonha. Mas ninguém estava disposto a colocar o pescoço a leilão em face da opinião pública social, diante da sede de vingança contra os negros acusados.

Enquanto Vicente e Prudêncio, escravos da vítima, o Capitão e sua esposa, foram enquadrados na denúncia e na pronúncia, na Lei n. 4 de 10 de junho de 1835. Francisco e João Alves, foram enquadrados no artigo 271 do Código

Criminal; eram latrocinistas, pois mataram para roubar, não se perquirindo qualquer outro motivo para os assassinatos...principalmente, a escravidão. Pelas duas legislações, a morte era a sentença.

Quanto aos negros da região, estavam todos acuados. Na multidão que tomava conta do espaço onde seria feito o julgamento, do lado de fora, uma grande quantidade de negros escravizados, com seus olhares curiosos, queriam saber o destino dos outrora seus irmãos de raça. O local estava bem policiado; alguns destacamentos da Guarda Nacional foram designados para fazer a segurança do local e da cidade. Os negros que se aproximavam eram devidamente fiscalizados com olhares de desconfiança.

Não é preciso dizer que foram ouvidos os depoimentos de todos, que confirmaram o que foi falado no primeiro júri de formação da culpa; os três réus estavam descalços, com as cabeças baixas. Não demoraria muito para a sentença ser dada. O Promotor Público do júri já não foi o Dr. Aguiar, mas sim, outro, designado para esse fim, o Dr. Antônio Euzébio de Assumpção. A cada fala da acusação, podia-se sentir um burburinho na plateia de assentimento, e

até palmas dos mais exaltados, arrefecidas com o pedido de silêncio irritado do magistrado, o Juiz de Direito Dr. Pedro Antônio da Costa Moreira. Do lado de fora, o grupo de negos calados, sem ouvir um pio sequer. Defesa? Que defesa? O Curador dos réus, o Alferes Caetano, só tinha uma fala: “*Nada a declarar*”; foi assim no processo, foi assim no júri.

Entretanto, o depoimento e o álibi de João Alves foram discutidos. Não havia, de fato, como incriminá-lo sem provas mais contundentes. Na salinha, no intervalo, antes do sorteio do veredicto, tanto o Juiz quanto o curador, discutiram a possível “colaboração” do coveiro, embora o promotor estivesse irritado com uma possível absolvição de João Alves, por falta de provas mais incisivas de sua participação nos assassinatos e também, porque entendia e via furos de seu álibi, considerado pelo promotor como fajuto.

— “*Ora excelência! uma mera acareação ente o inspetor do quartelirão e a testemunha Bento, diante do álibi José Florêncio, derrubaria a narrativa desse negro loroteiro e assassino!*” Disse o promotor Assumpção na ocasião.

— “Vossa Excelência não entende o problema?! O Conselho de Sentença tem dúvidas! A acareação não seria suficiente nessa altura do julgamento para isso! Ele poderia dizer que tinha esquecido de dizer o detalhe da bodega do Sr. Elysio. Além do mais, a cidade não pode perder o seu coveiro, ora bolas! Porque aqui não tem ninguém que queria fazer esse serviço!” Disse o juiz de Direito e presidente do Júri, Dr. Pedro Antônio da Costa Moreira, já irritado batendo na mesa de madeira de sua sala de despachos.

— “Doutor... me permita falar, esse negro é casado, não fugiu, e muita gente aqui acha que ele é inocente; mexer com ele é como mexer num vespeiro. Sugiro que usemos o infeliz como carrasco dos comparsa, assim aprenderá uma lição e chocará aos demais, inibindo-os de fazer a mesma coisa. O benefício de acatar o álibi e não ter o pescoço na forca seria em troca de ser o carrasco?”. Disse o Alferes Caetano.

— “De fato! Arranjar um carrasco seria um problemão para nós! Há um tempo que a pena não é aplicada por Vossa Majestade, o Magnânimo Pedro II, e não creio que alguém iria querer fazer o serviço indigesto! Sejam mais pragmáticos e coloquemos o negro coveiro.” Disse o Juiz Municipal, Dr. Francisco José da Silva Porto, que iria executar a sentença determinada pelo Dr. Pedro e o Conselho de Sentença.

Assim, a maioria achou que o coveiro poderia ser de algum proveito, tal como o benefício de se safar, acordado com a promotoria, mas com a condição de ser o executor dos réus, já que sabiam que ia ser difícil achar alguém para executar a pena de enforcamento, haja vista que este era um problema discutido desde a formulação do próprio Código Criminal e de Processo.

Normalmente, o carrasco era um açougueiro, um coveiro ou integrante da Guarda Nacional. Mas ninguém ali queria manchar as mãos de sangue, mesmo que fosse para dar cabo de um de um assassino; principalmente os honrados integrantes da Guarda. Assim, a função normalmente ficava para açougueiros ou coveiros, mas os açougueiros normalmente saíam da cidade ou inventavam desculpas; a opção pelo coveiro era a mais viável, já que estava mais familiarizado com a morte. Além do mais, isso iria dar uma boa lição no infeliz, caso ele realmente tenha participado dos crimes, o benefício da dúvida sairia muito caro para João Alves José Ferreira. Teria de executar o próprio amigo, para provar sua inocência e fidelidade à sua narrativa e do seu álibi. Todos acordados, o Juiz daria finalmente a tão esperada sentença, condenando Vicente e

Francisco à morte por enforcamento. João Alves estava visivelmente aliviado por terem aceito seu álibi, liberado, foi ao encontro de sua mulher e a abraçou emocionado, mas a alegria não era completa, seus irmãos de cor não tiveram a mesma graça, principalmente Vicente, que tinha a certeza que era inocente.

A euforia foi geral no recinto, quando da prolação da sentença. Podiam-se ouvir palmas e grande alarido de alegria. Dr. Telesphoro abraçava aos amigos; do lado de fora, um a um, os negros da cidade iam se dispersando e voltando com olhares vagos para suas labutas diárias.

Vicente, pela lei de 1835, não teria direito a recorrer, pois teria assassinado seu senhor. Chorou muito de cabeça baixa, se dizia inocente. Ele e Francisco seriam encaminhados para a Cadeia Pública de Maceió, onde iriam aguardar a execução da sentença, após o recurso de graça. Já Francisco, teria o tal Recurso *Ex Officio*, ou seja, sendo a pena a capital, é obrigatório o encaminhamento, independentemente de pedido de defesa (que nunca existiu, diga-se) para apreciação do Imperador que, a depender do caso, poderia dar a graça ou transformar em prisão perpétua. Tinha esperança da prisão perpétua, pois lhe foi dito que o

Imperador ultimamente estava um pouco mais reticente em dar a pena de enforcamento. Ainda guardava uma centelha de esperanças. Enquanto aguardava o julgamento, alguns escravos amigos vieram visitar na cadeia:

— *“Muita coisa eu num pude falá...num pude dizê. As pessoa num sabe o que acontecia...As pessoa num sabe de nada”.* Dizia reiteradamente.

Durante seu depoimento, e mesmo na cadeia, sempre afirmava a inocência de Vicente. Aquilo estava incomodando muito. Francisco sentia-se culpado pelo envolvimento de Vicente na insurreição, sendo que durante toda a trama ele estava fora de Pilar, foragido. Agora, tudo estava perdido. *Mas não de todo! Certamente não iria para a forca se assim não fosse a vontade dos céus!* Pensava.

Escreveu orações e costurou os *patuás* no verso de suas roupas, tinha plena fé e certeza de que seu corpo agora estava fechado, protegido contra o mal. *Não iria morrer na forca! Alá o protegeria! Ânimo!* Pensava consigo. *Ainda há esperança!* Outrossim, sentia-se injustiçado, sabia de muita coisa, mas era um amordaçado, afinal, era um pária, um mero escravo e agora...um verme social.



Dois anos se passaram, era o ano de 1876. Francisco e Vicente continuavam encarcerados na Cadeia Pública de Maceió, localizada na Praça da Independência, mas todos conheciam como “Praça do Quartel”, haja vista que o prédio do Quartel era na mesma praça, praticamente vizinho. O peso da idade já se fazia sentir em Vicente. Cansado e depressivo, era já um idoso de mais de 60 anos de idade. Já Francisco, estava confiante de que não iria ser enforcado e de que sua pena seria transmutada para prisão perpétua. Ao menos tinham direito a uma alimentação diária e não estava passando fome; fazia suas orações e se valia na fé em seus *patuás*.

O carcereiro deu uma batida, arrastado o cassetete na grade da cela de Francisco:

“Praaaaaaaal!”

— *“Ei! Negro! Parece que a decisão sobre sua sentença está vindo do Rio de Janeiro e deve chegar essa semana aqui na Província”.*

— *“Tenho a certeza de que num vô pra forca. Já ouvi dizê que o Imperadô num manda mai ninguén pra forca...É o qui dizem pur a?”.* Disse Francisco com confiança.

— “*Apôí não é essa história qui en ôço não! Si eu fosse ocê, num estaria tã cunfiante assin. O que te fai tê tanta certeza de que num vai sê inforcadu?*”. Perguntou outro encarcerado que dividia cela com Francisco e estava deitado no chão batido em cima de uma esteira e com os braços cobrindo os olhos.

— “*Eu tenbo a proteçã e o corpu fechado. Ocês hã de ver!*”. Disse por fim Francisco voltando para o canto da cela e se sentando.

Alguns dias se passaram, e o carcereiro veio novamente.

— “*Negro! Acorda!*”. Disse grosseiramente.

Francisco levantou-se e ainda aturdido perguntou:

— “*O que foi?*”.

— “*Olha negro! Sua sentença foi confirmada ... você vai ser executado dia 28 de abril ...Semana que vem, dia 24, você vai ser transferido para a cadeia do Pilar!*”. Disse o carcereiro dando meia volta e saindo, sem deixar margem para qualquer pergunta que Francisco pudesse querer fazer.

— “*Eu num disse?*”. Falou o companheiro de cela de Francisco.

— *“Fica caladu que ocê não intendi nada... eu tô protegido, e em pilá tem nosso povo que num vai deixá”*. Disse Francisco aborrecido com a incredulidade do companheiro de cela.

— *“Vá sonbandu”*. Disse por fim o preso cético.

Os dias passaram rápido. Vicente estava na cela vizinha e sua condição de saúde já era extremamente precária. A notícia da recusa da graça imperial caiu como uma bomba para Vicente; sabia que seu fim também estava próximo. Francisco ainda mantinha sua fé inabalável de que era protegido com seus amuletos malês com orações e citações corânicas.

O dia 24 chegou, e estava ensolarado. Uma movimentação atípica na cadeia se fazia perceber aos moradores de Maceió. 32 Praças da Guarda Nacional portando fuzis e baionetas, comandados pelo Veterano da Guerra do Paraguai, Comandante da Guarnição do Exército Imperial na Capital alagoana, Capitão João Domingos Ramos, descendo as escadas, enfileiraram-se do lado esquerdo e direito da entrada da Cadeia. O fato chamou logo a atenção dos transeuntes, curiosos, e uma pequena multidão se formou na praça para ver o traslado de Francisco até a Comarca de Pilar.

Pouco tempo depois, o portão da cadeia se abre e o administrador do local sai com Francisco algemado, escoltado por dois soldados. Ao ver tantos praças, Francisco arregalou os olhos de espanto, isso fez seu coração acelerar e esmorecer um pouco, mas manteve a fé e a esperança de que não seria executado; imediatamente, a força policial se colocou em formação quadrada, de escolta ao condenado, iniciando a procissão até o Termo de Pilar. Praticamente, toda a cidade de Pilar já aguardava a chegada de Francisco, mas não apenas de Pilar, mas de toda a região circunvizinha.

Novamente fez o percurso pela Lagoa Manguaba, mas desta vez, seria sua última viagem à Pilar. Pensou, por um momento, que alguns anos antes, fazia esse mesmo itinerário, com o Médico e a negra pela qual se apaixonara. Nunca poderia imaginar que o desenrolar dos fatos levassem aquele momento fatídico. Tinha consciência de seu crime, sabia que cometeu assassinato, e não iria negar. Queria se ver livre da escravidão, queria ser livre para constituir família, queria tantas coisas. Poderia não ter matado o Capitão e sua mulher, que nem seus senhores eram? Sim, poderia. E de certa forma se arrependeu de tê-lo feito naquele momento. Mas foi pela causa da liberdade e de fazer justiça contra

aqueles que lhes fizeram injustiça. O embarque e desembarque se deu tranquilamente; e logo, em procissão, foi conduzido para a precária cadeia Pública do Pilar, uma casa de taipa na época, sem a mínima estrutura. O delegado que seria responsável pela execução, era o Capitão Vicente Bezerra Montenegro.

Em face da precariedade estrutural da cadeia, conseguiu com um senhor de engenho local um *Pau D'arvo*, a fim de que Francisco passasse suas últimas noites, com mãos e pés presos nos buracos da geringonça torturante de madeira e ferro. Não haveria, dessa maneira, e com o número grande de soldados da Guarda Nacional, nenhuma possibilidade de surpresas até a data da execução, que seria dia 28, às 13:00 horas da tarde, conforme determinado pelo juiz de Direito Dr. Pedro Antônio da Costa Moreira. Tanto de fuga quanto de rebelião escrava, o Poder Público estava precavido e ciente de que, se qualquer dos amigos do réu incitasse uma insurreição, o que, naquela conjuntura seria um suicídio coletivo, a presença de tantos soldados armados com fuzis e baionetas já seria suficiente para inibi-la.

Mas, quem construiria a dita força? Esse era um problema a ser solucionado e discutido entre as autoridades

judiciais dias antes da data aprazada para a execução. O juiz que iria cumprir a ordem executiva do Imperador, e do Juiz de Direito Dr. Pedro Antônio da Costa Moreira, era o Juiz Municipal, Dr. Francisco José da Silva Porto. Este, mais o Promotor Público da execução, Dr. Aurélio Numeriano Silveira, e o Delegado da Execução, Capitão Vicente Bezerra Montenegro, estavam reunidos para saber quem saberia fazer, ou faria, a geringonça da forca, bem como, toda a estrutura do cadafalso, uma vez que nunca ninguém ali, na Província das Alagoas, havia visto pessoalmente uma sentença de enforcamento sendo levada a cabo, muito menos como deveria ser o instrumento do suplício.

— “Batista!!!”. Disse o Delegado Montenegro, chamando o praça.

— “*Sim Senhor Capitão!*”. Disse o Praça já a postos.

— “*Chame aqui o Carpinteiro João Costa, e também aquele Português...como é mesmo o apelido dele?*” Perguntou o delegado.

— “*Mindubi, senhor, todo mundo aqui na cidade chama-o de Mindubi*”. Disse por fim o soldado.

— “*Isso! Isso mesmo! Chame-os aqui imediatamente! Precisamos discutir alguns arranjos sobre a construção da estrutura do cadafalso*”. Falou por fim Montenegro.

O praça saiu correndo atrás do carpinteiro e do português. Logo, apareceu o carpinteiro João Costa. Era um homem muito simples, calçado com uma sandália estilo *xó boi* velha, que deixava transparecer as rachaduras profundas dos pés; mãos calejadas e cheias de talhos, e até com farpas, que pouco o homem demonstrava estar incomodando. Roupas não muito apresentáveis, estava suado e até fedido, ao que parecia que o homem veio da sua pequena oficina direto para a Casa de Justiça a fim de atender ao chamado das autoridades.

— “*Sr. João Costa, Bom dia. Estamos aqui para saber do Senhor se podes construir, daqui para o dia 28 de abril, uma pequena estrutura de madeira, no caso, o cadafalso para a execução dos monstros que mataram o honrado Capitão Lima e sua infeliz esposa Dona Josefa Martha de Lima?*” Perguntou o juiz da Execução, Dr. Francisco Porto.

— “*Sim senhor, mas preciso da ajuda de outro carpinteiro, e também saber onde será construída esta estrutura. Outra coisa senhor, preciso de uma planta com o projeto da geringonça, pois nunca fiz algo do tipo aqui na região...*” Falou o carpinteiro.

— “*Sim...Sim! Por essa razão o delegado aqui, Dr. Montenegro, já mandou chamar aquele português morador da*

cidade...como é mesmo o nome dele?...” Perguntou voltando o rosto para o praça Batista que logo se prontificou a responder ao juiz municipal.

— *“Mindubi, senhor”*. Disse o praça.

— *“Sim sim! Esse mesmo?”*. Completou o Juiz.

Mal acabou de falar, e outro praça anunciou a chegada do Português, que logo foi introduzido na sala onde a reunião estava sendo feita.

— *“Senhor Mindubi...Bom dia; Como cidadão português, o Senhor por acaso tem conhecimento como é o desenho ou pelo menos tem como nos dar uma referência de como é a estrutura de um cadafalso? Creio que já debes ter visto muitos nas terras lusitanas...”* falou por fim o juiz Dr. Francisco Porto.

— *“Ora pois, pois Meritíssimo! É uma imensa honra poder estar à disposição da justiça para ajudar no que for preciso. Sim! sei como desenhar a estrutura da geringonça. Não é algo complicado, é até simples. Posso proceder a fazer uma planta do Instrumento de suplicio”*. Falou o português com seu sotaque luso carregado bem característico.

— *“Senhor Mindubi, a questão é a urgência da feitura dessa planta, precisamos dela, mais tardar até amanhã de manhã. E o senhor deverá entregar o projeto ao Sr. João Costa, aqui presente, que*

será o carpinteiro que executará a obra”. Disse o Promotor Público Dr. Aurélio Numeriano Silveira.

— “Ora pois ... pois, quanto a isso, Vossa Excelência não precisa se preocupar, haja vista que saindo daqui, ainda hoje à noite posso passar na carpintaria do Sr. João Costa, à noite, para entregar a planta”. Disse o Português todo solícito, mas acrescentou:

— *“Todavia... antes que eu me esqueça.... (Falou com tom acanhado mas cheio de interesse nos olhos), permita-me acrescentar que por meus serviços de engenharia, teria de cobrar algum valor...nada muito caro, em honorários, pela confecção da planta da estrutura do cadafalso*”. Concluiu o lusitano já esfregando as duas mãos.

— *“Quanto a isso o Senhor não se preocupe, pois todas as despesas serão por conta da Justiça Pública, assim como, os serviços de carpintaria do Sr. João Costa, aqui presente*”. Disse o juiz da execução, com sua voz formal e solene, designando o carpinteiro levemente com a mão direita.

— *“Mas senhor... desculpe-me perguntar, onde será construído o cadafalso? Para eu poder já, com a ajuda de alguns, levar algumas madeiras de antemão ao local*”. Falou o carpinteiro, intervindo na conversa.

— “Bonga! ... no Sítio Bonga. Bem em frente à casa do capitão e de sua esposa. Não há lugar mais simbólico para se fazer justiça do que lá, onde esses monstros sicários fizeram suas barbaridades!” Disse por fim inflamado o Promotor Público Dr. Aurélio.

— “Sim ... sim. Isso já é certo. Quanto a vocês, já estão dispensados; espero que tudo esteja devidamente pronto até a manhã do dia 28, sexta feira”. Completou o Juiz, dando por encerrada a reunião operacional sobre a execução de Francisco.

• • •

Era dia 26 de abril de 1876, e o frio do sereno da madrugada era de tremer os queixos. Francisco seria submetido aos ritos de execução, e seria encaminhado para a última confissão, antes do enforcamento que seria dali há 2 dias.

Padre Getúlio Vespasiano Augusto da Costa. Eis o escolhido. O vigário era extremamente conhecido na Província das Alagoas, principalmente, na Freguesia de Santa Maria Magdalena da Alagoas do Sul (atual Município de Marechal Deodoro) onde exerceu suas funções eclesiásticas por bom tempo; metido na política local, já

tinha sido eleito na função de deputado provincial por 3 mandatos. Entraria agora para a história, como o vigário que ouviu a confissão do último enforcado do Império do Brasil. O velho vigário vestiu sua batina e se dirigiu à Cadeia Pública do Pilar naquela manhã de Quarta-Feira. Francisco estava ainda esperançoso de que, no último instante, a pena seria convertida em prisão perpétua. Estava protegido com seus patuás, suas orações, e imerso em suas últimas esperanças.

A única coisa que padre Getúlio pôde ouvir, foi a confissão de que estava arrependido de ter encampado aquela revolta e estar naquela situação, ademais, Capitão Lima e sua mulher sequer eram seus proprietários, sua rixa maior, na realidade, era com o médico, Dr. Joaquim Telesphoro, e dele relatou tudo o que o levou a se juntar com Prudêncio para sair daquela condição; mas relatou o que não pôde falar nos autos processuais, em face da proibição do artigo 75 do Código de Processo Criminal, que veda os escravos de falarem mal ou denunciarem seus senhores. De tudo, o norte era a causa da liberdade. Queria ser livre para viver, casar ... queria ser livre dos grilhões da escravidão; estava cansado, nunca pôde ser nada na vida, nunca pode constituir família e amar quem quisesse, a verdade nua e

crua, é que nunca foi visto como uma pessoa, uma alma, para ninguém. E hoje, era um monstro, um assassino, uma besta; estava emocionalmente destruído. Asseverou que Vicente era inocente. Entretanto, quem saberia o que mais Francisco confessou? Tudo ficaria em segredo sacramental, e Padre Getúlio levaria o seu segredo para o túmulo.

Na noite de quinta-feira, dia 27 de abril de 1876, a cidade já se encontrava lotada, com pessoas vindas de todos os lugares para assistir o evento da execução por enforcamento do negro que matou um Capitão da Guarda Nacional e sua esposa. Um caso de projeção não apenas regional, mas acima de tudo, Nacional. Não cabia mais nenhum mosquito na pequena Cidade do Pilar. Tinha gente amontoada em todo canto e biboca; uns se hospedaram nas casas dos particulares; algumas autoridades vieram para testemunhar a cena dantesca, que seria perpetrada no dia 28 de abril, exatos 2 anos dos assassinatos. Vários senhores de engenho e fazendeiros das regiões circunvizinhas traziam, inclusive, seus escravos, para presenciarem o fim daqueles que “ousassem” se insurgir contra eles e à condição de escravizados. Tudo estava pronto. O anjo da morte mais uma vez teria lugar no sítio, agora tido como amaldiçoado.

Bonga, naquelas alturas, um nome que impingia horror, local abandonado e habitado por demônios e fantasmas. E assim continuaria por mais de um século, um lugar de morte, habitado pelas sombras da escravidão, da violência e do crime.

O carcereiro abre o pesado portão de ferro da cela onde se encontrava Francisco. Este já não queria mais nem comer nem beber. A proximidade da data de execução trouxe uma certa ansiedade que ocasionava palpitações e angústias. Mesmo assim, ainda se sentia confiante de que no último minuto seria protegido por ação divina de seus amuletos sagrados (*patuás*), costurados devidamente no avesso de suas roupas. A esperança de que a pena fosse transmutada era real para ele naquele momento. Tinha ouvido que muitas sentenças de morte foram alteradas nas vésperas da execução; mas como saber se eram ou não verdade esses boatos? A única coisa que tinha em mente é que não poderia perder a esperança.

— “*Levanta negro!*”. Falou o carcereiro já agachado, com o molho de chaves nas mãos, abrindo as correntes que prendiam Francisco ao Pau D'Arco.

Francisco levantou, e logo o carcereiro começou, com a ajuda de um praça, a retirar as roupas do condenado.

— “*Ei! Má o que é isso?!! Num quero não que tirem minhas rôpa!*”. Disse indignado Francisco e travando uma pequena guerra com as mãos, de *puxa-puxa* da roupa com o carcereiro.

— “*Cala-te negro! É a lei! terás que vestir essa camisola branca para tua execução amanhã!*”. Vociferou o carcereiro, puxando com mais força e, com a ajuda do praça, que deu um cassete no preso, conseguindo retirar a roupa de Francisco, que agora estava despido no meio da cela.

Entretanto, algo intrigou o carcereiro, viu uns papéis com inscrições que pareciam rezas, mas diferentes, costurados no avesso de sua camisa e sua calça pescador esfarrapadas.

— “*Mas o que é isso?!!!*”.

— “*Não!!! Me dá de volta! É minha proteção! Me dá de volta!! Me dá por favô Por favô!!!*”. Começou a gritar e chorar Francisco, tentando desesperadamente pegar de volta os *patuás* que estavam nas mãos do Carcereiro, ao que o praça junto com outro que havia entrado na cela, seguraram-no

com força e deram uns poucos tabefes para que se aquietasse.

— “*Felizardo! Traga aqui uma lata com fogo por favor!*”

Mandou o carcereiro aos berros.

— “*Sim Senhor!*”

O praça saiu e logo voltou com uma lata que tinha um braseiro e, na frente de Francisco, que já se encontrava vestido com a *camisola de onze varas*, ajoelhado e com os braços detidos na direita e esquerda por dois praças, o carcereiro jogou peça por peça no fogo. A fumaça subiu e o fogo se expandiu mais ainda com as roupas velhas e os patuás. Francisco apenas olhava as chamas consumirem e transformarem em pó sua última esperança, sua proteção de fé.

Ali, sentiu que não apenas sua liberdade, mas objetos de suas crenças tinham-lhe sido tirados! Agora, sentiu e tinha a certeza de que sua vida seria ceifada por derradeiro.

• • •

A execução por enforcamento do assassino do Capitão Lima e de sua esposa, Dona Josefa Martha, foi o assunto na manhã do dia 28 de abril de 1876. A cidade

praticamente madrugou e estava em polvorosa. A Pena de Morte se transformou num espetáculo de circo dos mais aguardados da história de Pilar, horrendo, dantesco sim, mas um espetáculo.

Não se pode negar que o fato movimentou, e muito, a economia da pequena cidade; muitos vieram das comarcas e regiões vizinhas para assistirem o macabro acontecimento. A Bodega do Sr. Elysio nunca vendeu tanto.

Mesmo os que só estavam de passagem pela cidade, resolveram esperar para ver o desfecho de tão triste história. Transeuntes e curiosos, muitos interessados em ver, pela primeira vez na vida, um homem ser executado num cadafalso. Outros, como os senhores de engenho e de escravos da região, fizeram questão de levarem seus negros escravizados para testemunharem o fim daqueles que tiveram a “audácia” de se levantarem contra o sistema de escravidão em que viviam. Era questão de honra mostrar que todos os envolvidos estavam mortos. Isso arrefeceria qualquer intento de rebelião na região, ou em seus termos.

Seja por curiosidade, sentimento de vingança, ou sepultamento de um ideal de liberdade, isso era o que simbolizava aquele cadafalso do Sítio Bonga, naquele

momento, para curiosos, elites escravistas e negros, respectivamente.

Eram aproximadamente 11 horas da manhã e já na delegacia de Pilar chegaram o Juiz da Execução, Dr. Francisco José da Silva Porto, o Promotor da Execução, Dr. Aurélio Numeriano Silveira, o escrivão de crimes do 2o. Tabelionato Público e Privativo do Júri, Augusto José de Melo, e o Delegado da Execução, Capitão Vicente Bezerra Montenegro, além de Padre Getúlio. Junto com os 32 praças da Guarda Nacional, que ficaram acampados no entorno da cidade, todos já se encontravam a postos. As ruas estavam tomadas para assistirem a procissão do condenado até o cadafalso. O carcereiro colocou o *baraço* em Francisco, que ficou assustado ao sair da delegacia e ver uma verdadeira multidão se espremendo na porta e em todo o percurso da rua. O Comandante da Guarda Nacional Capitão João Domingos Ramos deu o sinal a fim de que alguns praças, munidos de cornetas e tambores, respectivamente, bradassem e rufassem.

As portas e janelas das casas e estabelecimentos estavam abarrotadas de pessoas, a maioria senhorinhas e moças, que assistiam de camarote, a imensa procissão, com

as autoridades na frente, encabeçando o cortejo, e Francisco cercado por todos os lados, pelos 32 soldados enfileirados e armados até os dentes da Guarda Nacional. Muitos estavam comovidos com a cena. O silêncio era solene, só se ouvindo os sons dos tambores ao longo do trajeto. Ao longo do trajeto, o oficial de Justiça badalava uma campainha que trazia consigo e lia em voz alta, audível a todos, a Sentença Condenatória de Francisco.

Ao passarem pela Igreja Nossa Senhora do Rosário, que no momento estava servindo como Igreja Matriz De Pilar, Francisco foi tomado de angústia e medo; resolveu querer entrar no santuário com a alegação de fazer uma última oração. Não se sabe se para pedir ao Deus dos brancos perdão, ou se para encontrar um local menos movimentado para fazer suas orações e pensamentos finais, numa espécie de reflexão sobre toda sua vida desgraçada como escravo, ou se para retardar mais o momento final de sua vida entre os da terra. Agora tinha certeza que estaria morto dali há alguns minutos. Pediu ao padre Getúlio que requeresse ao Juiz da Execução, Dr. Silva Porto, e isso foi-lhe concedido naquele momento.

Após algum tempo sentado de cabeça baixa; algumas lágrimas podiam ser vistas despencando pelos lados de seus olhos, levantou-se, e com um ar mais calmo, resolveu enfrentar novamente seu cortejo fúnebre até o Bonga.

De longe já se via a estrutura montada de suplício, feita pelo carpinteiro João Costa e projetada pelo Português *Mindubi*. No percurso para a morte, Francisco não teve direito a estandartes funerários, nem de irmandades, nem qualquer ritual de morte típicos de seus irmãos de cor; sabia que, como condenado, seria morto e jogado numa vala comum, cavada por irmãos de grilhões, escravizados como ele, que o jogariam no buraco e o sepultariam com a terra removida.

Ao chegarem no Sítio Bonga, mais precisamente em frente ao cadafalso, os praças da Guarda Nacional fizeram um cerco em torno da estrutura de suplício. Mais uma vez, a sentença foi lida pelo Juiz da Execução, em alto e bom tom. Francisco olhou e viu o carrasco, estava de cabeça baixa e se tremia todo. Era João Alves? Estava com um capuz que dificultava verificar ao certo sua identidade, mas sentia que era João Alves; era um negro, igual a ele e, com certeza, um coitado que pegaram para manchar suas mãos com seu

sangue. Não poderia permitir isso. Dois praças posicionaram Francisco na bancada, manietaram com cordas suas mãos, e colocaram a corda no entorno do pescoço e se afastaram para que os ritos finais de execução fossem feitos. Padre Getúlio então fez umas rezas e se dirigiu ao condenado:

— “*Francisco! Queres falar alguma coisa, antes de sua partida?*”. Perguntou o Padre.

Não se podia ouvir nada mais do que alguns pios de pássaros. A multidão, de mais de 2000 pessoas, estavam silentes, olhos arregalados e embasbacados com todo o ritual. Os negros estavam desolados. Algumas senhoras já davam indícios de que iriam ter uma síncope. A execução trazia uma carga emocional e traumática a todos, independentemente da classe social. Era uma cena chocante.

Francisco fez sinal de que queria falar. Nesse momento, nem burburinhos se ouviam. Por um breve momento, só se ouviam a canção das folhagens que balançavam em face da brisa do nordeste. Respirou fundo, olhou para o alto e falou alto:

— “*Peço... (por um momento a voz embargou). Peço Perdão a todos!!! E a todos...Eu perdôo!!!*”. Disse Francisco, e

quase que imediatamente, lançou-se à força, antes mesmo das autoridades mandarem o carrasco empurrá-lo.

À cena, seguiu-se um urro de horror. Algumas senhoras desmaiaram, outras tiveram um acesso de choro, e outras não conseguiram falar, estateladas diante da cena. Enquanto Francisco se estrebuchava e não morria, o Comandante deu ordem para que o carrasco subisse na força. O homem enquanto subia, tremia todo. Colocou as pernas, encaixando cada uma nos ombros do condenado, e sentado segurando a cabeça com as mãos, começou a forçar o peso sobre o corpo do enforcado e, assim, apressando a morte. Depois de alguns minutos, Francisco parou de se estrebuchar, e foi dado como morto. A população estava quase em sua totalidade, horrorizada. Por muitos dias, até meses, o episódio repercutiria. Muitos sequer quiseram ficar até o desfecho final, já abandonando o local.

Após, um praça colocou uma escada a fim de que o carrasco descesse dos ombros do defunto. O homem desceu e estava visivelmente abalado. Logo se dirigiu ao buraco que havia cavado junto com alguns negros, ali mesmo, pegou a pá e esperou o corpo ser lançado feito saco de batata no fundo da cova, por dois praças que jogaram fazendo um

semi balanço para ganhar propulsão ao sacudir o corpo de Francisco. O coveiro começou a colocar a terra até estar o corpo do morto totalmente coberto. Parou e se apoiou no cabo da pá, olhando reflexivo para o local.

O Tabelião emitiu a certidão, e as autoridades se dirigiram para terminar os trâmites procedimentais e expedição dos ofícios devidos relacionados ao cumprimento da pena, na Casa da Justiça, ficando ali apenas o coveiro, a olhar o monturo onde jazia o negro Francisco.

Depois disso, o silêncio, que era quebrado apenas pelo barulho das águas do pequeno riacho do sítio amaldiçoado, simbolizava para aquele negro o ocaso de uma alma sem liberdade, apenas mais uma voz dentre tantas vozes dos filhos da África. Pegou sua enxada, colocou sobre o ombro, e pés descalços, saiu pelo caminho de volta para o jazigo dos mortos no cemitério da cidade, deixando o enforcado no jazigo dos párias de Pilar: *Bonga*.

2

A LOUCURA DO VIGÁRIO

Há muito, não se sabe desde quando, o então renomado Vigário da pequena Vila de São Bento, Freguesia de Maragogi, na Província das Alagoas, era objeto da convergência de fofocas, cujas más falações, aos cochichos, regadas de risinhos maliciosos de canto de boca, e olhares furtivos da população local, eram cada vez mais recorrentes entre senhorinhas beatas que, com seus véus a aparentar santidade e honestidade à fé católica, não perdiam uma missa da Santa Madre Igreja; somem-se ao coro das ladainhas alheias, as autoridades locais, senhores dos engenhos da região, a mais humilde marisqueira e até os negros escravizados. Só se passava uma coisa na cabeça de todos: “O padre está louco”.

Mil e umas coisas podem ter atestado esse suspeito veredicto acerca da saúde mental do Digníssimo Reverendo, Padre Doutor Manoel Maria de Moraes Accioly: Teria andado ele nú pela vila com suas vergonhas à mostra? teria

saído da mesma forma em alguma dança primitiva na paradisíaca praia, achando ser Adão no Éden? Rasgou dinheiro? Saiu espalhando na missa os podres mais cabeludos das confissões dos fiéis da Vila? Aliás, se comprovada a loucura do vigário, isso seria por certo um problema!

Sendo fato público e notório sua insanidade, certamente muitas “consideradas” senhoras já não queriam mais adentrar ao confessionário, temendo que suas aventuras atrás de árvores frondosas fossem, no outro dia, espalhadas na medina². Os homens, cuja distinção era aclamada na Vila, podiam ter suas reputações destruídas, se o reverendo louco colocasse a boca no trombone, e revelasse as chumbregâncias com as negras de suas senzalas; sem falar das falcatruas ilegais e imorais, os assassinatos até então sem autor nem corpo de delito, bem como, o carretel de vícios que compõem os vis pecados capitais da Santa Sé, e que os levariam ao fundo do inferno ainda em vida. Era de pleno consenso desesperado dos fiéis: se o vigário estava louco, algo deveria ser feito; a urgente interdição do Reverendo

² Termo para designar “cidade”, em árabe; movimentada, com mercados, etc, e grande aglomerado de pessoas.

Vigário da Vila de São Bento em Maragogi, Comarca de Porto Calvo.

Mas o Reverendo era um doutor, culto e rico; e o caso era sério. Assim, para ter certeza de que os atos testemunhados pelos angustiados moradores da Vila de São Bento em Maragogi eram certos, foi designado pelo Juiz Dr. Ernesto Alvim, perícia médica que deveria ser efetivada por Doutor da mais alta recomendação.

Doutor Joaquim de Barros Sobrinho, formado em medicina pela faculdade da Bahia; médico efetivo do Hospital Dom Pedro II, e ainda, docente titular da cadeira de inglês do Curso da Faculdade de Direito do Recife, Província de Pernambuco. Com esses atributos impecáveis, o renomado médico foi designado pela autoridade judiciária a proceder na análise mental do reverendo. Tendo sido levado dentro de um cabriolé para o Recife, quem sabe, numa camisa de força, sob os olhos dos curiosos e temerosos fiéis cristãos de sua Freguesia, o vigário foi submetido à exame pericial, onde possivelmente já não dizia coisa com coisa, e antes que também começasse a bater com a língua nos dentes, foi-lhe atestado o que todos já sabiam, o padre estava sofrendo das “faculdades intelectuais”, sendo

aconselhado que o infeliz fosse recolhido à uma casa de saúde para, de forma conveniente, ser medicado, haja vista a impossibilidade de assim proceder em casa. Em outras palavras, nada do padre voltar para a Vila de São Bento, era perigoso demais, obviamente não para o vigário...

Com um Laudo desses, foi chamado a ser curador dos bens do reverendo, seu cunhado, Antônio Irineo de Souza Mello, que não perdeu tempo, correndo mais rápido que uma bala de prata 22 *Long Rifle* desferida por uma carabina de ponta, em comparecer ao juízo para prestar juramento e exercer de bom grado a curadoria. Mas também, a lista dos bens do santificado insano era absurdamente pomposa, deixando o administrador piscando os olhos com a rapidez de uma caixa registradora e suas cifras monetárias: mais de dez cadeiras, sendo duas de balanço com braço, sete mesas redondas, 2 marquesas, dois relógios (sendo um de parede e o outro de algibeira em ouro), um lindo Santuário com 4 imagens de valor, 23 reses de gado, 2 cavalos e 4 éguas, 207 ações da Caixa Econômica Federal da Capital, no valor de 20 centos e de 20.700 mil contos de réis, 11 casas alugadas na Vila de Maragogi, sendo 4 alugadas no povoado São Bento, 7 por detrás dos coqueiros, novas na praia de São

Bento, 1 terreno para plantações, 1 sítio com uma casa de telha, uma parte do sítio denominado Chã, a metade do sítio chamado Curral, e para completar, 6 escravizados de nomes Pedro, Rosalina, Francisco, Joaquina, Cândida, e uma mulata de nome Antônia. Em outras palavras, pode-se dizer que o dono da pequena Vila de São Bento era o Vigário Louco!

E assim, assinado o Termo de Responsabilidade do cunhado, em 15 de fevereiro de 1884, estava consumada a Interdição, e não se veria ou falaria mais do padre louco; a Vila voltou à sua normalidade, todos muito felizes e certamente, respirando aliviados.

3

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO “ALTO DA JACUTINGA”

Numa fatídica noite do dia 12 de dezembro de 1897, no Alto da Jacutinga (como era conhecido o Bairro do Farol desde Brasil Imperial), uma tentativa de feminicídio veio a chocar toda sociedade alagoana. Aristides Alves Casaes, baiano, Major da Guarda Nacional pelo Estado de Pernambuco, Tenente Honorário do Exército e funcionário público de primeira classe da Repartição Geral dos Telégrafos, atentou contra a vida de sua mulher, Dona Antônia Fontes Casaes, bem como, de sua sogra, uma professora pública aposentada.

Antônia Fontes, ainda era uma adolescente de 17 anos de idade que, como toda garota de sua idade e em seu tempo, cheia de sonhos, casou-se em 1 de setembro de 1894, em Comunhão de bens, com Aristides Casaes, um viúvo de 32 anos de idade, com quatro filhos de sua primeira esposa falecida. Segundo alguns, haviam narrativas de *ouvir dizer*, que

traziam suspeitas nefastas que recaiam sobre Aristides, acerca da morte de sua primeira esposa; os filhos de sua primeira núpcias, viviam no Pilar, com a avó materna. Mas eram apenas “narrativas”; a verdade é que ninguém se preocupou em averiguar meros “boatos” e “acusações infundadas”.

Ao se casar em Maceió, Antônia ainda por aqui ficou algum tempo, até seu marido ser transferido para a sucursal do telégrafo em Recife, Estado de Pernambuco. Com já dois filhos de tenra idade, e sozinha numa cidade que lhe era estranha, passou a ser vítima de maus tratos reiterados por parte de Aristides, suportando tudo resignada e temerosa por sua vida e de sua prole. Se, para a sociedade, seu esposo se mostrava um “homem honrado, honesto e pessoa que sabia zelar pela dignidade de marido e chefe de família”, por outro lado, atrás das portas trancadas de seu lar, uma personalidade agressiva e obscura se revelava, tendo a hipocrisia, em sua pessoa, uma morada cativa.

— *“Pensas que não sei que tens um amante?!!! Cheguei ontem e tu estavas na praça e ainda por cima levas nossos filhos para seu adultério!!!”* vociferava Aristides insandecido em sua típica

violência possessiva, dando um tapa na face de sua esposa. que a fez cair no chão.

— *“Nunca lhe trai Aristides! Tudo isso é por causa desse seu ciúmes irracional! Não posso ficar o dia todo trancada nesta casa com duas crianças, que querem ir ao parque, tomar sol! Eu ...”*. Mal terminou de falar, Aristides a puxou bruscamente pelo braço, marcando-o violentamente e, com uma voz parcimoniosa, mas carregada de ódio falou:

— *“Não me desafies...ou podes se dar mal Estais querendo dizer que tudo isso é fruto de minha MENTE?! ACASO ME CHAMAS DE LOUCO!!!* Gritou perdendo as estribeiras e dando um sôco que deixou o olho esquerdo de Antônia com uma razoável elevação.

— *“Escute aqui! Ou você me respeita pois sou seu marido, ou terás de suportar as consequências! Mulher minha não pode ficar se amostrando, com cabelo solto e maquiada pela rua feito uma rameira!”*. Disse por fim, de forma categórica e ameaçadora.

Depois de empurrá-la, saiu batendo a porta.

Era sempre assim, um ciclo persistente de violência, que prendia com seus grilhões Antônia. Dias teriam se passado e Antônia tinha vergonha de sair. Tentava passar pó de arroz nos machucados ou cremes para disfarçar, mas as

marcas de sua infelicidade teimavam em se dissipar. Sabia que, após essas vivências, Aristides passaria um tempo sendo atencioso e amoroso, para posteriormente, de forma ardilosa, ganhar novamente sua confiança, usando de artimanhas e se valendo de suas carências emocionais e vulnerabilidade.

— *Dona Antônia...se a senhora continuar com esse homem, ele vai matar vossa mercê. Aproveite a fase atual e tente persuadi-lo a deixá-la voltar para Maceió. Invente uma desculpa inegociável! Qualquer coisa! E vá! Lá, certamente sua família não permitirá que ele lhe faça mal.* Dissera a vizinha, a quem Antônia tinha como confidente.

— *“Vivo em meio à ameaças constantes, rudezas...acreditas que ele me ameaça com apenas um olhar?! Um olhar!! E que já me faz reviver os maus tratos que padeço todos os dias...como fui ingênua em aceitar casar-me com ele! Quão dura é para mim a realidade de ser mulher!”.* Lamentava-se Antônia, já inebriada por lágrimas que já não conseguia represar mais.

Dona Antônia ainda se encontrava em Recife, quando percebeu que morreria se ali ficasse. Quem iria socorrê-la? Era filha de uma viúva, não tinha ninguém por ela. Pensava. E seus meninos pequenos?! Que tristeza, que

dor olhar para eles e ver o tipo de pai que deu aos filhos, incrementando ainda mais a culpa que lhe corroía sua alma fragilizada! Mas o que fazer?! A quem recorrer?! Era uma mulher nas mãos de um tirano a quem um dia entregara seus afetos e vida, e que se revelou ser seu maior inimigo. Não tinha voz, nem direito à vontade. Assim, passava os dias pensando em como dar uma desculpa para praticamente fugir para Maceió, onde certamente receberia a acolhida e proteção de sua pequena família composta por sua mãe viúva e irmã adolescente. Preparou o melhor jantar ao gosto do marido, preparou a banheira com um banho quente e com efusão em fragrâncias, e esperou o mesmo chegar, descansar e comer bem para então, quem sabe ter a sorte de estar seu feitor de bom humor, ter a oportunidade de falar sobre o assunto.

— *“Aristides...meu marido...preciso muito ir visitar minha tia em Maceió. Encontra-se muito mal ... na verdade, nas últimas. Peço-te que me deixes ir com as crianças visitá-la, bem como, minha mãe e minha irmã...tenho saudades também...”*. Falou Antônia pisando em ovos, enquanto servia a janta do marido que, por um milagre, estava disposto naquele dia.

Aristides viu naquele pedido uma oportunidade de ganhar novamente, a confiança da esposa...mesmo que sua natureza de escorpião pronto a dar uma ferroadada traiçoeira, soubesse que seria temporária.

— “*Está bem*”. Falou secamente após limpar a boca e o bigode rechonchudo colocando o guardanapo de pano em cima da mesa e se levantando para o quarto. Pelo que virou-se e falou:

— “*Vens para a cama hoje...me servir.*”

Ao que Antônia sabia que seu pedido tinha um preço. Mas para não morrer, estava disposta a pagar pela sua liberdade. Assentiu.

Assim, vindo para Alagoas sob a desculpa de visitar uma parente doente e a família, Antônia sabia que não mais retornaria à Recife. Aristides ao perceber que levou uma rasteira estratégica de sua mulher, resolveu pegar um trem, o último trem com destino à capital alagoana, munido de um revólver; a princípio, com o intento de demover sua esposa ferida emocionalmente, a retornar com ele para Pernambuco, mas dolosamente, sendo a recusa certa, resolveria o embate com as balas de seu artefato letal.

Chegou em Maceió no trem das dezoito e trinta horas, encaminhando-se *incontinenti* para residência de sua sogra, onde certamente se encontravam sua esposa e filhos. Estando sua mulher e sua cunhada na residência do Coronel José de Sá Peixoto, supostamente para tratar de sua situação, esta foi avisada pela criada que seu esposo havia chegado de Recife e estava a caminho de casa.

— “*Dona Antônio! Dona Antônio! Corre que seu marido foi visto descendo na estação de trem e está a caminho de casa!*”. Disse a serva já esbaforida de tanto que correu.

Antônia estava lívida. Era óbvio que ele percebeu que ela não retornaria. E que foram descobertos seus planos de se libertar do cárcere de torturas que era seu matrimônio.

— “*Calma Senhora Antônio...existe uma lei que pode conceder divórcio por maus tratos ... como disse. Fique tranquila que procurarei um bom advogado para senhora; o importante agora é a senhora manter-se calma, recebê-lo, e não deixar transparecer qualquer movimentação. Mas não volte para Recife! Seria mais complicado*”. Falou o Coronel, vizinho de bairro de sua mãe.

Antônia correu com a irmã para casa, e chegando à porta, já podia ver Aristides se aproximando ao seu encontro. Um calafrio se deu em sua espinha. O coração

batia acelerado de terror. Respirou fundo, dizendo para si mesma se acalmar, e assim manter a compostura, pois vê-lo era como corporificação de um monstro tirado de descrições de folhetins, em novelas jornalescas.

Encontrando-a já na porta da casa de sua sogra, Aristides, usando de perfídia, demonstrando arrependimento e confiança, tenta abraçá-la a fim de explicitar ser um marido afetuoso aos olhos dos transeuntes, entretanto, Antônia, sentindo falsidade em seus gestos, e ainda extremamente ressentida com os maus tratos sofridos, esquivou-se, estendendo-lhe apenas uma das mãos, sendo de forma sorrateira puxada pelo marido que lhe forçou um malfadado abraço.

— *“Quanta saudade minha...que-ri-da tens um jantarzinho para seu amado marido?”* falou Aristides com seu típico riso cínico e olhar de raposa.

Antônia sem falar uma palavra, já se sentindo intimidada e ameaçada pelo tom da pergunta, apenas com a presença do esposo, assentiu com um leve movimento da cabeça e olhos fixos no chão.

Durante o jantar, sentados à mesa se encontravam sua esposa, sua sogra (Dona Anna Ribeiro Fontes) e sua

cunhada (Dona Anna Fontes - 18 anos), Aristides conversou amistosamente, entretanto, ao findar a refeição, procedeu a pedir explicações à esposa e à sogra do porquê da criada, a Sra. Anna Alves Feitoza, ainda se encontrar na companhia delas.

— *“Antônia...não tínhamos decidido que dispensaríamos essa criada? Posso saber porque esta mulher ainda está nos servindo?”*
Falou Aristides com certo aborrecimento em suas palavras.

— *“Vejas meu marido... não tenho condições de dispensá-la no momento, baja vista que nosso caçula ainda é muito apegado à Senhorita Alves.. Vamos deixá-la um pouco mais até nosso menino estar mais independente dela e...”*. Não terminou de falar pois, ao olhar de relance para a face do marido, percebeu que seus olhos estavam totalmente coléricos.

Aquilo era um péssimo sinal. Essa criada foi testemunha de muitas de discórdias entre o casal, onde também presenciou o denunciado convidar a esposa a passear em arrecifes e lugares estranhos ermos, bem como, ouviu-o, por diversas vezes, o mesmo chamando Antônia de *“DESGRAÇADA INFAME!”*; pelo que, temia a babá que, ante tudo isso que presenciara, que o mesmo a assassinasse.

Aristides se conteve por um momento. Já tendo se encaminhado para a sala de visitas, pediu que lhe preparasse a cama.

— *“Sua cama já está pronta Aristides, podes te recolher se quiseres”*. Disse Antônia quase que mecanicamente.

— *“Querida...e tu não vens deitar-te ... comigo?”*. Falou Aristides mais com intuito de testar Antônia em sua resposta. Ali tiraria a prova dos nove, se efetivamente a esposa o ludibriara em voltar para Maceió para se livrar dele, ou não. A Expectativa da resposta daria o tom da conversa que se seguiria.

— *“Não ... meu marido. E tu sabes o porquê. Ainda estou extremamente ofendida com suas palavras ofensivas...e o que fizestes comigo ... Por certo, é impossível deitar-me contigo”*. Disse Antônia com uma certa coragem, por estar com sua mãe e irmãos ao seu lado.

— *“Ora pois Antônia...justamente por essa razão peguei um trem de Recife para Maceió...para conversarmos e nos entendermos...”*. Falou Aristides, já vindo em sua direção e colocando o braço por cima do ombro e pescoço de sua mulher, conduzindo-a parcimoniosamente, e metodicamente à sala de jantar, onde, chegando ambos, convidou-a a sentar-se.

— “*Sente-se!*”. Falou, tentando forçá-la bruscamente, a tomar assento na cadeira.

Antônia, pressentiu o pior. Tentou se desvencilhar do braço do marido que já apertava com as mãos seu ombro, pelo que já sentia a força de seus dedos cravados na carne de seu braço.

— “*Não! Prefiro ficar em pé mesmo, posso muito bem ouvi-lo em pé Aristides!*”. Disse por fim, já sentindo seu coração irrompendo pela boca.

Mas Aristides não estava disposto a pacificar muito menos deixar por menos aquele imbróglio. Veio disposto a matar ou morrer, pelo que puxou uma cadeira insistiu que esta se sentasse; Antônia já sentia a essas alturas, as pernas desfalecerem, bambas de medo. Seu corpo tremia todo, e o suor se fazia sentir escorrendo em suas têmporas; totalmente ameaçada e intimidada, aquela sensação torturante tomou conta de sua alma afligida, e ficou por assentir em sentar-se, mais por medo e de não ter condições de ficar em pé fisicamente, do que por qualquer outra coisa.

— “*Sabes porque vim à Maceió muito bem! Não sabes?!! Não te faças de rogada!!! Vim para buscar a ti e nossos filhos!!! Amanhã de manhã retornaremos, impreterivelmente às 7 horas para*

Pernambuco! E já está decidido! E mais ... caríssima 'esposinha' ... Essa sua empregadinha mequetrefe não irá conosco novamente!!! Por que me tomas por bobo?!! Achas que não sei que essa mulherzinha de quinta categoria coloca caraminholas em sua cabeça para portar-se contra seu marido?!!! Lá posso encontrar alguém de minha plena confiança para ficar com esse menino! Criança esquece rápido!''. Explodiu Aristides.

— *“Não...não...Não vou voltar à Recife Aristides! Quero me separar! Não sairei mais de minha terra!”.* Falou Antônia, sentada na cadeira, já com lágrimas em bicas, que escorriam dos olhos, meneando a cabeça em movimentos negativos, olhar vago e pupilas dilatadas. O desespero tomou conta.

— *“Vai voltar para Pernambuco!! Ou tens algo mais que te impede de voltar com seu marido?!! Por acaso ganhaste essa coragem toda de me afrontar, por causa das caraminholas que sua mãe está colocando em sua cabeça?!! FALEEEE!!!”* (Gritou voltando rapidamente o cabeça e o olhar com sangue nos olhos, para a mãe de Antônia, que chorava perto da parede da sala) — *“Ou pensas que eu não sei que te estribas em teu amante ...meretriz ordinária!”.* Vociferava agressivamente Aristides, agora sem papas na língua, revelando sua verdadeira face, sem se importar com as convenções de trato sociais, na presença da

sogra e da cunhada que de forma estarecida, assistiam a tudo temerosas pelo desenrolar da conversa.

— “*Eu trabalho feito um burro de carga para colocar alimento na mesa todos os dias!!! E me abandonas em Recife, tentando burlar-me, enganando-me com seu amante alagoano?!! QUEM É!!! DIGA LOGO!!! CERTAMENTE IREI TER COM ELE E ENSINAR-LHE A NÃO SE METER COM MULHER CASADA! E tu!! Tu és uma MESALINA!!!!*”.

— “*Não podes me ofender Aristides! Nunca te trai! Não sou uma mulher lasciva como queres denegrir, difamar minha imagem diante de minha família?!! Tu sabes o porquê que não te rendo mais afetos e amores!*”. Disse Antônia.

— “*Uma mulher honesta quando não quer cumprir com seu débito conjugal, é porque tem boi na linha! Estais já saciada com teu amante?!! Tua recusa é a prova contundente de tua conduta libertina!!! EU! EU SOU SEU MARIDO E O ÚNICO QUE POSSO USAR DE SEU CORPO!!!!*”. Vociferou Aristides.

— “*Mas o que é isso, que impropérios são esses! Por favor, se acalmem! Meu genro usa de palavras muito impróprias e ofensivas demais! Deve haver um mal entendido! Minha filha não é uma mulher de deboches!!!*”. Disse a pobre sogra, intervindo na discussão,

embasbacada com o andar do diálogo acalorado e de baixo nível que seu genro tinha conduzido.

— *“E a senhora cale sua boca, não te metas em minha vida matrimonial com sua filha! Ou pensas que não sei que és uma alcoviteira?!! Se Antônia está dessa maneira, é de toda culpa de vossa educação capenga!!! Porque não soubestes ensiná-la a se conduzir como uma dama casada!!!!”*. Desferiu Aristides essas palavras com ódio cruel.

Ao que a irmã de Antônia puxou a mãe para se recolher mais e não se meter pois antevia o pior acontecendo. Mas Aristides, logo em seguida, focando seu olhar fulminante para a esposa disse:

— *“Sabes?!!! Tua inconstância vai te trazer consequências!!! Não reclames depois por tua decisão!”*. Ameaçou Aristides.

— *“Estais novamente a ameaçar-me?!! A mãe de teus filhos?!!! Como queres que eu acredite em tuas mudanças dessa forma?!! Estais a mostrar-me que nunca mudarás, e eu, culpo —me!! Sabes por que Aristides? Porque a única culpa que tenho foi por ter aceito me casar contigo! Eu era uma menina! Uma menina iludida que vivia lendo romances e achava que tudo aquilo de seu imaginário podia ser real! Casei-me contigo seduzida por seus encantos e tuas promessas de uma vida pacífica! O céu na terra!!! Mas me oferecestes um inferno!*

SIM! Minha vida contigo é um verdadeiro calvário! Não tenbo amante, nem ninguém colocou minhocas em minha cabeça!!! Deixes minha mãe fora disso! TU! TU MESMO ARISTIDES, É QUEM CAVASTES TUA PRÓPRIA COVA!!". Falava chorando Antônia.

— *"Cova?!!"* (Deu Aristides um riso debochado).

— *"Verás o que é cova minha cara?"*. Falou e voltou-se para o criado curioso que ouvia tudo no canto da porta que dava para a rua.

— *"VOCÊ!"* Gritou para o negro.

— *"Eu senhor?"* Respondeu de sobressalto o criado.

— *SIM ! VOCÊ MESMO INFELIZ! Tranque agora essa porta, que não quero velhas e vizinhas futriqueiras dando conta de minha vida privada! AGORA!!!*". Berrou ao serviçal que, com as mãos trêmulas, obedeceu sem pestanejar.

Assim procedido, Aristides dirigiu-se à sua sogra, que se encontrava presente no recinto. Viu ali que a conversa não tinha logrado êxito, na verdade, sua ida para Alagoas foi apenas para dar, em sua concepção maníaca, uma última "Chance" para sua mulher. Mas a presença da sogra e o apoio dos parentes fez Antônia ter a "audácia", e a coragem de falar aquilo para ele. Nunca que sua mulher tivesse

coragem e dizer tudo aquilo e rechaçá-lo com tanta intrepidez, se estivessem entre quatro paredes em sua casa em Pernambuco! Sim, aquela postura decidida da mulher era, indubitavelmente, influência da cobra de sua sogra e, certamente, do amante! Sim, ela praticamente estava com a irmã de noite na rua, chegando inclusive concomitante a ele, na casa da mãe alcoviteira! Sentia que estava sendo um trouxa! *“Pros infernos...o corno é o último a saber!”*, assim pensava, enquanto ia em direção à sogra.

Pelo que, botando-lhe o braço por cima da velha senhora Ana, disse:

— *“Isto é entre família, liquida-se assim!”*

Sacou do revólver e *“PÁA!”*, atirou à queima roupa na sogra, tendo o projétil atingido o braço direito da mesma.

— *“NÃAAOOOO!!!!”* Gritou Antônia.

Nessa ocasião, Antônia tenta acudir sua mãe, ao que, voltando-se para esta, Aristides desfere-lhe dois tiros, *“PÁAA!!PÁAAA!!”* ; um, atingiu o peito esquerdo, o outro, de raspão, no braço, e quando ia desferir o quarto tiro para executar e finalizar seu intento maligno, foi contido numa luta corporal com a cunhada de 18 anos, Anna Fontes, que se lançou sobre este para o impedir.

— “*Não irás matar minha família!!!*”

— “*Solte-me sua cria de cobra!*” dizia Aristides em luta corporal, disputando a arma com a jovem moça.

“*Páaa*”. O quarto tiro desviou, atingindo o forro de madeira do teto.

Com isso, tendo os disparos chamado a atenção dos vizinhos e os gritos de socorro das vítimas, Aristides se evadiu do local correndo pela porta do quintal sem chapéu e descalço, deixando vestígios de sua passagem nefasta, consoante os matos quebrados.

Vizinhos e amigos acudiram Dona Ana e Antônia. Por Milagre, os tiros não foram fatais. Pouco tempo depois, estando a polícia no encalço de Aristides, o encontrou descalço e sem chapéu, recolhendo-o à delegacia. Negou tudo. De um cinismo e frieza estarrecedores, Aristides deu as desculpas mais esfarrapadas possíveis ao ser preso e nas circunstâncias em que foi detido. Mas a notícia do crime já havia tomado conta da cidade, e Aristides Casaes teve sua prisão preventiva requerida pelo Promotor Público e decretada pelo Juiz Dr. Benjamin Verçosa Jacobino Filho, com base nos artigos 294, parágrafo 1o. combinado com o artigo 63 do Código Penal.

O processo transcorreu regularmente, com a nomeação dos renomados advogados Dr. Miguel Venceslau de Omena e Dr. Tertuliano d’Almeida Lins para defenderem Aristides Casaes. Essa dupla de advogados, desde os tempos do Império, eram o que se tinha de melhor entre os advogados alagoanos, conhecidos como aqueles que tiravam “leite de pedra”; destarte, não renderiam esforços em livrar o cliente do cárcere.

As testemunhas foram ouvidas, e apesar dos advogados serem contundentes em perguntas que tentassem extrair daquelas alguma afirmação de infidelidade da Vítima, esposa do agora Réu Aristides Casaes, todas, sem exceção, foram unânimes em afirmar ser a vítima de conduta ilibada, mulher honesta e de boa reputação, uma senhora distintíssima diante de todos da sociedade alagoana. Ao que, todas as testemunhas que, de alguma forma se referiam aos maus tratos, seja por verem ou “ouvir dizer”, eram rechaçadas e tidas como suspeitas e contraditórias suas afirmações, quando desfavoráveis, pela defesa do acusado.

Algumas testemunhas, tais como Simião Francisco Ignácio Machado, vizinho de defronte, afirmara que nunca vira o réu maltratando sua esposa, e que o relatado causou-

lhe surpresa, e que o que sabe do ilícito do dia 12, é de *ouvir dizer* pelas próprias ofendidas, vez que no dia, com o rebuliço na rua, viu a sogra e a mulher de Aristides feridas na sala da casa e que imediatamente noticiou o ocorrido às autoridades policiais, no caso, o Sr. Brás Carsatá, Subcomissário do Alto da Jacutinga.

Em sua defesa processual, Aristides negou terminantemente que ele fosse o autor do ilícito contra sua sogra e sua mulher, dando a entender ter sido qualquer invasor ou malfeitor, um bandido. Mesmo diante do exame de corpo de delito, do depoimento das ofendidas e de várias testemunhas que corroboravam com a versão das vítimas, bem como, das circunstâncias que tinha sido preso etc., aduziu que no momento do crime estava a caminho de Pilar.

— *“Nunca faria algo assim! Nem no alto da Jacutinga eu estava! Estava indo visitar meus filhos em Pilar, quando fui detido Excelência! Isso é ultrajante! Ademais! Quero deixar consignado em audiência que minha esposa me trai com um amante em Maceió, eis a razão dela não querer retornar comigo à Pernambuco! E já entrei com pedido de divórcio em Recife por infidelidade!”*. Dizia se fazendo de vítima e homem traído.

— “Mas o Senhor há de convir que tem o depoimento delas, e algumas testemunhas, além do exame de corpo de delito que provam que as duas foram alvejadas por tiros!” Disse o Magistrado.

— “Excelência! Minha esposa já queria se separar de mim e inventou com a mãe essa história estapafúrdia, colocando na minha conta o infortúnio de um assalto, que infelizmente, ocorreu em sua residência, para usar isso e me afastar de meus filhos, saindo de vítima!”. Falou o dissimulado Réu.

— “Mas por que faria tal coisa?” Retrucou o magistrado.

Aristides já havia sido devidamente orientado por seus advogados, pelo que, disse tranquilamente:

— “Ora Excelência, eu sou um oficial de conduta ilibada e em alta conta por todos os que convivem comigo! Ela não quer sair culpada da nossa separação que, aliás, já dei entrada em Pernambuco, por adultério! Fez isso para eu sair preso, em sua vingança, a verdade é que ela quer ficar livre com seu amante e com a guarda dos meus filhos para serem criados com essa pouca vergonha!”. Completou por fim.

Aristides em seus depoimentos, asseverava, de forma enfática, a narrativa vitimista de “marido traído”, aduzindo ser o processo uma questão de “honra”, em virtude da falta do dever e fidelidade por parte da esposa.

Destarte, toda a sua defesa teve como ponto central a desconstrução da honra de sua esposa, sob acusações de que esta lhe era infiel; acusações estas que foram reiteradamente negadas por absolutamente todas as testemunhas do processo, não tendo uma única prova sequer delas, nem do “suposto” amante.

O renomado advogado de defesa, Dr. Wenceslau Omena, detentor de uma exímia retórica quase poética no autos, e de dar inveja aos mais célebres sofistas, alegava que o Promotor Público se constituíra no processo *“o algoz para maior acúmulo de sofrimentos sobre a chaga viva aberta por um infortúnio eterno”*, tentando revelar uma face sombria do denunciado.

Aristides passou a ser, na narrativa da defesa, o bom marido, ferido pela infidelidade de sua esposa, e que, em sua inocência e boa-fé, fora ultrajado, ao ser chamado de “criminoso”, enlameado por falsas acusações de sua esposa infiel que queria livrar-se dele e dar vazão à sua “expansividade sexual”. O interessante é que, em um dado momento, admite que veio a Maceió insistir na volta dessa para o convívio marital com o mesmo, mas negou que estava

na cidade no momento do ilícito, e sim, a caminho de Pilar. Nada mais contraditório.

O Ministério Público ficou por pronunciar o Réu, e com o convencimento do Juiz sobre os fatos narrados na denúncia, marcou dia, hora e local para a sessão do Tribunal do Júri, que se deu em 22 de março de 1898, expondo o representante do Ministério Público, em seu libelo crime acusatório, os quesitos que ensejariam a condenação de Aristides. Foi um caso que abalou a sociedade alagoana, e colocou em discussão a violência e infortúnio que muitas mulheres passavam no recôndito de seus lares, já naquela época.

Em meio a um julgamento acirrado, com debates acalorados, e que perdurou 5 dias, até o dia 26 de março de 2023, o Conselho de Sentença composto por homens distintos da sociedade alagoana, para surpresa de alguns, absolveu o acusado dos crimes que lhes foram imputados, acatando a tese da defesa de que o réu não estaria na cena do crime.

Existe justiça para mim?! O que será agora de meus filhos?! Ele vai atrás de pegá-los e me afastar deles! Fui vítima de abusos, violências! Colocada em risco minha vida

e dos meus, e meu algoz, além de tentar tirar minha vida e de minha mãe, levando à orfandade meus rebentos; além de tirar minha honra por completo com suas difamações sem provas, minha honra de mulher, a única coisa que eu tinha, agora vai tirar meus filhos?!!! Antes tivesse eu morta! Pensava Antônia, batendo no peito em desespero, enquanto via os risos e abraços de vitória, regados à *champagne* comemorativos de seu marido.

Em Recurso Apelarório ao Tribunal Superior do Estado de Alagoas³, o Ministério Público aduziu inúmeras nulidades processuais, pedindo a anulação do julgamento, a uma, por atentar de forma incontestes contra as provas materiais constantes dos autos, a duas, por vícios procedimentais na condução da sessão, que macularam a isenção e formalidades prescritas na legislação pátria, e preteridas ao caso, tais como: ausência de rubrica do juiz presidente do Júri no interrogatório do Réu; não constar do termo de publicação da Sentença a declaração de que o magistrado determinara o cumprimento da sentença e, por fim, não estarem as testemunhas em salas distintas e distanciadas de maneira que não pudessem ouvir os debates;

³ Atual Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

destarte, todos estavam em uma só sala que se conservara aberta, tendo a testemunha Simião Machado ouvido todos os debates.

Todas as alusões sobre nulidades foram rejeitadas pelo juízo *ad quem*, negando o Tribunal provimento ao Recurso Apalatório para confirmar a Sentença Apelada, que absolveu Aristides Casaes, concedendo-lhe alvará de Soltura e dando baixa do seu nome do rol dos culpados.

Nada mais restava à vítima de violência doméstica e de tentativa de feminicídio, de dar continuidade a uma outra ação, de Divórcio, que já tramitava desde o ocorrido, em face das graves ofensas físicas e morais pelas quais passara, tendo-a, por diversas vezes a “injurado gravemente”, quedando por atentar contra a sua existência e de sua mãe. Aristides, ainda preso na Cadeia Pública, enquanto corria o processo criminal, com a finalidade de dificultar a Ação de Divórcio Litigioso em Alagoas, alegou Exceção de Incompetência, defendendo ser o Foro de Recife o competente para o julgamento da causa. Após recursos e muitas disputas jurídicas, a Exceção foi acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça de Alagoas. Assim, tendo ajuizado o ofensor Ação de Divórcio Litigioso em Recife,

alegou por parte de sua Esposa, Antônia Fontes Casaes, que esta abandonou o lar conjugal “*seduzida por seu amante com ajuda da própria mãe*”, tendo o Juízo de Recife deferido o requerido, afinal, Antônia tinha fugido com os filhos e não voltado mais. O abandono de suas funções de esposa já ensejava sua culpa e perda de credibilidade.

Como visto, o processo mostrou-se um instrumento de desconstrução da integridade, da honra e da dignidade de Dona Antônia Fontes, que além de sofrer maus tratos e ser vítima de atentado contra sua vida, teve sua reputação destroçada e lançada no esgoto das esperanças perdidas; tudo isso, com a conivência estrutural dos poderes públicos. Vítima de violência contra si e sua mãe, e tentativa do que atualmente chamamos de feminicídio, no final, Dona Antônia seria mais uma dentre tantas mulheres que, no Brasil, no passado e no presente, são vítimas da violência Doméstica e da conivência e silêncio dos covardes.

4

CASAMENTO OU PRISÃO? EIS A QUESTÃO

Rosinha era uma linda morena bronzeada pelo sol da praia do Pontal da Barra; moça conhecida em meio à comunidade de pescadores do Trapiche, desde tenra idade, a infeliz teve sua honra defraudada pelo seu próprio irmão, e agora, mesmo sendo adolescente moça feita, era exposta, e segundo testemunho de Miguel de tal, conhecido como Miguel da “Barcaça Ligeira”, andou de chumbregâncias e sem-vergonhices com um tal Manoel Juvenal, bem como, com um mundaréu de homens e, por diversas vezes, nas praias cujas areias não se podem contar.

E lá estava Manoel Vicente de Sant’Anna, 25 anos, solteiro; preso; se achando o pescador mais patético e idiota do Pontal, manietado e sentado em uma cadeira de madeira numa pequena sala mal iluminada do 1o. Comissariado de Polícia de Maceió, na frente do Sub-comissário de Polícia do Distrito do Pontal da Barra e Secretário do Interior para as “averiguações” de costume.

— “Desembucha logo! você deve a honra da moça Maria Rosa da Conceição!”, inquiria em tom ameaçador o Secretário, com os olhos fitos e retirando do canto da boca seu charuto *Bolívar*, cujas baforadas asfixiantes deixavam a pequena sala ainda mais com um ar pesado e de suspense.

— “Já disse senhor, eu sou pescador e pobre, mas tenho honra e dignidade a zelar; não fui eu que desonrei Rosinha, isso tudo tá acontecendo por caprichos; eu confesso que tive no início de janeiro ‘coisa’ com ela, mas ela já era mulher de muitos homens, o Miguel da ‘Barçaça Ligeira’ pode confirmar! e o Juvenal! e quem tirou a honra dela foi o irmão! Ela mesmo me disse”; o cansado Manoel asseverava, após mais de uma hora de depoimento sem que saísse do lugar.

O Secretário, com animus exarcebado, levantou-se e pegando um cassete começou a bater na mesa gritando:

— “CONFESSE!!! Você ou casa ou vai ficar na cadeia por muito tempo!!!”. E uma série de ameaças nesse sentido foram proferidas aos gritos, aterrorizando Manoel ao ponto do mesmo ter um “piripaque” e desmaiar, despencando da cadeira.

— “Levem esse infeliz para a cela!”, estrebuchou o subcomissário acenando com a mão e indiferente. Ao acordar em sua cela, depois de ter sido carregado

inconsciente, vez que se encontrava preso acusado de defloração pelo irmão da moça desde a data fatídica do dia 25 de março de 1902, já havia um fresquinho Ato de Confissão e um encaminhamento, com dispensa de proclamas e formalidades legais, do casamento do cabra.



Naquela ensolarada e calma manhã de sábado, dia 29, eis que o Dr. Euthiquio Carlos de Carvalho Gama, Juiz da 2 Vara de Maceió e também Juiz de Casamentos, se preparava para mais um dia de trabalho atarefado, para realizar casamentos ditos “urgentes”. Colocou seu apetrechos dentro de sua maleta e foi todo engravatado para o cartório onde realizaria núpcias que, há muito, já considerava como “vergonhosas”. *“Não existem mais casamentos como antes”*, dizia o magistrado desiludido e se perguntando que sentido tinha tudo aquilo, em pleno dia de sábado, *“Esses jovens se casam, e saem do cartório cada um tomando direção diversa, essa garotada leva o casamento na chacota, assobiando e dando gargalhadas, e recebendo zombarias e vaias”*, pensou o juiz abanando a cabeça inconformado.

O primeiro pedido de casamento do dia, observou em sua escrivaninha, foi trazido pelo policial Braz Cravatá, despachou no mesmo sábado, dia 29, e ao meio dia seria realizado, pois o noivo estava preso na cadeia pública. Conduzido quase arrastado por policiais diretamente da cadeia para o Cartório, lá estava na frente do magistrado, Manoel Vicente, fedido de quase 5 dias e subnutrido, desde sua prisão, estava sofrendo ameaças e negligências no xilindró, com cara de quem, estava a caminho do cadafalso, e Rosinha; e entre as testemunhas das núpcias, o mal caráter do irmão da noiva.

Logo na entrada, o irmão da noiva fez questão de demonstrar sua indignação com o noivo:

— *“Este infeliz tirou a honra da minha amada irmã!!!”,* vociferava em alto e bom tom enraivecido despertando a curiosidade dos que se encontravam no recinto cartorário; o teatro estava montado.

— *“Senhor Manoel Vicente, é de livre e espontânea vontade casar-se com a referida menor, Maria Rosa da Conceição?”*, perguntou o juiz; aquela pergunta de praxe sem nem olhar para cara de quem estava em sua frente.

— *“Doutor! eu nada devo a essa moça! e não quero me casar com ela!”*. Disse o infeliz noivo.

A indignação tomou conta do recinto, e os berros do irmão da noiva com peito de pombo estufado proferindo torpezas contra o pescador geraram uma comoção no ambiente.

— *“Não vou casar com sua irmã! por que não fala que foi você quem deflorou Rosinha??!!! Toda pescaria sabe e ela mesma pode dizer!”* virou-se Manoel para onde estava o irmão de Maria Rosa, com o restinho de força que ainda possuía, não deixando barato a última oportunidade de não se enforcar com o imbróglio.

Depois disso, o irmão da noiva ficou cabisbaixo no canto da sala e com olho desconfiado, fechou a boca, ficando como mudo não se ouvindo mais nem o som de sua respiração.

Estupecato com o que estava se passando na sua frente, o Douto Juiz, Dr. Euthiquio, coçou seu bigode e franziu a testa, mas nos termos legais, suspendeu a cerimônia de casamento e, não podendo a retratação ser no mesmo dia, enviou Manoel de volta para as catacumbas do Comissariado

de Polícia, esperando por escrito uma mudança de rumo, caso o pescador mudasse de ideia.

Sabendo do ocorrido, o 1 Suplente do Comissário de Polícia, ardilosamente como uma enguia escorregadia e cheio de rodeios, assim que soube do cancelamento do casamento, veio ao encontro do Juiz, que trabalhava em outros processos, com uma fofoca na ponta da língua.

— *“Meu Caro e Digníssimo Dr. Euthiquio ... veja bem, esse rapaz está louco para se casar Com a moça...isso não fora mais do que um breve... digamos.... ‘mal entendido’”*. Disse por fim o comissário de polícia.

— *“Mal entendido?! Ora carambolas! Não vistes que o homem estava como se fosse para o cadafalso?”* Disse o magistrado um pouco incomodado com aquela abordagem.

— *“Veja bem Dr. Euthiquio...Vossa Excelência sabe que esse tipo de gente é ignorante...eles mal entendem o que uma pessoa douta como Vossa Excelência fala! Quanto mais os procedimentos de casamento! Esse Manoel vivia de chumbregâncias com essa moça, enrabichado por ela ... tudo que é pescador sabe disso”*. Tentou convencer o Comissário de Polícia.

— “Ora, mais claro do que eu fui? *Impossível!* Hás de convir senhor Comissário, que o homem audivelmente falou “Não”, e meus tímpanos ainda estão em ordem!”. Disse o juiz contrariado.

— “Acredites em mim Doutor...aquele rapaz quer sim se casar com a moça...”. Disse por fim.

Depois de algumas conversas amenas jogadas fora, o Comissário saiu deixando o juiz com uma pulga atrás da orelha. O Magistrado ficou intrigado com o caso, e resolveu, de surpresa, falar com o noivo na cadeia. Pegou sua maleta e de forma inopinada, fez sua espetacular aparição na Central de Polícia do Trapiche para falar com o suposto “noivo deflorador”, não sendo difícil imaginar o semblante fantasmagórico dos agentes presentes ao dar de cara com a figura imponente e respeitável do Juiz Dr. Euthíquio.

Conduzido com deferências respeitosas e risos amarelos pelo carcereiro ao local que se encontrava Manoel, fez então as mesmas perguntas ao preso, ao que este, já com semblante decaído e voz embargada, falou:

— “Senhor Doutor, embora nada deva aquela moça, agora quero me casar...”; a voz quase sumindo numa sonoridade decrescente.

Estava evidente para o juiz que ele estava sendo ameaçado e coagido a casar! Manoel tinha perdido sua liberdade! Isso deixou Dr. Euthiquio revoltado.

Em razão disso, ao receber o pedido de *Habeas Corpus* do Paciente Manoel Vicente de Sant`Anna, acolheu de imediato o requerido. Se ele era criminoso, aduzia, que se provassem com um processo, corpo de delito e devidas prescrições legais, mas não se obrigasse o homem a casar!

Ainda em sua Decisão, deu uma *tapona com luva de pelica* nas autoridades policiais, que não estavam cumprindo com seus deveres e encontravam-se reproduzindo fatos dessa natureza, uma verdadeira epopeia casamenteira vergonhosa! “*Expeça-se Alvará de Soltura!*”.

Embora por lei, haveria o Recurso *Ex Offício*, a Decisão Magistral foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça de Alagoas. E dessa maneira, não se sabe se houve processo criminal contra Manoel, para apuração dos fatos, ou mesmo contra o famigerado irmão de Rosinha; o deslinde da história fica a cargo da imaginação; o que se sabe, é que na questão, nem casamento, nem prisão.

5

RITA

Não bastasse ter sido fruto de uma violência, ali estava Rita, parda, na flor de seus 24 anos de idade, desgraçadamente vividos sob a condição de escravizada, despida diante de um juiz e de dois peritos avaliadores. Estes, valendo-se de lupas, de forma minuciosa, debruçados sobre a mesma, correm os olhos aguçados como de uma raposa, sobre seu corpo desnudo, cheio das marcas do infortúnio que sua cor simbolizava, e do odor fétido das senzalas que dela exalava, a fim de constatar que, de fato, não valia mais que \$150.000 réis para fins de pagamento da dívida de seu senhor.

Duas grandes úlceras de uma enfermidade de mau caráter, localizadas nas partes internas das suas coxas, prenunciava uma moléstia desconhecida que sobreveio à Rita. Antônio Buarque de Lima Gusmão e Lydio Purpurário, peritos avaliadores, foram rapidamente convocados pelo Juízo da Vila de Maragogi, Comarca de Porto Calvo, da

Província das Alagoas, representado na pessoa do Dr. Ernesto Alvim, para emitirem o relatório da avaliação feito em sua presença, emitindo novo termo de avaliação no dia 8 de agosto de 1884, haja vista o autor de uma execução ter requerido, antes dos Editais de Praça, e nos termos da legislação da época, novo laudo avaliativo.

Manoel Bandeira de Lima Athayde contraiu uma dívida de \$200.000 réis com o Sr. Francisco de Assis Andrade Coutinho. Percebeu o credor, que aquela escrava dada em penhora estava seriamente “danificada”, prejudicando o exaurimento do débito de seu então senhor, o devedor. E ali estava Rita, pela segunda vez, sendo avaliada. Rita, ali naquele momento de humilhação, era um mero objeto, um corpo sem alma, sem sentimentos, sem propósito maior além daqueles que a escravidão propunha. Essa era a realidade nua e crua apresentada neste juízo, entre tantos outros processos de execução. Rita, um pedaço de carne que não valia mais que \$150.000 réis, segundo os peritos.

Mas Rita, ao contrário do que essa realidade dizia dela, era uma mulher cheia de dores e tristezas, vítima, como

fora sua mãe e tantas outras mulheres pretas e pardas em sua condição, da violência do sistema e de seus algozes.

Tendo sido lavrado o auto de sua penhora, Rita foi conduzida do Sítio Limoeiro em Porto Calvo em caráter de urgência, à presença do magistrado; tirada de seu convívio e dos seus, o desespero indescritível tomou conta de seu ser, e uma infinidade de lágrimas até então acumuladas em seu peito jorraram ao cântaros para fora. Dali seu destino de escravizada estava selado, e talvez não veria mais nunca seus conterrâneos de escravidão, muitos seus irmãos e parentes. Um mundo de incertezas fazia seu coração disparar de desespero, mas o que podia fazer? doente, sem perspectivas, sua vida? que vida? Nessa terra de “palmeiras onde canta o sabiá”, o seu canto era de banzo, e de um grito sufocado pelo sonho de liberdade. Um canto cuja melodia revelava uma alma triturada e machucada pelos açoites emocionais, cujas feridas purulentas são mais profundas que as vergastadas do chicote de seu feitor em seu corpo nú.

Aberto o Auto de Venda Judicial da Escrava Rita, esse corpo foi jogado ao palco de uma plateia de senhores escravocratas. Os olhos dos compradores que fizeram suas propostas estavam fitos no “material” a ser arrematado.

— “\$11.000 réis em cima do valor da adjudicação!”, propôs Rufino do Rêgo Pacheco.

— “\$15.000 réis em cima do valor da adjudicação!”, ofereceu o exasperado José Joaquim de Oliveira Barros.

O juiz bate o martelo. Seu destino consumado estava. Vendida para o que ofereceu melhor vantagem. E foi assim, que Rita foi arrematada por \$127.500 réis, o valor dado à seu corpo, porque sabemos que uma alma humana não se pode quantificar; e foi Rita levada para as terras de José Joaquim de Oliveira Barros; nada mudaria, nada mudou, sua condição de escravizada foi-se com ela, e sua história e memória estaria apagada, se não fossem essas poucas linhas que trouxemos à existência.

6

**SINFONIA EM DÓ MAIOR: *VIOLINOS X*
*CASSETETES***

O 26º Batalhão de Infantaria de Maceió, em setembro de 1889, era uma verdadeira panela de pressão prestes a explodir. Divergências e interesses políticos arrebataram os ânimos de seus integrantes, praticamente dividindo ideologicamente o batalhão entre os que comungavam com o Major Joaquim Ferreira de Andrade e Silva, que tinha no Alferes Bellarmino Augusto de Athayde seu cupincha, em oposição ao Capitão Napoleão Virgínio Ramos. O clima estava pesado, e o ódio podia ser sentido por todos os olhares fulminantes desferidos entre as facções do Batalhão. O Capitão Virgínio Ramos era, nas horas livres, um músico estimado da Orquestra Filarmônica dos Músicos e Artistas de Alagoas. Segundo o Vice-Presidente da Província, na época, Manoel Messias de Gusmão Lyra, o Major Andrade e Silva era um despeitado daquele.

No dia 23 de setembro daquele mesmo ano, sabe-se lá se a pedido ou não, os integrantes da Filarmônica de Alagoas resolveram expressar seu apoio e consideração ao Capitão musicista, manifestando grande indignação contra as intrigas, perseguições e severas repreensões implementadas pelo Major despeitado; por isso, enaltecendo o companheiro de sinfonias, tocaram no meio da Praça Tavares Bastos, que era a Praça do antigo Mercado Público de Maceió, com alaridos, muitas algazarras e apresentações artísticas, inclusive teatrais, onde “cutucavam” a “onça com a vara curta” os desafetos do Capitão.

Já tendo conhecimento das animosidades, e temendo o descarrilamento das tropas em uma balbúrdia com consequências ilegíveis, o Presidente da Província, Dr. Manuel Victor Fernandes Barros, da Sala de Ordens, no dia seguinte, 24 de setembro, expediu a determinação n. 63, estabelecendo que se evitassem qualquer fato que pudesse “concorrer direta ou indiretamente para a perturbação da disciplina exigível nos corpos militares”, pedindo que “as guarnições recusem quaisquer manifestações de caráter público que lhes fossem dirigidas e que pudessem significar

intervenção de paisanos na economia e vida íntima dos corpos do exército”. Recado dado.



Às 17 horas daquela linda tarde ensolarada de terça-feira, 24 de setembro de 1889, lá estava o Delegado de Polícia de Maceió, Coronel Félix de Moraes Bandeira, voltando feliz, sorridente e serelepe, numa pequena Charrete, descansado de umas boas férias em seu Sítio frutífero, às margens da Lagoa Mundaú, para entregar o menino, seu afilhado, filho do Subdelegado, Capitão Carneiro Tiririca, e que tinha ido brincar com sua prole, na Casa do Vice Presidente da Província, Dr. Manoel Messias de Gusmão Lyra.

Coronel Félix era um renomado comerciante, viúvo com um filho, que recebera a patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional em julho de 1879; em 1881, já estava em novo casamento com Dona Ismênia Rosa Gusmão Lyra, irmã do Major Ambrósio Cavalcante de Gusmão Lyra, que com ele teve mais 6 filhos; sua segunda esposa levava como dote de núpcias o Engenho Unussú, em São Luiz do Quitunde. Em julho de 1882 foi nomeado, pelo Ministério

da Justiça, como Coronel Comandante Superior da Comarca de Maceió, Província das Alagoas. Como membro atuante do Partido Liberal, foi Conselheiro Municipal entre 1883 e 1885. Orgulhava-se de seu bom nome e conduta irrepreensível, bem como, de seus feitos.

Ao chegar na casa do Dr. Messias de Gusmão, Coronel Félix, deferindo os cumprimentos de costume com reverência, pois a família da esposa era conceituada na Província, foi-lhe comunicado que o Capitão Tiririca havia sido chamado em caráter de urgência, e de lá, junto com o Chefe de Polícia da Província de Alagoas, o Dr. Joaquim José Gomes, tinham mandado avisar que, assim que o Coronel chegasse, fosse imediatamente ao encontro dos mesmos, na Chefia de Polícia, pois havia problemas relacionados ao Batalhão e uma certa “manifestação da Filarmônica” que estava ocorrendo. Ao que, rapidamente, deixou o menino aos cuidados do Sr. Manoel Rufino de Gusmão e pediu que alguém entregasse a criança à família, saindo mais rápido que uma bala, rumo à Chefia.

• • •

Enquanto isso, no Palácio do Presidente da Província, aproximadamente 18:00 para 19 horas, estava o Presidente praticamente mascando um charuto de preocupação, sentado numa poltrona acolchoada imponente. Na sua frente, o Capitão Virgínio Ramos sentado numa cadeira Luis XIV, mãos suadas no joelho, onde poderia enfiá-las?

— *“Com todo respeito Capitão, o Senhor já sabe, vamos evitar conflitos entre as tropas por questões políticas”*, disse com parcimônia o Presidente, tirando o charuto da boca e dando uma lenta baforada. E continuou,

— “O Capitão sabe que há uma lei, vou lembrá-lo, o Decreto 5.884 de 1875, que proíbe esse tipo de coisa...pelo amor de Deus homem!”, respirou fundo, colocou o charuto apoiado num cinzeiro de cristal importado, que se encontrava em cima de uma mesinha redonda ao lado da poltrona, e quando ia fazer menção de continuar, foi interrompido pela chegada do Dr. Pedro Nolasco Buarque de Gusmão.

Anunciado o jantar no Palácio do Governo, todos foram para a mesa desfrutar das iguarias, arrefecendo o clima tenso. Após, foram todos para a Sala de Recepção, tomar

um licor de Jenipapo oferecido pelo Presidente, e deram de cara com Dr. Nabuco de Araújo, Secretário da Presidência. De repente...quando se achou que a conversa estava mais tranquila...*PEI!PEI!PEI!!! TAN!TAN!TAN!TAN!* Um *papoco* de foguetes e de músicas já se ouviam vindos pelos ares da praça Tavares Bastos.

— “*Mas será possível!! O que é isso Capitão?! Isso não pode continuar de jeito nenhum!*”, virou-se o Presidente, já deveras contrariado, com olhar inquiridor para Capitão Virgínio que, a essas alturas, estava mais pálido que uma alma penada.

— “*Nabuco! Vá agora chamar o Chefe de Polícia!*”, completou com o dedo em riste o governador.

Nesse momento, adentra ao Palácio vindos da Praça, praticamente uma comitiva. O Major Joaquim Ferreira de Andrade e Silva, o Alferes Bellarmino Athayde, e outro oficial já com o “fuxico” de cobra na ponta da língua; olhares fulminantes ao verem Capitão Virgínio no local, mas se contiveram; ao chegar o Chefe de Polícia da Província logo em seguida, passou este a explicar as providências cabíveis e como proceder,

— “*Boa noite Sr. Presidente!*”, disse quase esbaforido o Chefe de polícia, Dr. Joaquim Gomes, e continuou:

— “Não se preocupe, já dei ordens ao Coronel Félix Bandeira para impedir a realização da manifestação, e coloquei, conforme o Senhor havia me instruído, uma força composta de 55 praças à disposição, caso necessitasse, todavia, combinamos tentar removê-los pacificamente ... vamos bloquear a entrada da rua de acesso à Praça e...”.

Foi quando o Capitão Bellarmino Athayde, de personalidade exagerada e inconveniente, intrrompendo-se na conversa, coçando seu cavanhaque devidamente cultivado, falou ao Chefe de Polícia:

— “Creio ser melhor o Senhor Chefe não acompanhar a diligência, até porque, se for necessário o emprego de força, os soldados do batalhão podem obedecer a autoridade de um oficial, mas se for uma autoridade civil não, e ... com todo respeito Excelência, ... soldado de linha só obedece superior militar”; falou maliciosamente e mal intencionado.

Certamente em sua mente, o Capitão já havia traçado um plano mais promissor aos seus interesses ou, quem sabe, em conluio com o Major Andrade e Silva.

• • •

Coronel Félix estava na Chefia da Delegacia de Polícia; tinha combinado com o Sub-Delegado, Capitão Tiririca, de que este fosse à sede da Sociedade onde funciona a Orquestra Filarmônica, a fim de intimar a esta, da proibição decretada pelo Presidente da Província publicada no Jornal do dia e, com isso, demovê-los, de forma pacífica e ordeira, de realizar nova manifestação controversa de cunho político.

Ao chegar, umas 7 horas da noite, Capitão Tiririca no Salão da Sociedade Filarmônica, viu logo o Mestre da Filarmônica e dirigiu-lhe a palavra informando que o Presidente da Província deu ordens para que os músicos não saíssem para manifestação planejada para projetar o Capitão Virgínio Ramos.

— *“Desculpe Capitão, mas eu sou novato nessa cidade, não conheço ninguém e não sei de nada. O Senhor pode falar aqui com o José Lima que ele pode informar ao Senhor melhor”*, Falou o novel maestro.

Nesse ínterim, chega empavonado o Alferes Bellarmino Athayde e logo pergunta ao José de Lima quem eram os autores da manifestação. Este, indignado com aquela presença indesejável, falou:

— “O Senhor não está autorizado a entrar no Salão da Filarmônica, não tem permissão para isso”, disse o músico José de Lima após responder ao mesmo o que lhe fora questionado.

Então, Alferes Bellarmino Athayde, com sangue nos olhos e indignado, retirou-se; Seu ódio contra seu desafeto político, o Capitão Napoleão Virgínio Ramos foi elevado à estratosfera. Coração acelerado, só queria vingança. Não admitiria que ele e o Major Joaquim Ferreira de Andrade e Silva fossem desmoralizados ante as fileiras do 26º Batalhão, em praça pública, por uma reles trupe de artistas e músicos de quinta categoria, pensava.

Capitão Tiririca, que havia ido para tentar demover os músicos de seus intentos, e falar da tal proibição dada pelo governador da província, vendo que daquele mato não sairia cachorro, foi –se do local logo em seguida, pois viu que a empreitada de convencimento foi infrutífera.



Mesmo com as advertências, os embates políticos entre os militares, às vésperas do fim do fim do Império do Brasil se mostravam irreversíveis e de consequências ilegíveis. Assim, a Orquestra Filarmônica resolveu sair

percorrendo as ruas do comércio, passando pela Rua 1^ª de Março, pela *Esquina do Rocambole*, e já desembocando na Praça Tavares Bastos, onde o Capitão Virgínio Ramos residia, iriam fazer o sarau, exaltando-o na porta de sua casa.



Enquanto isso....

E lá estava o Coronel, sentado numa cadeira junto à sua escrivaninha, com as pernas cruzadas, balançando impacientemente os pés, esperando o retorno da pequena diligência conferida ao Capitã Tiririca, e pensando que suas férias foram para o “beleléu”.

Perto das 8 horas da noite, nada de Capitão Tiririca aparecer com o resultado da missão, e tendo sido avisado por um oficial que a Orquestra desobedeceu às Ordens do Presidente Provincial, chamou do quartel a força disponibilizada pelo Presidente e orientou o Capitão Gescino de Oliveira Cruz que fossem ao encontro da Filarmônica nos seguintes termos:

— “*Capitão Cruz! Tiririca ainda não deu as caras e a confusão está tensa na Praça do mercado! Vá onde está essa manifestação, mas apenas bloqueiem o caminho de entrada da rua que*

dá acesso à Praça, e peçam para eles aguardarem minha chegada”, e arrematou,

— *“Vou pessoalmente falar com os músicos para intimá-los da Decisão de forma pacífica, ouviram?! Nada de violência!”*, enfatizou.

A referida força se dividiu em dois grupos: um grupo tomando a direção da praça do mercado pelas ruas e outro entrando pelo mesmo mercado.

Ao botar o pé fora da porta da Delegacia, apareceu o Alferes Bellarmino Athayde, fazendo os cumprimentos militares, logo foi dizendo que estava vindo do Palácio e que o Presidente havia dito que não consentisse absolutamente que se realizasse a manifestação; e logo evadiu-se do local. Botar um pouco de lenha na fogueira seria crucial naquele momento.

• • •

Eram entre 20:00 e 21:00 horas. A Praça Tavares Bastos estava movimentada naquele dia. Apesar de alguns comerciantes já terem fechado suas bancas, o mercado estava todo iluminado, vendedores de iguarias, quitandeiras, carrinhos ambulantes com guloseimas e salgados,

comerciantes dos mais variados, a movimentação era grande; na noite anterior, a população tinha presenciado toda a Orquestra Filarmônica dos Músicos e Artistas de Alagoas darem um espetáculo em homenagem ao Capitão e também músico Virgínio Ramos; no dia 24 de setembro de 1889, a Praça estava ainda mais cheia, não era toda hora que se podia presenciar apresentações de músicas, fogos e peças, mesmo que fossem de cunho político, quem queria saber? Alguns queriam se divertir, outros eram curiosos de plantão, já os mais engajados, estavam ali para apoio político ao Capitão Virgínio, haja vista que, praticamente, era um comício musical e artístico por assim dizer.

Os inimigos de Capitão Virgínio não iam deixar essa passar barato; quando uma parte da Força estava se deslocando do Quartel, já próxima à Rua Nova, tendo passado pela Praça das Princesas (atual Praça Marechal Deodoro) e na esquina do “Rocambole”, apareceu imponente num cavalo o Alferes Bellarmino Athayde, pau mandado do Major Andrade e Silva, fazendo sinal para a força parar; “Alto lá! São vocês a força designada para conter a manifestação?”, falou em tom alto e firme ao que responderam afirmativamente os praças. “Onde está o

Coronel Félix?” arrematou, olhando para os lados tentando encontrar indício da presença do Coronel; tendo sido dito que o Coronel ia se encontrar com a outra parte da força que vinha pelas ruas, o Alferes logo se viu encorajado e continuou: “Escutem!!! Sua Excelência o Presidente da Província ordenou que impeçam essa manifestação. Fosse o que fosse!!! ouviram?!!! Impeçam!!!!” vociferava aos plenos pulmões cuspidando para todo o lado. A tropa então, achando que outra ordem tinha sido dada pelo Coronel Félix e o Presidente, saiu a passos acelerados em direção ao Mercado Público para se antepor à manifestação que vinha pelas ruas do comércio cheias de músicas, alaridos e fogos.

Em emboscada, esconderam-se entre os arcos do Mercado Municipal esperando de tocaia a Orquestra despontar na Praça. De repente, a voz de comando do Alferes Athayde gritou: “Acelera a Marcha!!! Mete o Cassete!!!!!!” e a tropa arremeteu toda em debandada de dentro do mercado, em direção à Praça, sob o comando de Athayde. E saíram metendo os cassetetes em cima dos músicos, artistas, manifestantes e também do povo. Foi violino quebrado, cordas pulsadas, tambor furado, trombone era arma, Chelos escudos e cornetas eram sabres,

mas os músicos se negavam naquela cena dantesca, a pararem de tocar, e assim continuaram, num ato heróico digno do filme *Titanic*; o artista José Leocádio levou logo um tabefe com o cassete e foi arremessado ao chão, ao levantar a cabeça, viu 3 soldados de linha com facão em punho alegando estarem cumprindo ordens; de forma ousada, falou “ordem ilegal não se cumpre!”, então um dos soldados pegou pelo colarinho puxando violentamente, olhos esbugalhados, retrucou: “você está duvidando?!Soldados, cerquem-no e executem-no!!!!”. Ao que o artista, vendo sua vida certamente por fim, agarrou-se no braço do algoz e como ato de coragem desprendida diante da morte certa disse: “se eu tiver de morrer morro junto com você!”. Por alguma razão desconhecida, não houve execução, mas saiu esbaçado do embate.

A Orquestra não se intimidou, intensificou a música em meio à pancadaria generalizada na Praça, e entraram com tudo, conseguindo invadir com trombones, chelos, violinos, cornetas e toda sorte de instrumentos musicais, à casa do homenageado, o Capitão Virgínio Ramos, que se tornou o palco da Filarmônica que tocava com intrepidez a sinfonia marcada pelo massacre. Por outro lado, os soldados usavam

além dos cassetetes, também os rifles, espaldeirando violentamente a Filarmônica e à população. Foi um massacre lamentável e que marcaria a história de Alagoas. A Praça era um campo de guerra com trilha sonora de fundo na Ópera n. 5 de Beethoven.

Quando a outra parte da tropa, que vinha pela rua chegou, a balbúrdia já estava em andamento. Trataram então de retirar a força que, até então, espaldeirava no meio do povo, até não haver mais espancamentos. Mas nessa ocasião, surge inopinadamente o Alferes Bellarmino Athayde a gritar “Como superior de vocês! Não deixem passar essa manifestação!!! Carregar em cima do povo!!!!”, estava ele ávido de vingança e inebriado por seus ódios; “Senhor!” retorquiu o Sargento Joaquim Soares de Mello, “não darei essa ordem aos praças, se quiser o Senhor mesmo a dê! Eu não recebi do Coronel Bandeira essa ordem!”. Então, saiu o Alferes Athayde exasperado do local e não se viu mais. Capitão Loureiro então chega, e informa que o Coronel Bandeira mandou a Força voltar imediatamente ao quartel. Trabalho deu para que se acalmassem os ânimos exaltados e realinhar a tropa.

Vários foram os Músicos e artistas feridos desse incidente, além de gente do povo, dentre eles, Manoel Boaventura da Rocha, Possidonio Severiano Cândido da Silva, Francisco Macena, e um Francisco *de tal*, que se sabe, era empregado do Jornal *Gutemberg*. Alguns, como Manoel Boaventura e Francisco Macena, eram os mais machucados gravemente. Tiveram os primeiros socorros na casa de Dona Maria Luís. Também foram espancados Sebastião Lyra, o filho da amante de Andrade Espíndola, e até mesmo, entrou de gaiato na história, um português bigodudo de Lisboa que simplesmente se achava à paisana pelo mercado, contemplando com ar psicodélico a euforia do local.

O ambiente estava tenso. Enquanto isso, o Chefe de Polícia, acompanhado do Dr. Pedro Nolasco e o Dr. Nabuco Araújo, resolveram, lá pelas quase 23 horas da noite, por fim, irem à Praça confirmar o que estava ocorrendo, ao que, antes de saírem, lá vinha o Comandante da Polícia, Coronel Félix Moraes Bandeira, totalmente consternado, meneando a cabeça como quem se lamentava, e ao vê-los, acelerou os passos para rapidamente tecer o relato do que tinha acontecido na Praça Tavares Bastos.

O contra-ataque seria certo. No outro dia, saía estampado na capa do jornal *Gutenberg* sobre o “Massacre à orquestra Filarmônica na Praça do Mercado”. Coronel Félix Bandeira, apontado como o “mandante”, e seu nome estava na lama mais fétida, na boca de todos. Os dois músicos mais arrebetados foram: Manoel Boaventura da Rocha e Francisco Macena; o primeiro, cheio de inchaços e tumores no tórax, com contrações generalizadas e dores terríveis na nuca onde havia uma equimose sobressalente; o homem tinha derrame em ambos os pulmões e gargarejo traqueal, se não cuidasse, morreria. O segundo, tinha um galo que expunha um corte de quatro centímetros de extensão e um de largura que ia da fronte da cabeça até o olho direito; o ferimento era tão feio, que passava por todos os tecidos moles até encontrar o crânio. Na região temporal esquerda, tinha uma contusão ocasionada por um cassete. Manoel Boaventura quase não conseguia levantar para fazer o exame de corpo de delito, viabilizado pelos médicos, os Doutores Alfonso Smaragdo de Oliveira e Luiz Joaquim da Costa Leite; veio amparado por muleta. Ambos entraram com uma queixa crime contra o Coronel Félix Bandeira, o Alferes Athayde e o Major Andrade e Silva. No caso, por crime de

responsabilidade, e pediam, respectivamente, 1 conto de réis (aproximadamente R\$123.000 reais atuais) e 300.000 réis (aproximadamente R\$36.900 reais atuais) por danos físicos, e mais 5.000 réis por danos em geral.

Como a queixa foi de crime de responsabilidade, restou devidamente provado no processo, pelas muitas testemunhas ouvidas do caso, a inocência do Coronel Félix de Moraes Bandeira, que definitivamente não deu a ordem de agressão, apenas cumpriu a ordem legal do Presidente da Província, dentro de sua competência, a fim de que se contivesse a manifestação pacificamente, sem meios violentos. Quanto ao Alferes Bellarmino Athayde e o Major Andrade e Silva, foram retirados da ação sob protesto dos queixosos, posto que deveria ser intentada outra ação direcionada a eles nos termos processuais. Não se sabe se houve reprimendas aos dois, ou, ao menos, ao Alferes Athayde. Restou evidente no processo que o bandeirola oportunista da Infantaria, certamente foi o responsável pelo tumulto e barbárie perpetrados na Praça Tavares Bastos, descumprindo as ordens dadas pelos seus superiores, o Presidente da Província e o Chefe da Delegacia, o Coronel

Félix, que foi colocado no olho do furacão; e, assim, saindo o Alferes de mansinho, como compete aos covardes.

Mas já era tarde demais; violinos quebrados, tambores destruídos, e aqueles músicos paupérrimos que ganhavam a vida com sua arte não seriam ressarcidos; a música não mais tocaria, e a Filarmônica fora silenciada pela violência da anti cultura local; todavia, justiça seja feita, as vítimas desse imbróglio não foram apenas os músicos, artistas e o povo, mas também o nome do Coronel Félix de Moraes Bandeira, que já se encontra enlameado por séculos na historiografia alagoana como o “autor do massacre da Praça Tavares Bastos”; quando as penas se espalharam, não há como recolhê-las. Apenas esta humilde crônica, que testemunha o desfecho do processo, pode limpar sua honra póstuma.

7

TRILHOS DA INJUSTIÇA

Finalmente! A modernidade e o avanço tecnológico encontrariam guarida na Província das Alagoas! Fruto de um grande investimento Europeu, angariado com investidores Londrinos em 1881, a viagem ao Velho Continente do Comendador Moutinho tinha logrado êxito completo! Com a capitalização dos investimentos, surgiu a *Alagoas Railway Company Limited*, com Ata de Constituição em 18 de maio de 1881, e estatutos aprovados por Decreto Imperial n. 8.223 de 20 de agosto de 1881. O assunto parecia ser o único tema das reuniões dos distintos senhores de engenho nos clubes, regadas a licores e charutos.

A empreitada do renomado Engenheiro Inglês William Humfrey Rankin e do engenheiro fiscal Francisco J. Gomes Calaça, bem como, seus construtores, da célebre *Hugh Wilson & Son*, tomaria corpo em 25 de março de 1882. O empreendimento era grande; saindo de Maceió, a ferrovia teria um percurso de 79.310 metros, feitos em 4 horas e 35

minutos, passando por aproximadamente 30 engenhos de açúcar, e pelos municípios de Santa Luzia do Norte, Murici e São José da Laje. Obviamente que muitos senhores do açúcar estavam felizes com a ferrovia passando por seus termos, o que implicaria o alavancamento da economia local, significando mais dinheiro e investimentos, e, acima de tudo...mais poder.

Mas, apesar de tudo, havia um sentimento de apreensão que tomava corpo entre os proprietários dos terrenos onde a celebrada “Ferrovia da Imperatriz”, como seria nomeada, passaria. Boatos corriam soltos, de boca em boca, de que a companhia *Alagoas Railway* iria dar “migalhas” em indenização pelos terrenos, nas aquisições compulsórias dos mesmos, deixando boa parte da população dos diversos bairros da cidade de Maceió, a lamentar. Se o dito fosse certo, o preço da modernidade seria demasiadamente alto para esses moradores. A Ferrovia não perdoou ninguém, desde os mais miseráveis até mesmo barões, todos foram atingidos pelas desapropriações, lastreadas no Decreto n. 816 de 1855, perpetradas de forma obrigatória. Todos os bairros que acompanhavam o Vale do Rio Mundaú foram afetados.

Quem tinha condições entrava com ações para aumentar o valor da indenização, para ver se um bocado mais poderia ser concedido, mais do que o terreno realmente valia, outros, tentavam mesmo tentar desviar o plano traçado dos trilhos de suas propriedades. As indenizações foram pagas, mas o projeto continuava.

Quem era Lúcio? um miserável. Um pobre negro, escravizado de Feligônio Avelino Jucondino de Araújo; provavelmente há algum tempo, tinha pedido ao seu proprietário autorização para, num pequeno terreno de 740m² x 751m², plantar batata doce, macaxeira, inhame, fruta e legumes; certamente trabalhava como “escravo de ganho”, laborando arduamente na pequena roça, vendendo o que da terra Deus lhe dava, como fruto de seu trabalho com suor e lágrimas, na feira do Mercado Municipal de Maceió. Do dinheiro recebido, dava 90% para seu senhor, o preço vergonhoso de sua relativa autonomia, mas ao menos, com seus míseros 10%, podia ir juntando um dinheiro para, quem sabe, um dia, poder comprar sua alforria e se livrar dos grilhões da escravidão.

Mas a escravidão lhe tiraria, não apenas sua liberdade, mas também a esperança de um dia poder obtê-

la, com o pouco que tirava do que produzia nesse pequeno pedaço de terra. Seu senhor, rapidamente e ávido por dinheiro recebeu, sem pestanejar, a indenização pelo terreno em que Lúcio, seu escravizado era posseiro, quantia de \$ 300.000 réis, com direito a recibo dado pelos senhores Hugh Francis Wilson, em 12 de fevereiro de 1883, passado no escritório dos empreiteiros, pela desapropriação dos terrenos pertencentes ao escravo Lúcio. Não é preciso dizer a tristeza e desolação que tomou conta de Lúcio, como se alguém tivesse esmagado sua alma já sofrida; o fruto do seu trabalho já tanto roubado por seu senhor, ter sido de todo usurpado, alijado da fonte de suas parcas rendas que mal dava para sobreviver, sem sequer receber um tostão, para que pudesse, finalmente, comprar sua alforria tão sonhada.

Em 10 de agosto de 1882, no Jornal de Macció, o Engenheiro Guilherme Andreas Wilson, filho de Hugh e sócio da empresa Hugh Wilson & Son, responsável pela construção da Ferrovia da Imperatriz, emite uma nota à sociedade alagoana, acalmando os ânimos da população envolvida dos terrenos que seriam desapropriados, alegando que não queriam, *“de modo algum, o prejuízo ou a defraudação do direito particular, porque justos e sinceros são seus negócios, desejam ver*

todos satisfeitos aplaudindo-os no afã de sua missão”. Em 3 de dezembro de 1884, Maceió assistia a tão esperada inauguração da Ferrovia da Imperatriz. A empresa usou 8 locomotivas, três carros de 1º classe, 4 de 2º classe e 2 mistos, além de 40 expressivos vagões fechados de 4 rodas, o 1º vagão para acomodar gado, 5 destinados a carneiros, e 25 para lastros.

Quanta ironia nessas palavras! Aqui, ao revés, se registra a *injustiça e insinceridade*; Lúcio, vítima do infortúnio da escravidão pela cor de sua pele, vítima da violência que afrontava sua dignidade; vítima do “progresso”, em um mundo em expansão tecnológica, mas que não lhe deu opções, apenas sedimentando mais a opressão que lhe corroía o corpo e a alma, e que agora, retirava seus sonhos, sonhos de liberdade.

8

A TIJOLADA

Todo mundo sabe que, quem deve tem que pagar; embora não se saiba quando nem como. Mas tem aqueles devedores que insistem em se fazer de desentendido; aqueles com cara de paisagem, que, quando confrontados, após se esconderem por dias, muitas vezes mandando a mulher dizer que não está, mas estando trancado no banheiro com a cara para fora, olhos esbugalhados e ouvidos aguçados, a fim de ver se o importunante credor já foi; ou aquele que vive mudando de esquina, esquivando-se por trás das carroças e cavalos a quase levar um coice na cara lisa, para não ser encontrado; esse tipo de devedor termina por convencer a si mesmo de que a dívida não existe, e que é fantasia da cabeça do credor. É o típico cara de pau, filho do pai da mentira. Pense no ódio!

Mas naquele dia 2 de setembro de 1912, o Sr. Antônio José dos Santos ficou a tocaiar na Rua Dias Cabral, para ver se a *enguia* escorregadia de seu sócio de boca, em um

negócio com madeira para a Companhia de *Trilhos Urbanos*, aparecia no caminho para casa, às 5 horas da tarde; fosse o que fosse, daquele dia não passava o ajuste de contas com o Carpinteiro João Vital Oliveira, o próprio. 35 anos, casado, alagoano e alfabetizado. “*De hoje não passa! Aquele infeliz quer me engabelar?! Só porque sou de Mar Vermelho e analfabeto? Conta eu sei fazer, caramba carambolas!*”, esperava na esquina da Dias Cabral, o inconformado e angustiado credor Antônio José.

Dito e feito! Lá vinha João Vital, olhando de um lado para o outro, de tal forma que seu pescoço parecia um carrossel circense; mas o susto ao ser pego inopinadamente pela figura de Sr. Antônio José arrefeceu qualquer intento de cair fora. O homem apareceu na sua frente, logo o cumprimentando e dizendo a que veio.

— “*Boas tardes Vital, estava mesmo querendo te ver, vamos para um lugar mais reservado, ... ali !* ”, apontou ao mesmo tempo com o dedo e com o queixo, para o estabelecimento de uma Mercearia, na Rua do João Lins (ou rua do “Capim” como era conhecida). E continuou,

— “*Não estava te encontrando ... precisamos acertar aquela conta sabe...aquela...*”, e olhou profundamente nos olhos do

caloteiro como se conseguisse ter uma visão etérea de sua alma assustada.

— “Conta? *Que conta?!”,* retrucou João Vital, recompondo-se rapidamente do susto prefacial. “*Como assim que conta? Combinamos de dividir meio a meio os valores da madeira dos trilhos urbanos!*”, respondeu um pouco mais exaltado o Sr. Antônio José.

Desta feita, passaram a caminhar já em bate boca, adentrando na Mercearia.

Miguel Vieira Braga era o dono da única mercearia da rua do Capim. Com uma boa freguesia, acordava todos os dias cedo com o galo a cacarejar, tomava seu café matinal e se dirigia ao estabelecimento; já era um pouquinho mais que cinco da tarde e a mercearia estava com os últimos fregueses do dia, comprando as últimas necessidades apressadamente, antes da noite cair.

Naquele dia 2, um antigo freguês seu, Sr. João Vital chegou no estabelecimento acompanhado de um outro homem, pareciam aborrecidos discutindo um ajuste de contas sobre madeiras. Miguel já estava incomodado. Uns clientes acabaram saindo da mercearia tendo estampado no rosto o incômodo e meneando a cabeça. Do caixa, o Sr.

Miguel viu uma mulher com uma criança se aproximar pela calçada, e que ia entrar na bodega, mas ao perceber os berros, temendo por sua pequena, puxou pelo braço a menina quase o arrancando, e saiu a passos ligeiros.

Aquilo definitivamente estava espantando seus clientes! Pensou; tinha que fazer algo.

— “*Sr. Vital, boa tarde. Desculpe interromper, mas o senhor poderia discutir suas contas em outro local? preciso trabalhar no caixa e a conversa dos senhores está atrapalhando meu trabalho...*”. Disse o dono da bodega.

— “*ÂH?! Óh sim!*”, respondeu como se tivesse dado uma pausa, mas, logo ao sair da mercearia, os dois, já no meio da rua, voltaram ao bate-boca acalorado, chamando a atenção dos transeuntes que, a essas alturas, já mudavam de calçada. Não bastava ser devedor, tinha que fazer um barraco e tirar a paz de toda comunidade.

Foi então que João Vital meteu um murro bem na cara de Antônio José, que não esperou outro, e foi logo se atracando numa luta corporal dividida entre socos e tabefes por todos os lados, numa embolação pela areia da rua que não dava para saber quem era quem; A essas alturas, os dois estavam pateticamente na mais alta expressão da raiva e do

ódio; João Vital então, viu um Tijolo solitário no canto da Rua, imediatamente, com dificuldades, pois ainda estava se engalfinhando com Antônio José, pegou o Tijolo e *PAH!!!* tome na cabeça de Antônio José, que tonteou e desmaiou. Um apito se fez ouvir e logo dois guardas apareceram.

Enquanto isso, do outro lado da Rua Dias Cabral, no Bilhar do Sr. Arthur Pereira Roza, dois jogadores estavam tomando uma cervejinha, comendo petiscos e jogando bilhar bem “de boas”, quando se ouviu o som de um apito estridente, bem como, de uma movimentação de pessoas na rua; foi então que o curioso Sr. Antônio Florentino Leite, vendo do que se tratava, não perdeu conversa e já chamava com um gesto de mão o amigo de jogatina, Francisco Manoel de Jesus; *“Ei, ei...mané...vem ver isso... tem dois homens brigando lá embaixo...vamo lá vê!”*. E assim, só aquela briga para fazer os dois deixarem a cervejinha e o bilhar, para se tornarem testemunhas do imbróglio. Isso porque numa confusão, sempre tem a testemunha curiosa e futriqueira do perrengue.

Ao chegarem no local, João Vital estava um siri na lata; respiração ofegante, vermelho e falando cuspidando em todo mundo, *“Fui Insultado!!!!!!”*. De qualquer maneira, após

ter sido dada voz de prisão em flagrante por policiais, trabalho deu para que os dois guardas, um deles pançudo, conseguisse colocar as algemas no suposto caloteiro boxeador. A vítima, José Antônio, ainda estava *grogue* com a tijolada insípida que quase o assassinou; o sangue escorria da cabeça fissurada, mas pelo menos estava vivo. Alguns transeuntes almas compadecidas vieram lhe acudir.

— *“Olhe! Quando eu sair da cadeia vou te matar sen cabra!!”*

Foram as últimas palavras de João Vital antes de ser conduzido à Delegacia do 3º Comissariado.

Mesmo todo latanhado, Antônio José também foi conduzido à Delegacia para prestar queixa de crime contra seu oponente de *ringo*. Diante do Delegado, segurando a mão num pano que alguém lhe dera para comprimir a exposição do ferimento na caixa craniana falou:

— *“Sr. Delegado, fui cobrar uma conta e ele fez isso comigo.*

Ele tá bêbado, e vive fazendo desordem e me ameaçou ainda por cima!”, disse indignado.

Preso, José Vital teria de suportar um processo crime de agressão, e sabe-se lá mais o que viria. Tudo isso por causa de uma dívida que, certamente, quase lhe custou a vida. No 3º Comissariado, tinham quatro testemunhas do episódio

fatídico: o dono da bodega, dois jogadores de bilhar e, em cima da mesa do delegado, a maior delas: O Tijolo.

9

O CAPADO

Em 1870, na pequena Vila de Porto da Folha⁴, quem tivesse mulher bonita ou moça donzela, que tomasse conta. Já andava na boca do povo, que havia um tarado nas redondezas, que não conseguia dominar a perigância de sua terceira perna.

E lá estava sentado, num banquinho de madeira em frente à sua casa de taipa, Manoel Duda. Mascando um fio de bagaço de cana entre os dentes que ainda tinha, e com seu sorriso cínico e debochado bem conhecido de seus vizinhos.

— “*Eita...eita...olha lá quem vem com o cantil de água na cabeça...se rebolando toda pra mim...uuuii...Quitéeiaaa.... que chuchuzinho....*”. Pensou alto Manoel Duda, comprimindo os olhos para ver mais aguçadamente e salivando como um

⁴ Atual Município de Traipu. Na época, Alagoas Colonial (Século XVII), Vila do Porto da Folha era Termo da Comarca de Penedo.

lobo prestes a atacar. Já sentindo suas partes avolumarem-se.

Quitéria era uma moçoila donzela, humilde, que residia com seus pais na rua vizinha à de Manoel Duda. Estava a caminho do riacho para pegar água, mas antes, tinha de passar na casa de Clarinha, sua melhor amiga e confidente. Seus pais lhes pediram para não irem sozinhas ao riacho, para não serem surpreendidas com algum malfeitor. A moça era obediente.

Clarinha e Quitéria eram inseparáveis; desde pequenas, brincavam com suas bruxinhas (bonecas de pano feitas manualmente) e, mesmo após suas regras chegarem, continuavam com suas brincadeiras de boneca, típicas de meninas moças em fase de transição para a juventude. Mas eram moças que já se faziam perceber no corpo e na graciosidade, aos olhos dos rapazes, possíveis pretendentes da Vila.

Ao avistar de longe Manoel Duda, Quitéria imediatamente mudou de calçada. Sentia-se intimidada com as reiteradas cantadas que, certamente, receberia do desavergonhado. Apressou o passo à medida que se aproximava da frente da casa de Manoel. Arregalou os olhos,

pois viu o homem com movimentos indecifráveis por debaixo das calças, e acelerou mais, quase desequilibrando e derrubando o cantil que estava devidamente encaixado em um pano.

— “*Ei! Moça linda!!*”. Gritou do outro lado da calçada Manoel Duda já todo assanhado.

Quitéria não contou outra, sequer olhou para os lados do importunador, e continuou acelerando o passo.

— “*Ei! Quitéria! Vem cá minha pimentinha! Deixe eu te fazer arder!*” Falou, já debochando da moça que, visivelmente, já corria desesperada para bater na porta da casa de Clarinha freneticamente.

— “*Clarinha! Clarinha! ABRE LOGO!!!*”. Quitéria batia chorando, já em desespero, com murros na porta de madeira, ao mesmo tempo em que olhava para os lados de Manoel Duda, para certificar-se de que este não estava vindo pegá-la de sopetão.

O desavergonhado, percebendo o avexamento da pobre moça, ria inescrupulosamente, mas parou de o fazer quando viu dois agricultores vindo com enxadas ancoradas nos ombros, e conversando no início da rua, a caminho da

lavoura. Foi o tempo que Quitéria teve para simplesmente emburacar na casa de Clarinha.

— “*O que foi Quita?!*” Perguntou Clarinha, vendo o estado de terror da amiga.

— “*O teu vizinho, aquele homem sem caráter...Manoel Duda...*”. Falou, pausando para retomar o fôlego que tinha se esvaído por completo.

— “*Minha Virgem Santíssima! Você não sabe o que me aconteceu ontem por causa desse homem! Ainda não falei para os meus pais, pois o labafero será muito grande, mas estou esperando eles voltarem do labor e contar*”. Disse por fim Clarinha.

— “*Quê?!*” Perguntou Quitéria, já sendo conduzida pelo braço por sua amiga, para a pequena salinha de visitas de sua humilde casa e sentando-se numa cadeira.

— “*Ontem eu ... meio que desobedeci meus pais e fiquei um pouco mais na quermesse da igreja lembra?*”

— “*Sim, lembro. Eu voltei com minha mãe e você preferiu ficar conversando com as meninas*”. Respondeu Quitéria.

— “*Estava esperando você chegar...eu vinha pelo becão de volta pra casa e... e...*”. Clarinha mal conseguia continuar pois faltavam-lhe palavras.

— “*Diz Clarinha! Você está me deixando aflita!*”.
Inquiriu Quitéria.

— “*Ele tava praticamente me esperando no becão escuro!! Veio para cima de mim colocando as mãos nas vergonhas.... querendo conxambrar comigo!!!*”. (Clarinha pausou para conseguir se recompor da agonia das lembranças), e continuou:

— “*Mas...mas, eu não conseguia me desvencilhar dele...daí eu me lembrei de uma briga que os rapazes tiveram na quermesse e que um deles deu um chute nas partes do outro, e foi aí que eu consegui dar uma joelhada nas safadezas dele! O tarado caiu no chão e eu corri para a rua de casa!*”. Terminou de falar quase esbaforida, já pegando um copo de água que lhe era oferecido por Quitéria.

— “*Clarinha...meus pais já comentaram sobre o Manoel Duda, inclusive, o zezinho, que só tem 11 anos! O menino me falou que ele tentou ‘coisa’ com ele ...*”. Asseverou Quitéria.

— “*Qué?! Estais a chocar-me?!*”. Disse indignada Clarinha, com os dedos de uma das mãos semi tapando os lábios.

Vamos esperar um tempinho e depois saímos as duas juntas para pegar a água. Na volta, contamos para nossos pais.



Antes do galo cantar, Dona Anna, mulher honesta e casada com o Senhor Xico Bento, já havia se levantado, trocado de roupa e feito um café para o marido. Na mesa posta, forrada com uma toalha de linho cru bordada com pequenas flores nas pontas, uma caneca e pratos, além de bolo de fubá, batata doce assada no fogo à lenha, café, coalhada e banana.

Dona Anna era esmerada; uma bela rapariga (no sentido português da palavra); cabelos longos e negros como das índias da região, pele morena, queimada do sol, e lábios carnudos e convidativos. Pernas grossas e torneadas e peitos fartos. Todos os dias, Dona Anna ia no Riacho do velho Rio Chico para lavar roupas e, enquanto estas secavam numa grande pedra das margens, aproveitava para pegar água pura numa fonte na mata ciliar das margens.

E todos os dias, lá ia Dona Anna, passando pelas ruas de Porto Velho com um cestão na cabeça apoiado, cheio de camisas, ceroulas, saias, calças do marido e panos. Era de parar a rua do mercado público, com seu andar alegre

e sorriso branco que mostravam seus dentes alinhados como um ladrilho de pérolas, uma raridade na época.

Um mercador transeunte parou no meio da rua e, torcendo o pescoço, embasbacado com a beleza e o molejo da gaja que passava na sua frente, quase foi atropelado por um ancião que também distraiu-se com a morena, e que estava montado em um jegue com cestos no lombo, cheios de mandioca. A trombada foi inevitável.

E lá ia Dona Ana, na sua alegria e dança peculiar, lavar suas roupas na beira do Velho Chico e depois pegar água na fonte.



O sol ainda não estava em seu vigor quando Nocreto Correia e Norberto Barbosa já haviam tomado o café da matina e, pegaram seus cavalos para passar vista nas lavouras de cana, conforme o acordado no dia anterior; plantações estas alocadas após um riacho atrelado ao Velho Chico, onde os aldeões de Porto Velho, principalmente as mulheres, lavavam as roupas, davam banho nos pequenos, e pegavam água para seus lares.

— “Nocreto, o calor está demais homem! vamos dar uma parada na fonte que fica perto da mata...para tomar um cantil fresquinho?”. Disse Norberto Barbosa, limpando com um lenço o suor da testa e do pescoço, que despencava como bica de suas têmporas, antes mesmo do sol atingir seu fulgor.

— “Caro amigo Barbosa... de fato...tens razão. O sol está causticante e já me falta ar fresco para respirar. Tomemos esse caminho aqui ...”. Falou, apontando de cima do cavalo, com a tabica, para um atalho pela mata, que dava para a fonte de água fresca e cristalina.

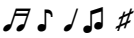
Os dois homens cavalgavam quase parando, botando conversa fora, sem ligeireza ou impaciência.

• • •

Manoel Duda já havia alguns dias que dormia com comichão, no inferno de Dante, pensando em sem vergonhices impróprias com a mulher de Xico Bento. Naquela manhã, acordou atizado ao extremo. “De Hoje aquela pombinha não me escapa.... aiii...Donaanaa.... (tisc, tisc) Aquele seu marido paspalhão não dá conta do incêndio que a senhora provoca ...”, pensava consigo mesmo. “Hoje a senhora vai ver o que é um

homem de verdade... eu me garanto". Saiu sorrateiramente sem que ninguém o visse no caminho do riacho.

Manoel Duda chegou antes de Dona Anna às margens do Velho Chico. Pés descalços, passou um tempo andando por algumas pedras nas margens até ver um grande pé de Mandacaru que se fez presente; prontamente se escondeu por trás da vegetação, ficando de tocaia, cantarolando uma modinha, olhos atentos, a esperar Dona Anna, como um predador prestes a dar o bote em sua presa.

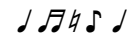
“Os olhos namorados □ 

Da engraçada Iaiazinha,

Logo me fazem Lembrar

Sua Doce Marrequinha...  □ 

lá..lá..lá

Iaiá...me deixe ver a marreca... □ 

Se não eu morro....Leva-me à brecaaa...Iaiá...Me deix..."

⁵LIMA, Edilson. **As Modinhas do Brasil**, São Paulo: Edusp Editora, 2001. ARAÚJO, Mozart de. **A Modinha e o Lundu no Século XVIII**, São Paulo: Ricordi Brasileiro, 1963.

De repente, Manoel Duda interrompeu sua cantoria, posto que viu, aproximando-se da grande pedra onde normalmente Dona Anna lavava as roupas, a morena com seu grande cesto de vime na cabeça.

Dona Anna, como do costume de quem lava as roupas, colocou o cesto na pedra, levantou as saias deixando à mostra as coxas firmes e, se agachando, começou a tirar os tecidos carentes de limpeza do cesto; Por fim, tirou a barra do sabão de côco e começou a molhar as roupas e esfregar na pedra.

Manoel Duda já estava que não se aguentava mais! A perigância se avizinhava de Dona Anna...iria pegá-la de qualquer jeito. Mas, conteve-se, pois algumas senhoras vieram fazer-lhe companhia na labuta. Após lavar as roupas, Dona Ana pegou uma botija pequena que trouxera no cesto, e encaminhou-se para um local mais reservado, onde havia uma pequena fonte de água cristalina perto de uma mata. Manoel Duda a seguiu sem que a senhora o percebesse, e escondeu-se atrás de uma moita.

Enquanto Dona Anna esperava a bica d'água encher sua botija, Manoel Duda, que já não se aguentava mais, saiu e fez-lhe a proposta indecorosa:

— “*Dona Ana!...Como vai a senhora?!*” Falou inicialmente com amizade.

Dona Anna tomou um susto, logo derrubando sua botija no pequeno córrego da fonte e, rapidamente a pegando em seguida, antes que boiasse até o riacho.

— “*Bom dia Sr. Manoel. Vou bem, dá licença...*”. E foi logo cortando a prosa e saindo. Todavia, foi interceptada pelo malfeitor que, dum pulo só, ficou bem próximo à ela.

— “*Mas o que é isso senhor Manoel?! Estais a me intimidar?!*”. Perguntou já indignada, e com o coração pela boca de medo.

— “*Dona Ana...veja bem, pensas que não vejo a senhora passando toda ouriçada na frente da minha casa e no mercado todo dia?!...Estou aqui porque quero lhe fazer uma proposta; Se seu marido não está conseguindo lhe satisfazer no leito...como suponho que assim o seja...tenha em mim um varão que vai tirar o vosso desassossego... Ninguém saberá...lhe garanto...fica só entre nós outros*”. Falou se aproximando mais, até pegar com força o braço de Dona Anna e, olhando descaradamente para os seios da senhora sob a blusa desalinhada, continuou.

— “*Ademais, a senhora muito me agrada e pode apagar essa coisa ... esse ... esse... FOGARÉU! Se é que me entendes ... Que a*

senhora faz em mim, que me corrói e....!”. Mal terminou de fazer a proposta indecente, e Dona Anna foi logo empurrando o mesmo e “*TAAAH!*” , tome-lhe um tabefe nas faces, dizendo:

— *“Por que me tomas Senhor Manoel Duda?!! Por rameira?!! Sou uma mulher casada e fiel ao meu marido!!! Não te dei liberdades para quereses faltar com respeito à minha pessoa!! Nunca deitar-me-ei com o Senhor! Agora, dá licença que”*. Dona Anna não terminou de falar.

Manoel Duda lançou-se sobre Dona Anna, deitando-a à força no chão; “*Óxiii?!...se fazendo de difícil é melhor...*” dizia, enquanto a segurava com o peso de seu corpo e sua mão esquerda tentando conter as mãos da vítima; com a direita, rapidamente já havia colocado seu “bilau” de fora, e levantava a saia da senhora, colocando as encomendas da pobre mulher à mostra.

Dona Anna, vendo que Manoel Duda iria conxambrar com ela, gritou com todas as forças de seus pulmões, pedindo por socorro diante da situação de terror e iminente defraudação de sua pessoa em que se encontrava. “*SOCORROOO!!! SOCORROOOOO!!!!* ”.

Ali já próximos à fonte, Nocreto e Norberto presenciaram o momento em que um homem deitou à força uma senhora que gritava por “socorro”, e correram com seus cavalos. Pelo que, a tempo, conseguiram puxar Manoel Duda de cima de Dona Anna quando este quase lhe adentrava fazendo-lhe as vezes de seu marido. Manoel Duda ainda levou um murro para morgar sua fúria ensandecida libidinosa, pelo que, ainda tentou fugir, mesmo seminu, mas ficou por tropeçar nas próprias calças abaixadas, sendo totalmente imobilizado pelos dois homens, que logo o prenderam em flagrante.

— “*A senhora está bem?!?*” Perguntou Nocreto, voltando-se para Dona Anna, já acudindo a pobre senhora, que tentava se cobrir com os trapos de roupas ainda não rasgados pelo violador.

— “*Eu...eu...esto—o-ou...mu..mui...to ...obri...ga...obrigada!*”. Dona Anna mal conseguia proferir uma palavra e só chorava.

Norberto pegou uma corda de couro que tinha, pendurada no lombo de seu cavalo, e amarrou a fera, manietando Manoel Duda e imobilizando-o por completo. O homem ainda gritava e se estrebuchava, querendo da

situação se safar, dizendo que não estava fazendo nada demais.

— *“Cala-te seu pervertido!!! Irás ter com a justiça!”*. Disse Norberto apertando bem a corda para conter Manoel Duda.

Nocreto colocou Dona Anna em cima de seu cavalo, pois a senhora estava sem forças, pernas bambas e não conseguia sequer andar de tão nervosa; e todos foram direto para a Casa de Justiça e Cadeia, onde o Juiz Ordinário, Pasquinha, iria julgar o caso e dá o que merecido ao tarado de Porto da Folha. Logo, Xico Bento, o marido ultrajado, ao saber do infortúnio e situação pela qual passou a esposa, chegou na Casa da Justiça e Cadeia com sangue nos olhos.

— *“Cadê esse infeliz!! Pra modi limpar minha honra?!!!”*. Vociferava na porta da cadeia, que já se encontrava com uma pequena aglomeração, a maioria de curiosos, na entrada.

A notícia chegou mais rápido na Vila de Porto da Folha do que os cavalos de Nocreto e Norberto, praticamente. Logo que ficaram sabendo do ocorrido, os pais de Quitéria e Clarinha, que a essas alturas já tinham conhecimento de que suas filhas donzelas foram também assediadas e quase desgraçadas pelo pervertido, foram, *incontinenti*, prestarem os depoimentos necessários, como

testemunhas da conduta inapropriada e desavergonhada de Manoel Duda.

Até o julgamento por sentença do Juiz Ordinário Pasquinha, Porto da Folha teria dias de paz e tranquilidade, um alívio, sem dúvidas, ao menos para as moçoilas donzelas e senhoras casadas, que já poderiam sair pelas ruas, devolvendo a graciosidade e o sorriso à pequena Vila Colonial, pois já a fera pervertida se encontrava devidamente enjaulada, e sem oferecer situações periclitantes à honra das mulheres da região.

No dia do julgamento, na Casa da Justiça e Cadeia, Manoel Duda estava no banco dos Réus. Cabeça baixa. O deboche sumiu, e nem sinal de sua conduta tipicamente assanhada d'outrora. Manietado e sentado numa cadeira de madeira simplória, dois praças faziam de um lado e do outro a escolta. A mesa do juiz era de madeira toda trabalhada, e central. As testemunhas estavam em cadeiras dispostas em local separado da plateia, e a postos. O Adjunto de Promotor, que já havia, indignado, oferecido a denúncia contra o pervertido, encontrava-se num *birôt* à direita da Mesa do Magistrado.

Dona Anna entrou no recinto, amparada pelo marido; este, com a cara sisuda e as sobranceiras cerradas, não estava com ares afáveis. A presença da esposa de Xico Bento logo tomou a atenção de todos os presentes, gerando uma certa comoção. Eis a vítima da sanha pornográfica de Manoel Duda! Mas não apenas ela, Clarinha e Quitéria, assediadas e atacadas pelo indecoroso réu; as duas moças estavam sentadas nas primeiras fileiras de cadeiras, onde ficavam as testemunhas; também Nocreto Correia e Norberto Barbosa se fizeram presentes, como principais testemunhas do ataque à Dona Anna e da prisão em flagrante.

Todos foram ouvidos. O representante do Ministério Público estava indignado. Dona Anna chorou ao relatar a tentativa de estupro do tarado de Porto da Folha. Os depoimentos dos senhores Nocreto e Norberto foram essenciais para confirmar o dito pelas vítimas.

— *“Todos de pé! para a leitura da sentença!”*. Falou de forma imponente e solene o Juiz Pasquinha. E logo veio o veredicto.

*Sentença da Comarca de
Vila do Porto da Folha⁶.*

O adjunto de promotor público, representando contra o cabra Manoel Duda, porque no dia 11 do mês de Sant'Ana, quando a mulher do Xico Bento ia para a fonte, já perto dela, o supracitado cabra, que estava de tocaia em uma moita de mato, sabiu dela de supetão e fez proposta à dita mulher por quem queria para a coisa que não se pode trazer a lume, e como ella se recusasse o dito cabra abrafolou-se dela, deitou-a no chão, deixando as encomendas dela de fora e ao Deus dará.

Elle não conseguiu matrimônio porque ella gritou e veio em amparo dela Nocreto Correia e Noberto Barbosa, que prenderam o cujo em flagrante.

Dizem as leises que duas testemunhas que assistam a qualquer naufrágio do

⁶ Penedo: Termo de Traipu/AL. A Comarca de Penedo, até 1870 era denominada Vila do Porto da Folha. SOUZA, Claudomiro Avelino de. Trezentos anos da justiça de Alagoas in **Revista do Arquivo Público de Alagoas**, Ano 2, n. 2, Maceió: Arquivo Público de Alagoas – APA, 2012.

sucesso fazem prova. Considero que o cabra Manoel Duda agrediu a mulher de Xico Bento para conxambrar com ela e fazer chumbregâncias, coisas que só o marido dela competia conxambrar, porque eram casados pelo regime da Santa Igreja Cathólica Romana; Que o cabra Manoel Duda é um suplicante debochado que nunca soube respeitar as famílias de suas vizinhas, tanto que quiz também fazer conxambranas com a Quitéria e a Clarinha, moças donzellas; Que Manoel Duda é um sujeito perigoso e que se não tiver uma cousa que atenuie a perigança dele, amanhan está metendo medo até nos homens. Condeno o cabra Manoel Duda pelo malifício que fez à mulher de Xico Bento a ser capado, capadura que deverá ser feita a macete.

A execução desta peça deverá ser feita na cadeia desta Villa.

Nomeo carrasco o carcereiro.

Cumpra-se e apregue-se editais nos lugares públicos.

Porto da Folha, em 13 de Outubro de 1833

Juíz Ordinário, Pasquinha.

Seguiu-se à prolação uma salva de palmas e abraços emocionados.

— *“Nunca mais vais te meter com mulher honesta para querer conxambrar seu cabra!”*. Gritou Xico Bento emocionado em direção à Manoel Duda.

O carcereiro, junto com os dois praças, trabalho deu para acalmar Manoel Duda, que temeroso de seu objeto de prazer lhe ser retirado traumáticamente, gritava sendo carregado pelos braços até a cadeia. *“Nãooooo!!! Me soltem!!!!”*, vociferava. Se arrependimento matasse já estaria morto. *“Cala a boca que daqui a pouco serás eunuco!”*, disse o carcereiro, dando em seguida a ordem para preparar a mesa e o macete para fazer um omelete das bolas do infeliz.

Não se sabe como foi a vida de Manoel Duda após sua capação. Talvez tenha saído de Porto da Folha, após ficar com seu instrumento íntimo inutilizado. Mas, naqueles tempos, em Alagoas, imperava, muitas vezes, a lei do talião, e noutras, a lei da justiça exigida pela comunidade. Pasquinha era um Juiz Ordinário, sem formação jurídica apropriada, e refletia, em suas sentenças, a lei de sua terra e do povo ribeirinho do Velho Chico. Entretanto, naquela oportunidade, sua sentença foi extremamente eficaz, tirando

de cena a arma do crime. Assim, Manoel Duda foi de tarado a capado em poucos minutos, tempo separado apenas por uma macetada.

10

A FILHA DO PADRE

Pedro de Sam Bernardo Peixoto, nascido em 1817, na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na Vila de Porto Calvo. Filho legítimo de Bento José César Rangel e Dona Bernarda Verçosa Cavalcante, católicos piedosos e devotos; logo pequeno, sua conexão com as coisas espirituais relacionadas à fé católica era visível aos olhos de todos da pequena vila imperial. O menino, ainda coroinha, ajudava ativamente nas missas celebradas na pequena igreja da Vila, e se apresentava com desvelo e fervor nas quermesses e orações diárias, tendo o desejo de servir com humildade ao Senhor Jesus Cristo, crescendo e sedimentando cada vez mais sua decisão de um dia ser padre. E foi o que fez.

Alguns anos depois, ali estava Pedro, um jovem padre esbelto que não passava despercebido entre os transeuntes da pequena estação férrea, sendo designado para a Capital da Província das Alagoas, Massayó; em pé, com apenas uma mala velha e um guarda-chuva preto, vestido em

uma bata também preta que encobria um colarinho de presbitério branco, com uma cruz de prata simples pendurada ao pescoço, à espera do trem da Central Ferroviária direto para o Porto do Jaraguá; na mala, alguns livros sagrados, um diário de anotações, e um punhado de roupas meticulosamente dobradas e engomadas com esmero por sua mãe beata. Enroscado ao cinto, um terço de madeira simples que guardava consigo desde os tempos em que ainda pertencia à ordem franciscana, antes de secularizar-se na Ordem de São Pedro.



A Igreja de Nossa Senhora Mãe do Povo, construída pelo Português José Antônio Martins com recursos da Santa Sé, finalizada em 1827, na Freguesia do Jaraguá, era testemunha de uma sociedade ativa e pujante. O porto e as linhas férreas que ali chegavam, como um conjunto de teias de trilhos vindas de todas os lugares da Província, vagões abarrotados de manufaturas, entre as quais, açúcar, tabaco, algodão, etc, implementavam uma grande aglomeração populacional e movimentação comercial em torno do local; povos de diversas origens transitavam nas cercanias. Negras

e mulatas com seus tabuleiros de quitutes e artesanatos; marinheiros, comerciantes e homens vestidos de linho branco com chapéus de aba curta, com suas bengalas de distinção e seus bigodes salientes e da moda, além da imponência de grandes armazéns cheios de mercadorias, atrativos de comerciantes locais, mostravam a Massayó em desenvolvimento exponencial; e para coroar a visão, o Jardim do Jaraguá, com duas esculturas de leões e, ao centro, um elegante chafariz, rodeado de canteiros e árvores. A cena que se colocava na frente de Pedro, agora designado 2º pároco da Freguesia do Jaraguá, era espetacular, mas ao mesmo tempo, pensava nos desafios de gerir uma paróquia tão diversificada e movimentada. A pequena igreja tinha um aspecto acolhedor e convidativo, e a simplicidade da estátua de Nossa Senhora Mãe do Povo em madeira, o piso de um ladrilho em tons terracota, lhes davam um ar provinciano de uma beleza simples e singela. Não foi difícil encontrá-la, pois ficava bem em frente à magnífica praça.

Seu coração estava ansioso, mas ao mesmo tempo, feliz por desempenhar o propósito de Deus para sua vida, como um humilde ministro do Evangelho, vivendo na fé e na religião. Iniciou suas ministrações e pregações com o

mesmo fervor característico de sua tenra idade; atendia um número variado de pessoas, com os mais diversos problemas em seu confessionário, e tecia ações solidárias como pede a caridade cristã. Logo, o novo vigário se tornou conhecido e prestigiado por todos.

Supostamente teria sido algum dia, convocado para rezar uma missa para o marido de uma jovem viúva, a Sra. Ignez Maria da Cunha Bastos; era uma belíssima mulher e extremamente comprometida com a fé; certamente tinha uma participação efetiva nas atividades caridosas da igreja, na comunidade, tornando-se cada vez mais frequentes seus contatos diários com jovem vigário. Pedro se apaixonara sem que percebesse, entre olhares e sorrisos acanhados, aquele sentimento que queria mortificar e que lhe tirava o sono, fez com que entre lágrimas derramasse sua alma no altar, tentando fugir de suas fraquezas; queria firmemente servir a Deus, nascera para isso! Mas sentia todo o peso de sua humanidade pecadora e carnal, pois fez um voto ante a Santa Sé e seus sentimentos estavam à beira de um precipício!

Não é difícil imaginar quantas vezes podia ter questionado, no âmago do seu ser, por que não poderia

servir a Deus e também exercer o sacramento do matrimônio? Mas logo repelia sua pretensão contestadora dos dogmas da Igreja Católica. Já não aguentava mais tantas lutas internas, já não dormia e seus olhos estavam envoltos em olheiras profundas de cansaço, pelas guerras que assolavam sua alma. Sim! Sua alma era um campo minado de emoções que já não conseguia dominar.

Se ao menos não houvesse correspondência, mas seu coração sentia, apenas pelos olhares, que Ignez também acolhia esse sentimento. Não demorou muito para se declararem e com um beijo inicial selarem suas vidas. No secreto se casaram jurando ao Criador, no secreto se amaram, longe dos olhos de todos.

Desse amor, logo Ignez se viu gerando dentro de si uma vida, um ser cuja sociedade, face sua origem desconhecida, lhes negava a legitimidade, levando à mãe e à criança à marginalidade do preconceito social. À medida que boatos se espalhavam na movimentada Freguesia, de que uma viúva até então recatada, honesta e piedosa, estava grávida, sua reputação, de forma meteórica, teria ido do céu ao inferno de Dante. Tudo aquilo se tornou uma punhalada no coração de Pedro, e resolveu mantê-la e protegê-la dentro

do possível, das más conversações da comunidade local, possivelmente afastando-a do epicentro do furacão de querelas. E assim, seguiria servindo a Deus, mas nunca abandonaria sua filha, a pequena Ignez Bastos de Sam Pedro. Uma filha concebida na sua “fragilidade”, viria a declarar em seu testamento final anos depois, considerada por lei uma “ilegítima”, mas uma inocente a quem ele amava; ela era seu sangue e sua herança na terra.

Acompanhava de longe sua filha crescer; quando podia, ia visitá-la, e tinha momentos de carinhos paternos que lhes traziam *insights* de felicidade, e pensava sempre em não deixá-la desamparada caso viesse a falecer. Por isso, resolveu Pedro chamar seus amigos próximos como testemunhas, que quedaram por saber de seus dilemas, e o apoiaram, certamente porque eram críticos do celibato; dentre eles, o Doutor José Ângelo Márcio da Silva, o Tenente Simião Francisco Ignácio Machado, o Sr. Giovanni de Oliveira Coelho, o Sr. Manoel Thomaz Ramos de Oliveira e Francisco Joaquim Reis. E, junto com eles, dirigiu-se decidido, com passadas firmes, ao 1º Cartório do Ofício Civil de Maceió, do tabelião, o Sr. Manoel Esteves Alves.

Como todo Cartório de uma Capital de Província, o 1º Ofício estava lotado, a entrada do padre e um grupo de homens como testemunhas chamou atenção de alguns, mas nada que fosse demasiadamente suspeito, afinal, poderia ser algo relacionado à habilitação de algum casamento ou algo do tipo, o assunto de tratativas de um vigário no referido cartório. Mas logo foi dito ao tabelião que o vigário queria declarar e reconhecer algo em cartório. Lá, sob o olhar arregalado do tabelião, fiel de sua paróquia, cuja curiosidade interna chegava à beira da euforia e ansiedade de querer saber o que escondia o padre, Pedro afirmou querer fazer um Testamento Público! Mas que só seria aberto após seu falecimento. Prontamente, tirando a pena de trás das orelhas e puxando uns papéis de algodão, cera encarnada e carimbo de um nicho embaixo do balcão, o tabelião pegou o Livro, e procedeu a escrever as declarações de Padre Pedro.

Inicialmente, disse que veio fazer o testamento, que não estava louco, mas queria acautelar e prevenir direitos, por isso, queria um testamento público pós sua morte; ressaltou que não estava constrangido ao fazê-lo; o tabelião parou e olhou rapidamente para o vigário, com os olhos por

cima dos pequenos óculos redondos perscrutadores, e passou a vista nas testemunhas, abaixou o olhar de volta para o papel como que automaticamente pedisse para ele continuar sua confissão “cartorária”, “*sim...continue...*”, pensou.

Pedro passou a desnudar sua vida, seus pais, o que simbolizava para si sua vivência na fé e Religião do Crucificado, na qual era ministro de maneira humilde, e era nessa mesma fé que pretendia morrer. Foi então que, finalmente, falou que queria ser enterrado onde determinasse a vontade de sua única herdeira e testamenteira, sem pompa, e rezando-se cinco missas de corpo presente à sagrada morte e paixão de Jesus Cristo. Neste momento, declarou que tinha tido uma filha de nome Ignez Bastos Sam Pedro, com a Viúva do Sr. Agostinho Monteiro, que a criava e a educava; pausou um pouco, avaliando o impacto da declaração para os que estavam consigo; depois, continuou a expressar um certo conhecimento da lei para fundamentar seu pedido, afinal, soubera que, pela lei de 11 de agosto de 1831, os filhos ditos “ilegítimos” poderiam ser declarados herdeiros necessários caso não houvessem outros herdeiros legítimos, e como ele

não tinha mais pais vivos ... por essa razão, falou isso com a voz embargada, respirou e continuou, *“por isso, eu vim declarar e reconhecer Ignez como minha filha e única herdeira, tendo direito após minha morte aos meus direitos, bens e ações que tiver e possa ter, e peço que a Justiça desse País cumprisse e fizesse cumprir com esse reconhecimento”*. Ressaltou, por fim, que estas eram suas últimas vontades e reiterou de forma quase penitente que *“implorava à autoridade da Justiça do país”* que cumprisse sua vontade.

Seu receio era plausível, pois um padre que supostamente não poderia ter filhos face a votos sacramentais, deveria deixar seus bens, direitos e ações para a Igreja. Padre Pedro faleceu, e o Sr. Tabelião apresentou à Ignez, a filha do reverendo, no dia 17 de janeiro de 1912, seu testamento emocionado, aberto pelo 1º Suplente do Juiz de Direito da primeira Vara de Maceió, tendo sido aceito pela mesma os termos do testamento no dia 23 de junho de 1912. Assim, Pedro, o Vigário da Freguesia do Jaraguá, que confessara tantas pessoas em vida, e que cumpriu com esmero suas atribuições ministeriais perante sua paróquia, teve em seu testamento também o seu confessionário, sua declaração de amor e sua redenção.

A CARTA DE FELICIDADE

Naquele 31 de dezembro de 1878, uma escrava idosa, cujos cabelos grisalhos amarrados em um coque e rugas na face, mãos e pés calejados, revelavam uma vida inteira de cativo e de abusos sofridos, fruto da escravidão, colocou em sua bolsinha encardida, feita de estopa e linha, com as mãos trêmulas de emoção, o montante de 350 mil réis; quantia esta que representava os sacrifícios, dores, e noites não dormidas, trabalhando horas extras, dias a fio, como escrava de ganho, tendo em seu coração, a esperança de alcançar o valor de sua liberdade, embora todos saibam que, na origem da humanidade, Deus tenha feito os seres humanos desde o Éden livres, e a maldade e ganância dos homens tenham subvertido e maculado a obra da perfeição.

Andou até o ofício de seu proprietário, o Sr. Antero Alves do Rêgo e pediu ao mesmo dois minutos de prosa.

— *Sinhô Antero, posso tratá um assunto importante com o sinhôzinho?* Disse a negra anciã, de nome Felicidade, que passara a vida inteira a seu serviço e de sua família.

— *Pode entrar Dona Felicidade! Sou todo ouvidos!* Falou o proprietário curioso com a interpelação da negra em seu trabalho.

— *Eu já tenho o dinhêro pra ser nêga Fôrra.* Revelou por fim, Felicidade, o motivo da visita inesperada.

— *Tem?! 350 mil réis que eu falei para a senhora Dona Felicidade?* Inquiriu Antero sem acreditar muito que a negra idosa pudesse dispor da quantia.

— *Sim sinhô! Tá tudo aqui Ó!* Tirou da trouxinha algumas cédulas amassadas e umas moedinhas, e com um movimento só, abriu a mão e depositou tudo em cima da mesa onde o proprietário trabalhava, com um ar orgulhosa e, ao mesmo tempo, realizada, haja vista que, mesmo sendo idosa, iria ser livre para ir aonde quisesse, estar com quem quisesse e, andar por onde a vontade lhe apetecesse.

Antero Rêgo riu surpreendido com a disposição da idosa em juntar aquela quantia, que veio a calhar naquele momento, afinal, Felicidade já era uma anciã para os padrões da época e, possivelmente, em tempos futuros, não demoraria para ser um estorvo para ele e sua família, tendo em vista que sua condição de anciã começaria a pesar e, certamente, alguma patologia decorrente da idade ficaria às suas expensas. Assim pensava, o proprietário calculista, sempre em termos de riscos, vantagens e desvantagens.

Outrossim, se a velhice da negra lhe fosse transtorno, tinha a opção de abandoná-la ao relento, e deixar o abacaxi para o Estado descascar, muito embora, o ato indigno e desumano, lograria censuras pelas almas mais piedosas da sociedade alagoana.

De fato, o dinheiro da negra por sua liberdade veio a calhar. Negócio fechado! E assim, Antero Rego escreveu a Carta de Alforria da “preta Felicidade”, lavrada no Registro de notas, n. 21, fl. 52, tendo como testemunhas o Sr. Antônio Alpeniano Callado e Euclídio Barros Bezerra.

Em posse da Carta, a felicidade tomou conta de Felicidade. Voltou aos seus aposentos na casa a qual

passou a vida inteira como escrava, pegou um lençol velho, colocou seus poucos pertences, uns trapinhos e seu documento já registrado no tabelião, amarrou em um pau e foi se despedir de todos.

Certamente, Felicidade pegou os parques trocados que ainda possuía, fez uma marmita e passou numa pequena loja de artesanatos, pois para dar mais certeza aos olhos dos outros de que era negra fôrra, necessitava de sandálias.

— *O que queres em minha loja negra?!* Perguntou meio impaciente o atendente, com a presença da idosa no estabelecimento.

— *Bôas tardi sinhô. Vim pra modi comprá uma sandáia de côro simpres mermo.* Falou Felicidade.

— *A senhora tem como provar que é negra fôrra? Por que se não for, saia daqui que estais incomodando meus clientes!* Inquiriu de forma sarcástica o vendedor já apontando o dedo indicador para a porta de saída da loja.

Felicidade já sabia que apenas negros alforriados poderiam usar sandálias e sapatos, uma vez que, pés descalços era um dos símbolos de uma alma escravizada no Brasil. Talvez tenha entrado numa loja

apenas porque tinha a vontade de vociferar ao mundo inteiro que era “*LIVRE!*”. Não bastava a carta, tinha que sua condição de liberta ser corporificada em uma rele...sandália!!

—*Sim Sinhô! Tá aqui minha alforria!* Mostrou mais uma vez toda feliz ... Felicidade.

Como era bom! Como era prazeroso aquele momento de êxtase, alegria e paz que Felicidade vivenciava de forma tão sublime!

Saiu da lojinha já com a bendita sandália, devidamente ajustada aos pés cheios de calosidades e rachaduras, e se encaminhou para o Engenho Fortaleza, de propriedade do Senhor Antônio Fragoso de Mello, onde tinha parentes e amigos que, possivelmente a receberiam. E sonhou viver feliz, no gozo de sua liberdade, tendo como prova uma carta e uma sandália!

Entretanto, naqueles tempos, mesmo estando o tráfico de escravos abolido no Brasil, com a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, a escassez de mão de obra faziam muitos senhores de engenho e de escravos agirem no oculto, em práticas traficárias, ao arrepio da lei. De dia, eram homens de renome, probos e seguidores das

etiquetas, moralidades sociais e distinção, mas no ocaso da noite, suas verdadeiras faces surgiam. Eis o perigo de ser um negro fôrro naqueles tempos, com esses mal intencionados senhores.



Engenheiro Dr. Jacintho Paes de Mendonça Jaraguá. Filho do renomado Barão de Jaraguá, José Antônio de Mendonça, com uma mulher cujo nome a história ainda desconhece. O pai Barão, português rico, coronel e proprietário de terras e dos engenhos Flor da Paraíba, Oriente e Pilarzinho. Foi seu pai Barão quem criou a Companhia União Mercantil, instalada em Fernão Velho, a 1^o Fábrica de Tecidos das Alagoas, em 1863. Pertencia assim, a uma família grande e renomada, cuja propriedade incluía uma frota de barcas para transportes de açúcar e algodão de seus engenhos e fazendas. Um homem com incontáveis escravos. E Dr. Jacintho Jaraguá viu em seu caminho uma idosa negra, andando com passos firmes, botija de água na cabeça, saia rodada e sorriso branco ladrilhado; uma felicidade só!

— *Feitor! Quem é aquela negra que vem ali toda sorridente e com sandálias nos pés?* Perguntou Jacintho para o homem que conversava com ele nas cercanias do Engenho Fortaleza.

— *Ô sinhozinho! Aquela é a nêga Felicidade...Ela veio de Maceió e é nêga Fôrra!* Disse o informante.

— *Que nêga fôrra que nada! Esses negros fogem de seus proprietários, compram uma sandália e dizem que é “fôrra”, quando vai ver, é nada disso!* Disse o incrédulo engenheiro.

Felicidade passou serelepe, deu boas tardes e continuou seu caminho. Mas Jacintho tinha más intenções, pois a felicidade de Felicidade incomodava muita gente que carecia da liberdade e alegria da alma; pessoas estas, cuja felicidade era a única coisa que seu poder e o dinheiro não poderia comprar; aquele Senhor de escravos, filho de um barão, não fugiria à regra, de reverberar e descontar ao seu redor sua pobreza de espírito e infelicidades.

— *Mas que negra velha arrebitada! Pois essa negra perdida vai voltar para a senzala, de onde nunca deveria ter fugido e fingindo ser liberta!* Falou Jacintho,

dando meia volta no cavalo e indo no encalço de Felicidade.

Felicidade, vendo que o homem no cavalo avançava para pegá-la como se laça um boi fugitivo, corria desesperadamente e gritava por socorro, todavia, não logrou êxito em se desvencilhar do infortúnio que aquele ato abusivo significava: o fim de sua liberdade, tão pueril como o papel rôto da Carta de Alforria e a sandália de couro que a simbolizava.

— *Amarra essa Negra! leva para a senzala do Oriente!* Gritou Jacintho ao feitor, Referindo-se ao Engenho Oriente, pertencente à sua família abastada, quando finalmente conseguiu encurralar Felicidade, que se esvaiu em tristeza, não tendo mais forças para reagir ante a perda iminente de sua tão sonhada liberdade.

Manietada, e conduzida ao Engenho de Jacintho como se cativa fosse, logo a sua parentela saberia do infortúnio que recaiu sobre a mesma, procurando os Irmãos Antônio Fragoso de Mello, Tibúrcio Fragoso de Mello e Manoel Fragoso de Mello, do Engenho Fortaleza, onde Felicidade morava, para encontrar um curador para representá-la, a fim de que esta ajuizasse uma Ação de

Manutenção de Liberdade. Pois mesmo sendo liberta, negros, seja homem seja mulher, não possuíam advogados, e sim, curadores solicitadores.

Eis que acharam para ser curador, o Sr. João Gomes Ribeiro, que prontamente fez seu petitório perante o Juiz Municipal de Maceió, Dr. Aureliano Antônio Ribeiro e Silva, requerendo a manutenção da liberdade, pois Felicidade estava cativa, enjaulada numa senzala, sofrendo e sendo tratada como se animal capturado fosse, sendo ela ser humano.

Juntado o traslado da Carta de Alforria, como prova irrefutável da aquisição de sua liberdade, e estando a vergonha certa a recair sobre a família do Barão de Jaraguá, Jacintho Jaraguá, prevendo a derrota jurídica, soltou, depois de alguns dias, a negra forra Felicidade; fato que fez seu Curador, em 26 de fevereiro de 1880, informar ao Juiz de que não carecia mais da medida de manutenção da liberdade, haja vista que o algoz que a prendeu, havia solto Dona Felicidade, que já estava, novamente, gozando de sua liberdade.

Uma liberdade que não valia mais que um tinteiro, um papel e uma sandália; cujo resguardo necessitava ser

avalizado pelo Judiciário, como tantas outras liberdades, ceifadas pela ganância dos desalmados, em detrimento do choro dos infelizes baraçados⁷. Uma liberdade sem garantia de uma lei que trouxesse igualdade e cidadania; uma liberdade que só tinha como lastro, a frágil Carta de Felicidade.

⁷ Baraços: (Contexto) fios, cordas ou correntes de ferro, que prendiam os pulsos, pescoços, pés etc. dos negros escravizados. DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS. Disponível em:< <https://www.dicio.com.br/baraco/>>. Acesso em set. 2024.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS. CCM/TJAL - Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Processo Histórico do Último Enforcado do Império do Brasil (Sítio Bonga - Pilar – Alagoas), Ano de 1874 a 1876. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro de Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Estante dos Notáveis, Juízo de órfãos do Termo de Maragogi, 30 de janeiro de 1884; Processo de Interdição do Manoel Maria de Moraes Accioly Filho, Vigário da Freguesia de São Bento, Termo de Maragogi. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 11, Apelação Crime n. 167 de Maceió de 1898; Agravo de Petição n. 92 da Capital de 1898. Tribunal Superior do Estado de Alagoas. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 22, Doc. 49; Recurso *Ex Officio* de *Habeas Corpus* número 348 proveniente do Juízo de Direito da 2a. Vara de Maceió ao Tribunal Superior do Estado de Alagoas. Recorrente: O Juízo/ Recorrido: Manoel Vicente de Sant’Anna. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 0, Juízo das Execuções do Termo de Maragogi, 11 de abril de

1883; Execução de Nota Promissória - Penhora da Escrava Rita. Credor: Francisco de Assis de Andrade Coutinho; Devedor: Manoel Bandeira de Lima Athayde. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 03, doc. 55, Recurso Crime do juízo de Direito de Maceió - Província das Alagoas ao Tribunal da Relação do Recife-1889. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 2, documento 24, Juízo Municipal de Maceió, Mandado de Posse, *Alagoas Railway Company Limited* X Escravo Lúcio. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de

pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 44, Juízo Substituto da 1a. Vara de Maceió-Estado de Alagoas, Queixa Crime, Ano 1912. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 22, Testamento dos Bens com que faleceu testado o Vigário Pedro de Sam Bernardo Peixoto, morador que foi da Freguesia de Jaraguá, em Maceió, 1876-1902, Província de Alagoas, do Juízo de Direito da 1a. Vara de Maceió. Acesso em 2023-2024.

_____. CCM/TJAL - Centro e Cultura e Memória do Poder Judiciário de Alagoas. LACOR – Laboratório de pesquisa, Restauração e Conservação de Processos Históricos In **Estante dos Históricos Notáveis**, Caixa 91, Ação de Manutenção de Liberdade, Autora “Preta Felicidade”, curador João Gomes; Réu: Dr. Jacintho Paes de Mendonça Jaraguá. Em Maceió, 1878, Província de Alagoas,

do Juízo de Direito da 1a. Vara de Maceió. Acesso em 2023-2024.

ABI-RAMIA, Jeanne. A Revolta dos Malês In **Revista Inmultirio**, dezembro de 2016, disponível em:<
[http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11808-revolta-dosmal\[...\]>](http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11808-revolta-dosmal[...]>). Aceso em 18 de fevereiro de 2024.

AL-BAGHDĀDĪ, Abdurrahman. **Deleite do estrangeiro em tudo o que é espantoso e maravilhoso**: estudo de um relato de viagem bagdali. Editado, traduzido e anotado por Paulo D. E. Farah. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente**: Estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro – 1808-1822, Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

ARAUJO, Justino Magno. A Justiça Brasileira no Iº Império. In:_____. **O Poder Judiciário Brasileiro a partir da Independência**, 1972, p. 274. Disponível em:
<https://www.catalivros.com.br/comprar/o-poder->

judiciario-brasileiro-a-partir-da-independencia/direito-constitucional/1714>. Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

ARIOCH, David. Por que os Mulçumanos usam Barba? In **Jornalismo Cultural**, disponível em: <
<https://davidarioch.com/2016/09/30/por-que-os-muculmanos-usambarba/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2024.

BRANDÃO, Alfredo. **Os Negros na História de Alagoas**, Maceió-AL: Conselho Estadual do Centenário da Abolição, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 4 de 10 de junho de 1835, aprovada pela Assembleia Geral Legislativa, sancionada pela Regência Permanente em nome do Imperador Dom Pedro II. **Disponível em:**<
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm
 >. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

_____. Câmara dos Deputados. Lei Geral de 15 de outubro de 1827. **Disponível em:** <

https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html >. Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

_____. Presidência da República. Lei de 29 de novembro de 1832 que institui o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da Administração da Justiça Civil. **Disponível em:** <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm>. Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

_____. Presidência da República. Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código do Processo Criminal. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm>. Aceso em 18 de fevereiro de 2024.

_____. Presidência da República. Lei n. 2.033, de 20 de setembro de 1871. Altera diferentes disposições da legislação judiciária. **Disponível em:** <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&nu>

mero=2033&ano=1871&ato=e bd0TPR50MNRVTca5 >
Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

_____. Presidência da República. Lei de 16 de Dezembro de 1830, que institui o Código Criminal do Império do Brasil, **disponível em:**https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm >. Acesso em 16 de fevereiro de 2024.

_____. Senado Federal. Anais do Parlamento Brasileiro, v. 1, 1982, p. 243-244. **Disponível em:** <[https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1982/1982%20Livro %202.pdf](https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1982/1982%20Livro%202.pdf)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.

_____. **Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Deputados. Sessão de 10 de junho de 1833.** Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1982. v. 1, p. 243-244.

_____. Planalto. Código de Processo Penal.

Disponível

em:<

[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm)

[Lei/Del3689Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689Compilado.htm)>. Acesso em 09 de março de 2024.

_____. Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil. Código de Ética Profissional e Disciplinar do Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil. **Disponível em:** <<https://www.conpej.org.br/codetica.pdf>>. Acesso em 09 de março de 2024.

CARVALHO, Cícero Péricles. **Formação Histórica de Alagoas**, 6ª. Edição, Maceió - AL: Edufal, 2011.

CASTRO, Flávia Lages de. **História do Direito Geral e Brasil**, 5ª. Edição, Rio de Janeiro: LumenJuris Editora, 2007.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS (CCDH). **Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**, Assembleia Legislativa

do Estado do Rio Grande do Sul, ECKER, Alexandra (Coord.), Ministério da Justiça e Cidadania: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, 2016.

COPSTEIN, Jayme. Motta Coqueiro e a pena de morte In **Coletiva**, 2007. Disponível em:<
<https://www.coletiva.net/colunas/motta-coqueiro-e-a-pena-demorte,173443.jhtml>>. Acesso em 13 de março de 2024.

DANTAS, Mônica Duarte. Introdução. In: _____ (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda Editorial, 2011a, p. 9-67.

_____. Dos *statutes* ao Código brasileiro de 1830: o levante de escravos como crime de insurreição In **Revista do IHGB**, v. 452, 2011b, p. 273-309.

DIÁRIO DE ALAGOAS, Editorial de 1º de maio de 1876, p. 3 Apud LIMA JÚNIOR, Félix. **Última Execução Judicial no Brasil**. 1ª Edição, Maceió: EDUFAL, 1979, p. 87- 88.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Edição de 30 de maio de 1874. **Disponível em:**. Acesso em 13 de fevereiro de 2024.

DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS. **Disponível em:**< <https://www.dicio.com.br/baraco/>>. Acesso em set. 2024.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O Banguê nas Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Cultura Regional**, 4ª. Edição, Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Edufal, 2023.

DUARTE. Abelardo. **Negros Mulçumanos nas Alagoas (Os Malês)**: Memória. MaceióAL: Edições Caeté, 1958.

ESPÍNDOLA, Thomaz Bonfim. **Geografia Alagoana ou descrição Física Política da Província de Alagoas**, Maceió: Typ. Liberal, 1871

FARELLI, Maria Helena. **Malês: os Negros Bruxos**. São Paulo: Madras, 1999. FILHO, Vicente Greco. **Manual de Processo Penal**, 4ª. Edição, São Paulo: Saraiva editora, 2012.

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal**, 11ª. Edição, Rio de Janeiro: GenGuanabara Koogan, 2017.

GOES JÚNIOR, C. M. **A importância da psicologia criminal na investigação policial**. Salvador: Cogito, 2012.

GONÇALVES, José Júlio. **O Mundo Árabo-Islâmico e o Ultramar Português**, 2ª. Edição, Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, Junta de Investigação do Ultramar, 1962.

HEMERLY, M. V. S. O perfil criminal e a investigação de homicídio serial in **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF, 2016, disponível em: , Acesso em 12 de janeiro de 2024.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 26ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1959). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, página 13, **disponível em:** <
<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=270690>>. Acesso em 18 de janeiro de 2024. IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil, 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ISLAM, Iqara. Barba e Bigode in **Nizam**, disponível em:<
<https://nizam.app/pt/cards/barba-cabelo-e-bigode>>.
 Acesso em 25 de janeiro de 2024.

JORNAL DO PILAR, 2 de maio de 1874. **Editorial: O Assassinato do Capitão João Evangelista de Lima e de sua Esposa, D. Josefa Martha de Lima!** Redactor Antônio Duarte Leite da Silva, Anno II, N. 22, Série 2.

JORNAL DE PENEDO, 20 de abril de 1876 Apud LIMA JÚNIOR, Félix. **Última Execução Judicial no Brasil**. 1ª Edição, Maceió: EDUFAL, 1979, p.79.

JURANDIR, José. **Os Crimes que Abalaram Alagoas**, 3ª edição, Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2015.

LIMA, Martonio Mont'alverne Barreto. Poder Judiciário e Estado: Uma análise histórica dos juízes na formação do Estado Brasileiro In **Revista da Ajuris**, disponível em:<
<http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/816>>. Acesso em março 2024.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Última Execução Judicial no Brasil**. 1ª Edição, Maceió: EDUFAL, 1979.

_____, Félix. A Guarda Nacional in **Diário de Pernambuco**, publicado em 31 de maio de 1953, disponível em:<

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_13&pagfis=595>. Acesso em 17 de fevereiro de 2024.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Volume Único. 4ª edição, Salvador: JusPodvim, 2016.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: Edufal, 2011.

LOPES, E. M. Y. **Manual de Psicologia Jurídica**, Campinas: São Paulo, 2003.

LUZ, Mônica Abud Perez de Cerqueira. Resistências religiosas afro-brasileiras e indígenas contra a intolerância e o racismo no Brasil. In: **Sacrilegens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião** – UFJF, Juiz de Fora, v.15, n.2, pp.650-727, Jul-dez/2018.III CONACIR.

MARQUES, Danilo Luiz. Escravidão, Quotidiano e Gênero na Emergente Capital Alagoana (1849-1888), in **Sankofa**. Revista de história da África e de Estudos da Diáspora Africana, Ano VI, N. XI, Agosto, 2013.

_____. **Sob a “sombra” de Palmares: escravidão, memória e resistência na Alagoas oitocentista.** Tese (Doutorado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARQUES, Danilo Luiz; SILVA, Gian Carlo de Melo; TEIXEIRA, Luana (Orgs.). **História da escravidão em Alagoas: diálogos contemporâneos.** Maceió: Edufal, 2017.

MATHIAS, Carlos Fernando. Síntese do Poder Judicial, no Regime da Constituição de 25 de março de 1824. In: _____. **Notas para uma história do Judiciário no Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MENDES, Regina Lúcia Teixeira. A Invenção do Inquérito Policial Brasileiro em uma Perspectiva Histórica Comparada In: **Revista SJRJ**, n. 22, Rio de Janeiro, 2008.

MIRANDA, Amanda Rodrigues de. Família escrava no Brasil: um debate historiográfico, In: **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG** Vol. 4, n. 2, Ago/Dez 2012. Disponível em:<

<https://brasilafrika.fflch.usp.br/sites/brasilafrika.fflch.usp.br/files/Revista%20Temporalidades%20v.4%20n.2.pdf>>.
Acesso em 11 de fevereiro de 2024.

MORAES, Sérgio Roberto Cavalcante. **Equívocos e a Verdade dobre a última Pena de Morte no Brasil – História**, 1ª. Edição, Arapiraca-AL: Performace Editora, 2023.

MOTA, Thiago Henrique. **História Atlântica da Islamização na África Ocidental – Senegâmbia, séculos XVI e XVII**, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018, p. 226-227.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

OPEN EDITION BOOKS ORG. Simbolismo da Barba, in **Imprensa Etnográfica**, Vol. V, pp. 361-383, disponível em: <

<https://books.openedition.org/etnograficapress/4485>>.

Acesso em 12 de janeiro de 2024.

PALOMARES, Rodrigo. Fio do bigode ainda existe? A confiança nas relações In **Revista Jus Brasil**, Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/fio-do-bigode-ainda-existe/1165159171>>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1878-1846. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PATROCÍNIO, José do. **Mota Coqueiro ou a Pena de Morte**, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/SEEC, 1977.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DO PILAR. **Disponível em:** <https://www.pilar.al.gov.br/>. Acesso em 21 de dez. 2023.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia Brasileira**. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora Ceb, 1961.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil - A História do levante dos Malês em 1835**, 3ª. Edição Revista e Ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Os malês segundo Abd Al-Raḥmān Al-Baghdādī, um imã otomano no Brasil oitocentista In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 43, nº 93, pp. 355- 396, 2023.

REVISTA SELEÇÕES. Cantadas Picantes. **Disponível em:** <https://www.selecoes.com.br/humor/cantadas-picantes-que-vao-arrancar-um-sorriso/>>. Acesso em Setembro de 2024.

RIBEIRO, João Luiz de Araújo. **No meio das galinhas as baratas não têm razão: a lei de 10 de junho de 1835 —**

os escravos e a pena de morte no império do Brasil, 1822- 1889. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RODYCZ, Wilson Carlos. **O Juiz de Paz Imperial:** uma experiência de magistratura leiga e eletiva no Brasil. 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCS. Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia, 2ª.** Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Alberto da Costa. População e Sociedade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. (Dir.) História do Brasil Nação: 1808-2010. SILVA, Alberto da Costa e. (Org.) **Crise Colonial e Independência 1808-1830.** Vol. 1. Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

SLEMIAN, Andréa. **À Nação Independente, um novo Ordenamento Jurídico:** A criação dos Códigos Criminal e

do Processo Penal na primeira década do Império do Brasil, 175- 206 In:

SOUZA, Claudemiro Avelino de. Trezentos anos da justiça de Alagoas in **Revista do Arquivo Público de Alagoas**, Ano 2, n. 2, Maceió: Arquivo Público de Alagoas – APA, 2012.

_____. **Alagoas Colonial: Processos do Século XVIII.** (Org.) Claudemiro Avelino de Souza; Transcrição Técnica Jafther Nohan. - Maceió: Viva Editora, 2024.

RIBEIRO, Gladys Sabina (org.). **Brasileiros e cidadãos: modernidade política 1822-1930.** São Paulo: Alameda, 2008.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na família escrava, Brasil Sudeste, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Gustavo Pinto. Crimes de Escravos e africanos livres nos espaços prisionais do Brasil oitocentista In SILVA, Gian Carlo de Melo. **Os Crimes e a história do Brasil –**

Abordagens Possíveis, 2ª. Edição, Maceió - AL: Edufal, 2023.

SOUZA, Claudomiro Avelino de. Trezentos anos da Justiça de Alagoas in **Revista do Arquivo Público de Alagoas**, Ano 2, n. 2, Maceió: Arquivo Público de Alagoas – APA, 2012.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Os Caminhos do Açúcar em Alagoas**: Do banguê à usina, do escravo ao bóia-fria In Revista Incelências, 2011.

TICIANELLI. Pilar do Engenho velho In Revista **História de Alagoas**, Publicação 15 de janeiro de 2016, Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/pilar-doengenho-velho.html> >. Acesso em 21 de dez. 2023.

_____. História das estradas de ferro em Alagoas (I) In **Revista História de Alagoas**, Publicação 14 de março de 2022, Disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-das->

estradas-de-ferro-em-alagoas-icentral-de-alagoas.html>.

Acesso em 05 de jan. 2024.

_____. Pilar e a última execução judicial do Brasil In **Revista Eletrônica História de Alagoas**, Publicado em 2 de junho de 2015, disponível em:< <https://www.historiadealagoas.com.br/pilar-e-a-ultima-execucao-judicial-dobrasil.html>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2024.

_____. José Antônio de Mendonça, O Barão de Jaraguá, In **História de Alagoas**, disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/barao-de-jaragua-jose-antonio-de-alarcao-ayala-mendonca.html>>. Acesso em setembro 2024.

_____. Jacintho Paes Moreira de Mendonça, o Barão de Murici In **História de Alagoas**, disponível em: < <https://www.historiadealagoas.com.br/barao-de-murici-jacintho-paes-moreira-de-mendonca.html>>. Acesso em setembro de 2024.

TINÔCO, Antônio Luiz Ferreira. **Código Criminal do Império do Brazil Annotado**, Prefácio de Hamilton Cavahido, Coleção História do Direito Brasileiro, edição facsímile, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Galeria dos Desembargadores de Alagoas**. (Org) SOUZA, Claudomiro Avelino de. Maceió: Editora Viva, 2020.

WEINMANN, Amadeu de Almeida. **O Tribunal do Júri e as suas origens históricas** in JusBrasil Disponível em:< [https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-surgimento-do-tribunal-do-juri-no-brasil/514170504#:~:text=\[...\]>](https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-surgimento-do-tribunal-do-juri-no-brasil/514170504#:~:text=[...]>). Acesso em 07 de março de 2024.

WESTIN, Ricardo. O 1º. Código Penal do Brasil fixou punições distintas para livres e Escravos In **Agência Senado Federal**, 74ª. Edição, 2020, disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/ha-190-anos-1o-codigo-penal-do-brasil-fixou-punicoes->

distintas-para-livres-e-escravos#:~:text=[...]>. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

_____. Império usou a força para conter escravos assassinos In **Agência Senado Federal**, 2016, disponível em:<

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/528204/Arquivo_S_04_abril_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=\[...\]>](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/528204/Arquivo_S_04_abril_2016.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=[...]>). Acesso em 14 de fevereiro de 2024.